



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



Anais

III SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

09 e 10 de outubro de 2017

**Goiânia
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



AUTORIZAMOS A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

A EXATIDÃO DAS REFERÊNCIAS, A REVISÃO GRAMATICAL E AS IDEIAS EXPRESSAS E/OU DEFENDIDAS NOS TEXTOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

Rodrigues, Anderson de Brito & Lima, Priscilla Melo Ribeiro.
Anais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Psicologia [Anais de Evento] / Fernando Lacerda Junior e Maria do Rosário Silva Resende. - 2017.
111f.

Anais de Evento Científico (Pós-Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Goiânia, 2017.
Anual
ISSN: 2526-3838

1. Psicologia. 2. Processos Psicossociais e Educacionais. 3. Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



III SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

09 e 10 de outubro de 2017

COMISSÃO ORGANIZADORA

Anderson de Brito Rodrigues

Priscilla Melo Ribeiro de Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

Professores da UFG

Anderson de Brito Rodrigues

Cristóvão Giovani Burgarelli

Domenico Uhng Hur

Emílio Peres Facas

Fernando Lacerda Júnior

Filipe Milagres Boechat

Gisele Toassa

Maria do Rosário da Silva Resende

Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Susie Amâncio Gonçalves de Roure

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Tiago Cassoli

Convidados Externos

João Paulo Sales Macedo – UFPI

Maria Luísa Sandoval Schmidt – USP

SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO	01
APRESENTAÇÃO	02
RESUMOS EXPANDIDOS	04
Linha de pesquisa: processos psicossociais e educacionais	04
Cartografia em Psicologia Jurídica: um estudo em Goiás	04
A melancolia em Virgínia Woolf: um estudo psicanalítico	09
O Ódio nas Redes Sociais: novas perspectivas do Narcisismo e da Indústria Cultural na contemporaneidade	15
Autoridade na família moderna, implicações na formação e na autonomia do indivíduo contemporâneo	20
Formação do indivíduo na grande mídia: uma reflexão a partir das colunas de Míriam Leitão.....	26
Corpos marcados: desamparo e angústia na clínica psicanalítica com adolescentes	31
Reinvenção de si em narrativas de vida: uma proposta de investigação da sexualidade feminina na velhice	37
Sobre mulheres: a violência psicológica e o sofrimento ético-político	43
Linha de pesquisa: bases históricas, teóricas e políticas da psicologia	49
Contribuições da Psicologia Política à escola	49
Desnovelando a Reabilitação Psicossocial de usuário de álcool e outras drogas em Goiás	55
A transformação do cotidiano das mulheres na Revolução Espanhola	62
A Sexualidade e a Adolescência na Escola	67
Psicologia Escolar no CEPAE: surgimento e desenvolvimento	72
O Surgimento e Desenvolvimento dos Jardins de Infância em Goiânia: Um Recorte Historiográfico	78
Concepções de Infância e Psicologia: compreendendo efeitos e controvérsias na produção acadêmica brasileira	84
As práticas psicológicas e a gestão dos ilegalismos: o caso da Justiça Terapêutica em	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



Goiás	89
História recente da neuropsicologia no Estado de Goiás	95
Contribuições da Psicologia da Libertação para a atuação do psicólogo no campo	101
Uma leitura dialética acerca da psicologia do ator na obra de Vigotski	106



PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA-FEIRA, 09 DE OUTUBRO DE 2017

Mini-auditório da Faculdade de Educação

08:00-08:30 – Sessão de Abertura

Direção da Faculdade de Educação

Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia da UFG

Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da UFG

08:30-11:30 – Conferência: “Pesquisa participante, relatos orais e ética em pesquisa”.

Convidada: Prof^a. Dr^a. Maria Luisa Sandoval Schmidt (USP)

13:30-18:30 – Mini-auditório da Faculdade de Educação

Apresentação e discussão de trabalhos da linha Processos Psicossociais e Educacionais

Consultora externa: Prof^a. Dr^a. Maria Luisa Sandoval Schmidt (USP)

Coordenadora: Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima (UFG)

TERÇA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2017

Mini-auditório da Faculdade de Educação

08:30-11:30 – Conferência: “O cenário político atual e os impactos para os psicólogos na Política Nacional de Assistência Social”.

Convidado: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo (UFPI)

13:30-18:30 – Mini-auditório da Faculdade de Educação

Apresentação e discussão de trabalhos da linha Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia

Consultor externo: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo (UFPI)

Coordenador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Jr. (UFG)

18:30 – Encerramento



APRESENTAÇÃO

O III Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFG é um evento organizado com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da pesquisa em Psicologia em Goiás. Ao criar um espaço dedicado, prioritariamente, para o fortalecimento das linhas de pesquisa do PPGP – “Processos Psicossociais e Educacionais” e “Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia” – e para a divulgação de pesquisas realizadas em seu interior, esperamos dar uma contribuição para a construção da Psicologia como ciência e profissão no Estado de Goiás.

Entendemos que a criação do curso de Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Goiás foi um passo fundamental para formar psicólogas e psicólogos que não se orientam prioritariamente para o mero atendimento de necessidades do mercado, mas sim sujeitos que guiam suas ações, como estudantes, profissionais ou pesquisadores, por preceitos e princípios que marcaram a história da Faculdade de Educação da UFG: o compromisso com o público (*res publica*) e a defesa de um projeto ético-político dedicado ao enfrentamento das graves fraturas sociais que marcam a sociedade brasileira.

De forma congruente com essa história, o PPGP espera desenvolver atividades que reafirmem o compromisso da Faculdade de Educação com a universidade pública, com a educação de qualidade e a produção de um conhecimento socialmente referenciado. O PPGP já realizou colóquios, seminários, cursos e conferências contando com a contribuição de importantes pesquisadores nacionais e internacionais. Todos os eventos foram abertos para amplo público e gratuitos. Portanto, reafirma o compromisso com o acesso da classe trabalhadora à universidade pública.

Neste sentido, o PPGP, por meio da realização de seu III Seminário, abre, para todas e todos interessados, um espaço para divulgar e debater o conhecimento produzido ao longo de 2017. Além disso, o III Seminário do PPGP, buscando aprofundar redes de intercâmbio científico, conta com a participação de convidados externos que, a partir de suas experiências acadêmicas, fortalecem as linhas de pesquisa e a área de concentração do PPGP.

Em linhas gerais, os objetivos do III Seminário do PPGP são: (1) fortalecer as linhas de pesquisa do PPGP por meio do intercâmbio com pesquisadores de relevância nacional e internacional; (2) divulgar as atividades dos grupos de pesquisa atuantes no PPGP; (3) promover redes de pesquisa; (4) fortalecer a formação teórico-metodológica dos estudantes e pesquisadores do PPGP; (5) contribuir para o desenvolvimento científico da região Centro-Oeste.

A programação do evento apresenta dois tipos de atividades descritas a seguir.



(1) *Conferências*. Apresentação de conferências abordando temas diretamente articulados com as descrições das duas linhas de pesquisa do PPGP. Neste ano, teremos duas conferências:

a) “Pesquisa participante, relatos orais e ética em pesquisa”.

Conferencista: Prof^a. Dr^a. Maria Luisa Schmidt (USP-SP): Mestrado e Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Temas de interesse: pesquisa qualitativa, políticas públicas de saúde, memória coletiva e institucional.

b) “O cenário político atual e os impactos para os psicólogos na Política Nacional de Assistência Social”.

Conferencista: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo (UFPI): Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Temas de interesse: saúde coletiva, saúde mental, formação e prática do psicólogo nas políticas públicas e questões relacionadas à interiorização da profissão de psicólogo e sua atuação em contextos rurais.

(2) *Apresentação e discussão de trabalhos de linha de pesquisa*. Apresentação e discussão pública de trabalhos de estudantes da Turma 04 do PPGP que serão avaliados por um convidado externo e debatidos pelo público presente.

Para registrar e divulgar as atividades realizadas neste evento, organizamos em formato digital os Anais do III Seminário do PPGP. Neste documento constam a programação e os resumos dos trabalhos apresentados no evento. Esperamos que a realização deste evento possa, além de divulgar as atividades do PPGP, enriquecer a formação humana de todas e todos que participarem.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Anderson de Brito Rodrigues
Priscilla Melo Ribeiro de Lima



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



RESUMOS EXPANDIDOS

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Educacionais

Cartografia em Psicologia Jurídica: um estudo em Goiás

Jonathas Ferreira Santos

Orientador: Domenico Uhng Hur

No Brasil, os primeiros registros da Psicologia na área jurídica ocorreram antes mesmo da regulamentação da profissão na década de 1960, geralmente por profissionais estrangeiros; gradualmente foi se estabelecendo a partir de trabalhos informais, muitas vezes através de trabalhos voluntários ou de estagiários (Rovinski, 2002). A aproximação com o direito estava voltada para as questões criminais, inicialmente atreladas ao estudo criminal dos comportamentos dos indivíduos, estendendo-se também à observação da aplicação das penas (Silva, 2016). O foco, então, estava relacionado à criação de instrumentos de compreensão dos comportamentos humanos, com a finalidade de auxiliar na aplicação da Justiça.

Porém, gradualmente passou a abranger outras áreas do saber, tornando-se mais complexa e eficaz no seu projeto de compreender o comportamento humano. Isso se deu, de acordo com Silva

(2016), devido à crescente complexidade dos procedimentos judiciais que acabou por alargar a demanda da Psicologia. Silva et al. (2001), também é desse parecer: “A Psicologia Jurídica é uma área que vem expandindo suas áreas de conhecimento e atuação, com novas pesquisas e descobertas, e sobretudo com produções acadêmicas e científicas”. De acordo com Rovinski (2002), a Psicologia soube ler as constantes atualizações das demandas do judiciário e, a partir disso, soube criar diferentes formas de responder aos problemas emergentes.

O interesse pela área da Psicologia Jurídica decorre da atuação como psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. A partir do encontro com o pensamento de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, surgiu a inquietação com a aliança entre Psicologia e Direito; a prática profissional e os mecanismos de poder; o exercício da profissão e as composições ou jogos de forças, envolvidos em qualquer processo de individuação. Conseqüentemente, surgiu uma suspeita: de que esse crescimento, abrangência e fomento às pesquisas científicas em psicologia jurídica nos últimos anos está relacionado ao interesse e à apropriação pelo Estado do saber psicológico como estratégia de controle social; soma-se a isso a inquietação com a confiança irrestrita que os psicólogos geralmente nutrem pelo saber científico produzido em Psicologia e como entregam-se, confiantes, ao exercício da profissão, muitas vezes de forma acrítica.

A inserção da Psicologia no espaço jurídico não deve ser vista apenas como uma maneira de informar a Justiça a respeito de conteúdos subjetivos que performam comportamentos objetivamente, e que requerem formas de expressão específicas de determinados profissionais: os peritos, mas também como expressão de um objetivo mais recôndito, mais subterrâneo, que é o de uma apropriação pelo aparelho de Estado de ferramentas e instrumentos, enfim, de saberes científicos, cuja função é tornar mais eficiente e ampla a aplicação de mecanismos disciplinares de intervenção do Poder Judiciário, na ordem da normalização da vida.

Tendo como fio condutor o pensamento de Michel Foucault, visamos problematizar de que forma o Estado, pelo direito, vem incorporando os discursos científicos e operando uma recodificação desses saberes. Com efeito, de acordo com Casaleiro (2016), o confronto do direito com as novas disciplinas, exteriores ao direito, gerou a necessidade de controlá-las, num movimento simultâneo de incorporação e recodificação. Conseqüentemente, segundo a autora, o modelo punitivo do direito antigo dá lugar a uma forma mais sofisticada de controlar e corrigir desvios. “A normalização é, assim, contraposta a um modelo de proibição-punição do direito e visa criar corpos dóceis” (Casaleiro, 2016, p. 177) “Este é o paradoxo de uma sociedade que, do século XVII até ao presente, criou tantas tecnologias de poder que são estranhas ao direito: que este teme os efeitos e a proliferação

destas tecnologias e tenta recodificá-las na forma de direito” (Foucault, 1988 *apud* Casaleiro, 2016, p. 109). Foucault (1988) chama de biopoder a essa nova configuração de forças que faz com que o poder incida sobre a vida dos indivíduos através de tecnologias disciplinares que atuam sobre o corpo, a fim de torná-lo dócil e adestrado. Essas tecnologias do biopoder surgiram, de acordo com o autor, no séc. XVII, e ainda se encontram presentes no contexto atual, ao lado do que ele chamou de biopolítica, que aparece no séc. XVIII. Essas técnicas da biopolítica têm como particularidade o estarem voltadas para regulamentação da vida da população, ao invés da do indivíduo (Scisleski et. al., 2014).

Segundo Foucault (2012, p. 161) a partir do controle dos corpos, “a disciplina utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar combinação de forças, organiza ‘táticas’”. Dessa forma, a Psicologia Jurídica, num esforço incansável e de renovação permanente dos aparatos técnicos, constrói “táticas” que visam a codificação dos comportamentos e da economia psíquica, e portanto torna-se um saber de vigilância e captura dos processos internos, subjetivos; a Psicologia, dessa forma, pode ser vista como atualização da estrutura panóptica¹, como um olho permanentemente vigilante voltado para o interior das pessoas, a fim de perscrutar-lhes as faltas, os crimes, a periculosidade atual ou virtual, ou, na sua forma mais moderna, como aparato técnico que incita à produtividade dos corpos tidos como anormais ou perigosos – porque aliados da forma capitalista de produção.

Se, por um lado, as técnicas psicológicas têm sido justapostas às tecnologias denunciadas por Foucault como normalizadoras, disciplinares, a nossa proposta é cartografar os discursos e práticas dos psicólogos que atuam no contexto judiciário goiano, a fim de verificar se não atualizam também processos de emancipação e potência da vida, operando uma verdadeira resistência à tentativa de apropriação de suas práticas pelo Estado.

A pesquisa, portanto, propõe traçar um mapa que permita verificar se as forças constituintes da prática do psicólogo jurídico em Goiás fazem um continuum com o que Foucault chamou de controle, administração e poder sobre a vida, ou se é possível identificar também forças intensivas, que remetem à afirmação da vida e à emancipação, isto é, forças que precipitam para um fora do

¹ Panóptico é um modelo de construção arquitetural idealizado por Bentham, em formato circular, com uma torre no centro. A parte interna da construção em anel, dividida em celas, deve conter, em cada repartição, uma janela, cujo objetivo é tornar visível para o vigia, que ocupa a torre – que por sua vez deve ser vazada e, portanto, capaz de proporcionar uma inspeção de toda a circunferência –, o interior das celas (Foucault, 2012). O dispositivo panóptico foi descrito por Foucault na obra *Vigiar e Punir* como um modelo da tecnologia disciplinar e de controle a ser adotada por instituições como prisão, fábrica, escola e hospital.

espaço centralizador e unificador pelo Estado.

Para Deleuze (1997, p. 63) o desiderato do Estado é reduzir a multiplicidade ao uno; é conduzir, controlar ou filtrar todo um conjunto de fluxos, “(...) é estriar o espaço sobre o qual reina, ou utilizar os espaços lisos como um meio de comunicação a serviço de um espaço estriado”. Contra o movimento hostil de fluxos nômades: “(...) sempre que possível o Estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda sorte, de populações, de mercadorias ou de comércio, de dinheiro ou de capitais, etc.”

Inversamente, os fluxos que escapam à centralização política do Estado, voltam-se contra ele, adquirindo “necessariamente o aspecto de uma máquina de guerra dirigida contra ele, desenrolada num espaço liso hostil (...)” (Deleuze, 1997, p. 64).

Surge a questão de saber se nas práticas dos psicólogos jurídicos goianos distingue-se desvios, fugas, constituindo-se uma máquina de guerra, ou antes, a atividade do psicólogo é capturada, estriada pela centralização política do Estado?

Buscando realizar um aprofundamento dos conceitos abordados até aqui, realizaremos revisão bibliográfica das obras de Gilles Deleuze/Félix Guattari e Michel Foucault, além de fontes relacionadas que contemplem a temática.

Como dispositivo de coleta de dados, utilizaremos o grupo focal, que representa uma forma de levantamento de dados a partir de interação grupal em torno de um tema específico. De acordo com Backes et al. (2011, p. 438): “Na busca por uma caracterização dessa técnica, pode-se argumentar que se trata de uma entrevista em grupo, na qual a interação configura-se como parte integrante do método”. Ainda segundo a autora, o dispositivo grupal permite explorar o debate, problematizando temas que não seriam abordados em entrevistas individuais.

Uma vez que o tribunal de Justiça do Estado de Goiás está dividido em quatorze macrorregiões, cada qual com uma comarca sede, na qual estão lotados os psicólogos, realizaremos os grupos de acordo com essa divisão, observando o número de dois encontros com cada grupo.

Além do grupo focal, realizaremos análise de relatórios técnicos nas quatorze regiões, nos setores em que está presente o trabalho do psicólogo.

Afim à processualidade do grupo focal, utilizaremos o método cartográfico, tanto na revisão bibliográfica quanto na coleta e análise dos dados obtidos através do grupo. A cartografia caracteriza-se pela implicação do pesquisador nos percursos da pesquisa, à qual é correlativa à concepção de emergência, de dinamismo e de flexibilidade (Bocco, 2008). O método cartográfico, por estar ancorado na experimentação (Passos, 2010), procura inserir o cartógrafo no território, no encontro,

para perceber os trajetos, os movimentos dos encontros, as processualidades. “São múltiplas as entradas em uma cartografia. A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, (...)” (Passos, 2010, p. 10).

Referências

- BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração Juvenil**. Porto Alegre: ABRAPSO SUL. 2008.
- BACKES, D. S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas**. Artigo de revisão: O Mundo da Saúde, São Paulo: 438 a 442, 2011;
- CASALEIRO, Paula. **Regulação judicial das responsabilidades parentais: uma análise a partir da Teoria do Poder de Foucault**; artigo In: Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES, 4, 1, 173-193, 2016;
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, v. 2; 1995;
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: 34, v. 5; 1997;
- FOUCAULT, Michel, **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988;
- FOUCAULT, Michel, **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Trad. Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012;
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 207 p.; 2010;
- ROVINSKI, S.; **Psicologia jurídica no Brasil e na América Latina: Dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica**. In: S. L. R. Rovinski & R. M. Cruz (Eds.), **Psicologia Jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção**. (pp. 11-22). São Paulo: Vetor; 2002;
- SILVA, C.V.M.;VASCOCELOS, D.M.C.J.; MAGALHAÊS, F.S. **A experiência do psicólogo jurídico e o desafio de uma identidade profissional nas varas da família**. In: FERNANDES, H.M.R. (coord.) Recife, UFPE, p. 115-122; 2001;
- SILVA, Denise Maria Perissini da. **Psicologia jurídica do processo civil brasileiro: uma interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância** /3. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2016;
- SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; GALEANO, Giovana Barbieri; SILVA, Jhon Lennon Caldeira da and SANTOS, Suyanne Nayara dos. **Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas**. Psicol. cienc. prof. [online], vol.34, n.3, p.660-675, 2014.



A melancolia em Virgínia Woolf: um estudo psicanalítico

Letícia Lima Vieira

Orientadora: Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Delimitação do tema

O presente projeto pretende compreender aspectos da melancolia através dos escritos da autora inglesa Virginia Woolf. Com base na teoria psicanalítica freudiana, nossa proposta é analisar algumas obras literárias de cunho autobiográfico de Woolf e refletir sobre aspectos da melancolia.

Justificativa e referencial teórico

Assim como importantes obras foram submetidas a uma análise psicanalítica e a escrita foi a via de elaboração de Freud, optamos por investigar aspectos da melancolia através da análise de obras literárias de uma escritora que marcou e criou tendência no estilo de escrita da literatura moderna. Além da peculiaridade de sua construção dos personagens, Woolf afirmou, por diversas vezes, que eles eram construídos e inspirados em personagens de seu passado (Fusini, 2011; Marder, 2011). De acordo com Auerbach (2013), os meios empregados para reproduzir o conteúdo da consciência dos personagens woolfinianos, ou seja, o monólogo interior ou fluxo de consciência já haviam sido empregados antes na literatura. Porém, tais meios não foram utilizados antes com a mesma intenção artística de Virginia Woolf, que consistia em “fazer com que se confunda ou até, que desapareça totalmente, a impressão de uma realidade objetiva” (Auerbach, 2003, p. 482).

Em seu estilo de escrita, Woolf descrevia os acontecimentos interiores de seus personagens de forma não cronológica. Sendo assim, Auerbach (2013) ressalta que “os acontecimentos exteriores perderam por completo o seu domínio; [e] servem para deslanchar e interpretar os interiores” (p. 485). Outra tendência pontuada por Auerbach, especialmente evidente nos textos de Woolf, é o fato de que

ela “se atém a acontecimentos pequenos, insignificantes, escolhidos ao acaso” (p. 485) que ganham em significação para a construção de seus textos. Nessa perspectiva, Marder (2011), um de seus biógrafos, afirma que a escritora chegou à conclusão de que “a maioria dos fatos corriqueiros costuma levar-nos ao encontro de questões essenciais” (p. 15).

Marder (2011) também pontua a característica autobiográfica das obras de Virginia. Ao mencionar a obra “*Ao farol*”, aponta como “ela [Woolf] aí reconstruiu o mundo de sua infância e traçou vívidos retratos de seus pais, a fim de reduzir o poder que eles ainda tinham sobre ela” (p. 38). Outra obra, “*As ondas*”, é nomeada por Marder de “autobiografia fictícia” de Virginia. Nesse livro, temos a presença de seis amigos a “sintetizar suas vidas numa série de solilóquios impessoais” (Marder, 2011, p. 41). Fusini (2011), outra biógrafa de Woolf, explica que só poderia recorrer às próprias obras de Virginia para elaborar sua biografia, “pois é nelas que ela fala de si mesma, não é possível conhece-la em outro lugar” (p. 11). Qualquer acontecimento na rotina de Virginia dava vida à sua arte, pois “o ritmo interno da vida, a capacidade de acolher e a força de resistir, ressoa na palavra de Virginia, como em qualquer outro sinal de sua existência” (p. 12).

Os diários e cartas analisados por Marder (2011) e Fusini (2011) evidenciam que Woolf era fortemente sensível ao mundo à sua volta e isso se refletia em sua escrita. Marder (2011) afirma que a escritora era “distante observadora, mas também perversamente envolvida, ela viu a agressão fortuita, o acidente, os velhos na pobreza, como se tais cenas revelassem algo que ela própria queria, uma verdade, uma confirmação de uma realidade que sentia dentro de si” (p. 37). Além disso, seus escritos e diários demonstram um forte sofrimento psíquico. Marder (2011) ressalta que Virginia “vivía muito perto dos extremos limites psicológicos; maníaco-depressivo, durante anos mantivera sua doença sob controle, mas sabia que podia sempre voltar” (p. 46).

O quadro psíquico da escritora, apesar de muitas vezes confundido com uma psicose no sentido clássico do termo, parece apontar para uma melancolia. Marder (2013) explica que “quando ela estava bem, sua energia era notável, mas tinha pequenas crises recorrentes, fortes dores de cabeça associadas a surtos de melancolia, que a deixavam de cama por vários dias e às vezes até semanas” (p. 46). Além disso, Virginia relata como se sentia infeliz, com vontade de estar morta e lutava para livrar-se de ideias suicidas.

Nesse sentido, Woolf descreve constantemente em suas obras sentimentos de angústia e desamparo que parecem refletir não apenas suas vivências internas, mas também ligadas à experiência da Modernidade. Birman (2005) aponta que, em função da Modernidade, “o desamparo do sujeito se incrementa bastante, revelando-se o tempo todo como uma ferida exposta e sangrenta” (p. 79). Aliada

a essa ideia do desamparo do homem moderno, Kehl (2009) destaca o aumento assombroso dos diagnósticos de depressão nos países do Ocidente, desde a década de 1970, e como o conceito de melancolia entrou em decadência. Kehl (2009) afirma que “o homem contemporâneo está particularmente sujeito a deprimir-se” (p. 13).

A partir de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), Kehl ressalta que se estima que “a depressão, no início dos anos 2000, acometia 6% da população mundial e prevê que até 2020 terá se tornado a segunda causa de morbidade no mundo industrializado, precedida apenas pelas doenças cardíacas” (2009, p.13). Diante desse prognóstico, a autora ainda aponta as confusões em relação à depressão e à melancolia pelas semelhanças sintomáticas que as duas produzem.

Assim, compreendemos a melancolia como um quadro distinto da depressão. Segundo Freud (1917[1915]/1996), a melancolia estaria próxima dos quadros psicóticos, como uma neurose narcísica em oposição às neuroses de transferência. Kehl (2009) afirma que, na melancolia freudiana, a falta de objeto se inscreve “na etapa primordial da constituição do sujeito dominada pela oralidade, pela ambivalência e pela indiferenciação entre o *infans* e mãe” (p.189). Kehl (2009) explica que, na melancolia, o objeto perdido “praticamente se confunde com o *eu*, contra o qual o sujeito dirige seus insultos e sobre o qual o *supereu*, representante das moções de gozo anteriores ao atravessamento do complexo de Édipo, dirige seu sadismo” (p.190). Ela ainda completa:

O conceito de neurose narcísica, em psicanálise, aproxima-se do de psicose, mas não se confunde com ele. Freud, em ‘Neurose e psicose’, define as neuroses a partir do *eu* e o *isso*, e as psicoses entre o *eu* e o ‘mundo exterior’ (sem se ater à questão de qual instância psíquica o representa). A melancolia, como (única?) representante do grupo das ‘neuroses narcísicas’, resultaria de um conflito entre o *eu* e o *supereu* (p. 196).

Freud (1917[1915]/1996) chama a atenção para “a característica mais notável” da melancolia, que é “sua tendência a se transformar em mania, estado este que é o oposto dela em seus sintomas” (p. 259). Ele explica que em alguns casos a mania segue “seu curso em recaídas periódicas, entre cujos intervalos sinais de mania talvez estejam inteiramente ausentes ou sejam apenas muito leves” (p. 259). Uma hipótese de insanidade circular, portanto, é revelada pela alteração regular de fases melancólicas e maníacas.

Freud (1917[1915]/1996) esclarece que, na melancolia, o próprio ego do sujeito se torna pobre e vazio. O sujeito pensa ser moralmente desprezível, desprovido de valor, ele se repreende e espera ser expulso e punido. O melancólico não se comporta da mesma maneira que uma pessoa esmagada, de uma forma normal, mas encontra satisfação do desmascaramento de si mesmo. Segundo Freud (1917[1915]/1996) “no quadro clínico da melancolia, a insatisfação com o ego constitui, por motivos

de ordem moral, a característica mais marcante” (p. 253). O autor ainda completa que, frequentemente, a autoavaliação do paciente se preocupa muito menos com a enfermidade do corpo, a feiura, a fraqueza, ou com a inferioridade social. Porém, Freud aponta para uma contradição no que diz respeito à última categoria, pois o “temor da pobreza, e as afirmações de que vai ficar pobre ocupam posição proeminente” (p. 259).

Sendo assim, os aspectos de vida de Virgínia e seus escritos autobiográficos podemos nos dar pistas acerca de uma economia psíquica tanto do sujeito moderno, quanto do sujeito em melancolia. De acordo com Sibilia (2016), as palavras e imagens podem constituir uma forma de agir, de criar universos e construir subjetividades. A linguagem não só dá sentido à vida, “mas também estabiliza o espaço e ordena o tempo, em diálogo constante com a multidão de outras vozes que nos modelam, coloreiam e recheiam” (p. 58). Desta forma, Sibilia (2016) afirma que “talvez seja Virgínia Woolf quem expressou essa dinâmica da melhor maneira, enquanto vertia seu próprio néctar nas páginas de seu diário íntimo” (p. 59).

Objetivos

A análise pretendida por este projeto consiste em compreender, a partir da psicanálise e dos escritos de Woolf, as manifestações da melancolia. Como objetivos específicos, nossa pesquisa se propõe a: (a) investigar o desamparo decorrente da modernidade e relacioná-lo com a economia psíquica do melancólico; (b) investigar como os aspectos de tal matriz psíquica estão evidenciados nos escritos de Virgínia; e (c) aprofundar na compreensão psicanalítica acerca da melancolia.

Percurso metodológico

Como recurso metodológico para nossa investigação, utilizaremos a metodologia das narrativas de vida conforme desenvolvido por Abrahão (2004), Bertaux (2010) e Larrosa (2006). Para Souza (2006) “a escrita da narrativa potencializa no sujeito o contato com sua singularidade e o mergulho na interioridade do conhecimento de si” (p. 135). Deste modo, Souza (2006) também explica que a narrativa representa a forma como nós, seres humanos, vivenciamos e experimentamos o mundo. Por isso, a narrativa é tanto um fenômeno quanto uma abordagem de investigação-formação, “porque parte das experiências e dos fenômenos advindos das mesmas” (p. 136). De acordo com Lima (2013), a autobiografia pode ser compreendida como “a escrita (*grafia*) da própria (*auto*) vida (*bio*), ou seja,

a escrita do eu que envolve aspectos passados e memorados, mas também a escrita das experiências do presente e da condição atual do sujeito”.

Sendo assim, pretendemos buscar dados para um processo interpretativo de aspectos da vida de Virgínia que nos auxiliem a compreender os sintomas da melancolia presente em sua vida assim como sua percepção acerca de si mesma. Segundo Bertaux (2010), esse tipo de trabalho exige um esforço amplo de seleção e interpretação, pois neste tipo de pesquisa faz-se necessário dar ênfase aos contextos sociais e psíquicos pesquisados. Portanto, a pesquisa autobiográfica ligada à “psicologia e à psicanálise, procura reconstruir a formação do psiquismo do seu personagem, seu caráter, seus esquemas de conduta recorrentes”, ressalta Bertaux (2010, p. 94). A função da análise de narrativas de vida de Virginia Woolf será, portanto, revelar uma “profusão de indícios que permitam esboçar hipótese após hipótese, testar estas últimas pela comparação e só conservar as mais pertinentes para a construção do modelo” (p. 68).

Utilizaremos, para nossa análise, o diário escrito por Woolf entre os anos 1918-1941, e dois romances que possuem cunho autobiográfico: *Ao farol* e *As ondas*. A partir de tais escritos pretendemos evidenciar aspectos da vida de Woolf, num diálogo com seus contextos (Bourdieu, 1987).

Referências

- Abrahão, M. (2001). As narrativas de si resignificadas pelo emprego do método autobiográfico. Em, E. Souza & M. Abrahão (Orgs.), *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (pp. 149-170). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Auerbach, E. (2013). *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva.
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. São Paulo: Paulus.
- Birman, J. (2005). *Mal-estar na atualidade – a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 5ed. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. XIV, pp. 245-269). Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1917[1914]).
- Kehl, M. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.
- Larrosa, J. (2006). Ensaio, diário e poema como variantes da autobiografia: a propósito de um “poema



de formação”. Em, E. Souza & M. Abrahão (Orgs.), *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (pp. 183-202). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Marder, H. (2011). *Virginia Woolf: a medida da vida*. São Paulo: Cosac Naify.

Rivera, T. (2005). *Arte e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Sibilia, P (2016). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2ed.rev. Rio de Janeiro. Contraponto.

Souza, E. (2006). Pesquisa narrativa e escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas.

Em, E. Souza & M. Abrahão (Orgs.), *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (pp. 135-148). Porto Alegre: EDIPUCRS.



O Ódio nas Redes Sociais: novas perspectivas do Narcisismo e da Indústria Cultural na contemporaneidade

Lilian Martins Patricio Xavier

Orientadora: Susie Amâncio Gonçalves de Roure

Este trabalho surge a partir da dificuldade de compreensão acerca da excessiva exposição de ataques verbais pautados no ódio dentro das redes sociais online². Como refletir essa realidade e criar subsídios para lidar com essa demanda tem sido tratado muitas vezes de forma rasa e corriqueira. O que nos prende à temática percorre por enredados caminhos, um novo campo de convivência e relações sociais, portanto, de novas subjetividades e conflitos, novas formas e hiper exposições de ideias, de falas e dos próprios indivíduos. Estes elementos serão explorados a partir de alguns conceitos fundamentais da Teoria Crítica e da Psicanálise, na tentativa de compreender esse fenômeno atual e seus impactos, não só na subjetividade do indivíduo, mas no funcionamento e talvez adoecimento de toda uma sociedade.

Outro caminho a desbastar são os novos desafios ligados à pesquisa e a ética no campo virtual, ainda se carece de direcionamentos legais e resoluções claras que amparem pesquisas nesta área que é hoje um grande, se não o maior campo de interação virtual e/ou social.

O espaço virtual tornou-se sobretudo uma vitrine e por que não uma arena com constantes duelos de ódio e violência em prol do discurso que lhe confere. Debater, portanto, questões relacionadas à indústria cultural e narcisismo, sob o impacto das novas tecnologias e suas implicações para a sociedade se faz cada vez mais necessário e urgente, visto a quantidade significativa de indivíduos/grupos que fazem uso das Redes Sociais online, e o quanto este espaço virtual tem se atrelado cada dia mais ao mundo real, contribuindo para a manutenção de preconceitos, dificuldades em dialogar e impossibilidades de expressão da autonomia.

² Redes Sociais online são estruturas criadas a partir de ferramentas de comunicação utilizadas para integrar pessoas em plataformas web. Podem ser acessadas com o uso de aparelhos com acesso à internet como tablet, celular com tecnologia Android e computadores sob os mais diversos objetivos, para relacionamento pessoal, profissional, marketing, entre outros.

A partir do objetivo geral deste trabalho, que se trata de analisar o ódio nas redes sociais, vamos desvelando outros objetivos como explanar e debater os conceitos de indústria cultural e barbárie para os autores frankfurtianos, compreender o fenômeno da violência e discutir sobre o narcisismo para a teoria psicanalítica de Freud.

Os ataques de ódio e violência nas redes sociais sempre surgem da incompatibilidade de opiniões, logo vem a necessidade de contrapor e de mostrar em forma de ataque o que se tem a dizer, portanto o que vem do campo do outro e difere de mim é visto como ameaça. E ao contrário, se há identificação, há reconhecimento e uma confirmação de que sou detentora de uma (suposta) verdade.

De acordo com Freud não possuímos de forma inata apenas o amor e a compaixão, mas também a agressividade, que como condição humana nos coloca na posição de sucumbir a humanidade. A civilização procura, através de normas, leis, métodos e diversos instrumentos, colocar limites a essa agressividade. Mas é sabido que é uma ilusão detê-la totalmente, já que ao coagir os que a cometem faz reavivar novamente a violência. Renunciar o prazer e a agressividade extrema em prol da civilização exige uma espécie de troca por formações psíquicas reativas, controlando então os impulsos inaceitáveis. Freud afirma que “não é de menosprezar a vantagem que tem um grupo cultural menor e que hostilizam os que não pertencem a ele. Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade. (...) Dei a isso o nome de “narcisismo das pequenas diferenças” (1930).

O narcisismo das pequenas diferenças não ocorre apenas no âmbito grupal, o indivíduo em suas vivências busca se reafirmar identificando e apontando as diferenças no outro para então julgar e rechaçar. Quando na massa, esse narcisismo das pequenas diferenças precisa se dissolver entre os integrantes para dar lugar à uma união, que vai fortalecer aqueles indivíduos enquanto grupo, partido ou gangue em nome das diferenças dos demais grupos que soam como ameaças. Garante-se uma coesão, podendo ser em nome da sobrevivência, do poder, da dominação, entre outros objetivos e exalta-se o que difere de nós. Freud (1921) diz não ficar espantado que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável, e que na formação de um grupo, a totalidade dessa intolerância se desvanece, temporária ou permanentemente, dentro do grupo.

Quando os indivíduos renunciam aos instintos sexuais e agressivos ligados à pulsão de morte em favor de uma possível sobrevivência e segurança, e que é intensificado enquanto integrante da massa, ocorre uma cristalização dessa renúncia e da uniformização que leva ao que Freud (1930) chamou de “miséria psicológica da massa”. Quando a ligação através da identificação se estabelece no grupo de forma enrijecida e duradoura, os integrantes vão se petrificando em sua cegueira, as

singularidades desvanecem, já não são mais donas do seus desejos e escolhas, a forma de apreender o mundo está completamente enodado pelo que lhe é imposto na massa.

A massa, a uniformização, e a conseqüente “miséria psicológica da massa” decorrente do narcisismo das pequenas diferenças parece ser um campo bastante fértil para a indústria cultural imperar e produzir a barbárie.

Adorno e Horkheimer (1985) desenvolvem o conceito de indústria cultural, em que tudo se transforma em artigo de consumo, todas as vezes que uma certa fórmula se populariza e tem êxito de consumo, a indústria a promove e repete sempre o mesmo padrão, o que intensifica a passividade social, e a uniformização técnica leva, por sua vez, à “administração centralizada” (Matos, 1993). A sociedade administrada parte da expansão do capitalismo, da indústria cultural, dos modos de produção que coisificam os homens, os corpos e a subjetividade, e levam a perda de sentido da experiência, a cultura torna-se produto da indústria, produzida de uma forma “pensada” para vender, e as pessoas são “educadas” para consumir.

Os meios de comunicação de massa mortificam nos indivíduos a possibilidade de refletir, de criar e até de ver. A indústria cultural deforma e destrói a própria cultura transformando-a em arranjos de massa. Esse conceito é bastante explorado na obra *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1985), com o propósito de reestabelecer as vinculações que ele preserva com as novas modalidades de aparatos tecnológicos do século XXI. A produção da cultura, é instrumentalizada de forma mercadológica a ponto de ser caracterizada como indústria cultural (Zuin, Pucci, Lastória, 2015).

Passados quase um século, graças ao espantoso desenvolvimento das tecnologias da informação e também à não menos espantosa concentração econômica, o sistema ganhou mais densidade e articulação, aprimorando aqueles ramos tradicionais, transformando-os em aparatos de última geração e mais poderosos: os celulares, a TV interativa, a Internet e outros. Porém a cultura atual, com mais competência ainda, continua conferindo a tudo um ar de semelhança, de identidade, de uniformização (Pucci, 2006).

A essência do conceito, segundo Zuin (2001) não só permanece atual, como também é relevante para a crítica das condições sociais que fundamentam a universalização da semiformação³, sendo esta uma característica da barbárie. Quanto ao processo de semiformação Adorno coloca que

³ O conceito de semiformação extraído da obra de Zuin refere-se neste caso ao conceito de pseudoformação, referente à uma falsa formação, o qual usarei no decorrer desta pesquisa.

ele ocorre quando há um afastamento da produção cultural e subjetiva do verdadeiro saber popular cedendo aos interesses mercadológicos da indústria cultural. Na obra Teoria da Semicultura, Adorno (XX) afirma que a formação nada mais é que a cultura tomada pelo lado de sua apropriação subjetiva, mas que ao se esquecer disso acaba por se converter em semiformação, esta que passou a ser a forma dominante da consciência atual, ou seja, um retrocesso à barbárie.

Adorno (1995), em Educação e Emancipação, traz o conceito de barbárie ao referir que estando na civilização, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. E o contexto social no qual a barbárie é ininterruptamente reiterada é como já percebemos o da indústria cultural hegemônica.

O campo virtual, principalmente o facebook, vem sendo utilizado como um espaço para a reprodução da barbárie e do narcisismo das pequenas diferenças. O Facebook é também a rede social mais utilizada no Brasil, em 2016 de acordo com dados divulgados no evento Campus Party havia 1,48 bilhões de perfis.

Este estudo é de ordem qualitativa e se dará a partir de uma pesquisa empírica no qual os dados serão coletados em 3 grupos online de discussão na rede social Facebook, Movimento Brasil Livre, Contra o golpe fascista II e Política Brasileira, no qual serão extraídas falas de diversos internautas. Na etapa seguinte serão analisados os comentários a partir da Análise de Conteúdo descrita por Bardin (1994), de acordo com a presença ou a ausência de características de conteúdo nas narrativas.

Em um último momento se dará as articulações, reflexões e discussões possíveis atrelando a análise dos dados coletados aos conceitos e teorias da psicanálise e da teoria crítica, já abordados e que embasam este estudo. Buscaremos identificar se há ou não relação do ódio presente nas redes sociais com a indústria cultural e o narcisismo, e havendo essa correlação, de como isso ocorre, e de que forma esses conceitos conseguem dar interpretação ao fenômeno do ódio nas redes sociais.

A internet possui uma representação de nossas práticas sociais e demanda novas formas de observação, que requerem que os cientistas sociais voltem a fabricar suas próprias lentes, procurando instrumentos e métodos que viabilizem novas maneiras de enxergar (Halavais, 2010 apud Frago, 2010).

Recuero & Amaral, 2011).

Se as questões éticas forem consideradas, se os problemas técnicos puderem ser adequadamente administrados e se houver uma boa razão para usar a internet para um projeto de pesquisa, então sua utilização poderá ser proveitosa e útil. O interesse acadêmico na internet, enquanto cultura e produto cultural, levará a um maior desenvolvimento no nível metodológico. O desenvolvimento da pesquisa qualitativa na internet apenas começou, e continuará no futuro (Flick, 2009).

Nós, enquanto pesquisadores e psicólogos temos, portanto, a tarefa de desvelar e lidar com estes desafios que afetam tanto a subjetividade humana como as relações sociais, construindo assim subsídios para uma práxis de resistência do processo de empobrecimento da consciência crítica.

Referências

- Adorno, T. W. (1995). *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Adorno, T. W. & Horkheimer. M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Adorno, T. W. (2005). *Teoria da Semicultura*. Porto Velho: Edufro. Ano IV, Nº191 Volume XIII, Mai/Ago.
- Bardin, L. (1994). *Análise Conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ed. Porto Alegre: Artmed.
- Fragoso, S.; Recuero, R.; Amaral, A. (2011). *Métodos de Pesquisa para Internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Freud S. (2011). Psicologia das Massas e Análise do Eu. Em, *Obras completas* (vol. 15, pp. 13-112). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra originalmente publicada em 1921).
- Freud S. (1996). O Mal-Estar na Civilização. Em, *Edição Standard das obras psicológicas de Sigmund Freud*. (vol. , pp.) Rio de Janeiro: Imago. (Obra originalmente publicada em 1930).
- Matos, O C. F. (1993). *A escola de Frankfurt: Luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo: Moderna.
- Pucci, B. (2006). *A Indústria Cultural Hoje*. Congresso Internacional “A Indústria Cultural Hoje”. São Paulo.
- Zuin, A. A. S. (2001). Sobre a atualidade do conceito de Indústria Cultural. *Cadernos Cedes*, 54 (21), 9-18.
- Zuin, A; Pucci, B; Lastória, L. N. (2015). *10 lições sobre Adorno*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.



Autoridade na família moderna, implicações na formação e na autonomia do indivíduo contemporâneo

Lorrany Mirielle Santos Corrêa

Orientadora: Susie Amâncio Gonçalves de Roure

Definição do Problema

Este trabalho pretende refletir acerca do conceito de autoridade na família e a partir das concepções apreendidas, analisar os nexos constitutivos de seu papel, fundamentação e legitimidade na construção da autonomia do indivíduo contemporâneo.

Objetivos

- Discutir o conceito autoridade e as concepções que a constituem por meio levantamento de literatura e pesquisa bibliográfica, utilizando como referencial teórico autores da Escola de Frankfurt, como Horkheimer e Adorno.
- Discutir as concepções de autonomia e liberdade, conforme definidos por Kant (2003), na confluência com a perspectiva formativa do homem contemporâneo, compreendidos os aspectos sociais, culturais e históricos que envolvem sua constituição.
- Discutir a função educativa na contemporaneidade, tendo por base as perspectivas históricas e socioculturais do processo formativo na família por meio da Teoria Crítica da Sociedade e das discussões de Hobsbawm, Berman e Lasch.
- Confrontar as categorias conceituais levantadas a partir da discussão teórica com as categorias que emergirão da análise de conteúdo do filme “Como nossos pais”, como base para a investigação da família contemporânea.

Metodologia

A metodologia da presente pesquisa será feita através de pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo de cenas do filme “Como os nossos Pais”, da diretora Laís Bodanzky, contemplando os aspectos necessários para a compreensão dos desafios impostos à formação humana por mediação da família.

Justificativa e Fundamentação teórica

Estudar a família contemporânea, em suas mais distintas conformações, demonstra a necessidade em entender o processo de formação do indivíduo a partir da modernidade e como este se determina, possibilitando ou não, a construção da autonomia do sujeito. Através de uma análise histórica, podemos entender a dinâmica da autoridade na família e investigar as implicações para a formação do indivíduo autônomo.

O indivíduo se constitui por meio das próprias vivências com o social. A forma que o sujeito internaliza o mundo é parte constitutiva de sua própria subjetividade, sendo que ambos, indivíduo e o sociedade, relacionam-se numa trama dialética de mútua determinação. A medida que o sujeito se institui, se forma, desenvolve a consciência de si e do mundo, tendo por mediação a compreensão do que deseja e a forma como analisa as possibilidades de intervenção na sociedade.

Segundo Iasi, em Freud, se permite compreender que o processo de tornar algo consciente perpassa pela forma que se internaliza o que é vivenciado na relação entre as pulsões instintivas e o outro, ou seja, a formação da consciência está diretamente ligada a como assimilamos e vivenciamos o mundo. Esse mundo é apresentado primariamente pela família, primeira instituição mediadora da relação do indivíduo com a sociedade. “É na interação com o mundo externo que se forma o psiquismo, a estrutura básica do universo subjetivo do indivíduo” (Iasi, 1999).

O primeiro universo assimilado pelo indivíduo é vivenciado por meio das relações com a própria família, com a cultura, os com os componentes sociais e históricos no mundo no qual está inserido compreendendo gradativamente os espaços da comunidade imediata, da escola e do trabalho.

Ao fazermos uma análise sociológica da história da família e suas determinações históricas e sociais, podemos dizer, que o modelo contemporâneo da família brasileira origina-se das concepções de família advindas do modelo da burguesia europeia, adotada como crivo para as outras estruturas familiares, com o intuito principal de preservar o capital, conforme as demandas produtivas a partir da Revolução Industrial.

Conforme Reis (1992), a família burguesa era dividida por papéis sexuais, sendo o marido a

figura de autoridade, provedor e detentor da posse dos filhos e da mulher. Para a mulher, ficava a responsabilidade de cuidar da casa, da educação e da formação dos filhos, visto que o preparo para o mundo do trabalho e para o sucesso no mercado, tornaram-se fundamentais para a consolidação da burguesia. A mulher era vista como responsável pelo desenvolvimento moral da criança e por prepará-la para a sociedade, ficando alienada de todas as transformações políticas e econômicas da sociedade.

Ao longo da história, o conceito de autoridade assume distintas conformações. Segundo Horkheimer desde as comunidades mais primitivas, a minoria sempre governou sobre a maioria, sempre houve dominação ou formas de subordinação de classes. As diferenças quase sempre levaram à legitimação de relações de dominação, sendo os modos como esse se imprime a característica específica de cada sociedade. Segundo esse autor, compreender os mecanismos pelos os quais se estabelece a autoridade é fundamental para se conhecer tanto as perspectivas do autoritarismo quanto as condições de autonomia na formação dos indivíduos.

Na Idade Média, a existência humana era reconhecida como resultado da existência vertical de um ser superior. Toda a vida humana, seu destino, sua forma de conceber o mundo estaria fundamentado na existência dessa autoridade. (Arendt, 2001).

Na modernidade, conforme Hobsbawm (2010), as relações humanas passaram a ser de outra ordem, voltadas para a perspectiva humanista, tendo o homem como centro da vida social e senhor do seu próprio destino. A mudança nesse paradigma determina uma nova concepção de autonomia e de formação de subjetividade.

Segundo a perspectiva da Escola de Frankfurt, a constituição do indivíduo acontece na relação dialética com a cultura e com a sociedade, esta que só pode existir mediante as suas leis. A assimilação da lei se internaliza dentro do próprio contexto familiar, sendo a autoridade, resultado da identificação com as figuras paternas.

Ao confrontar os conceitos de autonomia e de autoridade, Roure (2009), afirma que a superação do autoritarismo, própria das relações formativas até à modernidade, se dá sob uma forte relação de exclusão ou de puro antagonismo com as noções de obediência e direção. A autoridade passa a representar a negação da autonomia e dos princípios que a norteiam, em especial quando se atenta para a questão da liberdade.

Aprofundando um pouco no conceito de autoridade, conforme Horkheimer (1990), ele muda conforme o contexto social e momento histórico em que se apresenta, sendo que em cada época, cada contexto social, apresenta sua própria fundamentação, concepção e teor de autoridade.

A autoridade é efetiva quando ela é reconhecida e aceita. Ao aceitá-la nos submetemos a ela.

Porém, essa é uma submissão ativa, por escolha, com autonomia, por reconhecimento de uma superioridade e não por imposição.

Podemos dizer que a forma como o indivíduo se identifica e se diferencia, faz com que a autonomia se dê na superação da autoridade, visto que demonstra o seu processo de emancipação, tornando-se autônomo, capaz de viver suas contradições e enfrentar as demandas sociais.

A autonomia é construída e desenvolvida na relação e individuação do homem em sua relação com o outro, num processo que não pode prescindir da ideia de lei e de laço social.

Vários autores, ao longo dos séculos vêm discutindo o conceito de autonomia no desenvolvimento humano. O termo sujeito serve para designar o indivíduo ciente de uma identidade que reconhece enquanto sua. O sujeito do conhecimento é produzido por relações de mútua determinação, de direção e de poder, ou melhor, o que chamamos sujeito é um enunciado social, um composto histórico. Podemos dizer que o processo da construção da consciência de si e da autonomia perpassa pela compreensão do outro que foi internalizado, então conhecer a sociedade inserida se torna um caminho para essa emancipação.

Kant (2002), também refere à autonomia ao contexto social, afirmando que ela deve compor o caráter genérico do homem, e deve ser exercida na totalidade na qual o indivíduo é constituído. Kant atesta ainda, que não é a autoridade externa que constitui a autonomia do indivíduo, pois as exigências morais são impostas pela própria consciência interna da legitimidade da norma e da lei. Somente aquilo que faz sentido em nível dessa consciência de ser, dentro do seu contexto social-histórico é internalizado. “A estrutura da sociedade deve refletir e expressar a capacidade moral comum e igual de seus membros” (Kant, 2003, p.371).

Em outra perspectiva, Horkheimer concebe o homem como sujeito criador da própria história passando a confrontar as ações humanas passadas com as possibilidades intrínsecas do próprio homem no jogo das relações sociais. A Teoria Crítica investiga o caráter formativo, as condições de dominação e de poder e as possibilidades da construção da emancipação no interior da própria sociedade.

A construção do sujeito perpassa por aspectos sociais e expressa as mediações e os modos como esses determinantes sociais são internalizados.

Apesar de cada contexto social construir sua figura de autoridade, podemos observar que em qualquer contexto existe uma característica comum, que seria o fato de existir aceitação e respeito sobre certa liderança de um indivíduo do grupo, qualidade esta que o diferencia dos outros e o coloca em uma posição de destaque, sendo um modelo para os demais. Claro que esta qualidade não se trata

de uma característica natural, mas sim algo adquirido no decorrer das suas relações com o mundo e com os outros.

Esse papel de autoridade é ocupado, por exemplo, pelos pais dentro da família. Este seria o primeiro grupo social em que os indivíduos se inserem durante sua infância, sendo a família como uma porta de entrada para a civilização. Neste ambiente os pais servem de referência para as crianças, por deterem as condições de cuidado, provisão e de já possuírem maior experiência de vida. Estas figuras de autoridade na família são de grande importância durante a primeira infância, pois é neste período que se constituem as bases psicológicas e as concepções de mundo social do indivíduo. Esse processo se dá no mundo e no âmbito das relações sociais. Portanto está cerceado pelas leis naturais, leis civis, convenções sociais. Ou seja, o processo de construção da autonomia não exige o sujeito de se submeter à alguma perspectiva de limite, ou de restrição e interdição, ou mesmo de autoridade.

A partir dessa construção do ser individual, que se forma na relação com o outro e com o grupo social, servindo a alguma ou algumas figuras de autoridade, analisamos aqui, o papel de importância no processo da construção da autonomia do ser na família. Interessa, sobretudo, entender como as novas conformações e demandas sociais imprimem mudança de localização dos papéis formativos dos novos indivíduos. Seria, ainda, a família a possibilidade de construção da identidade e da autonomia? Que papel exerce a autoridade nas relações formativas e educativas exercidas na família? Se a autonomia é uma invenção da modernidade, que concepções de autonomia estariam norteando a formação no interior da família? Seria essa noção contemporânea de autonomia capaz de levar, de fato, ao esclarecimento e à emancipação do homem contemporâneo?

Referências

- Arendt, H. (2001). *Entre o passado e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- Hobsbawm, Eric J. (2008). *A era dos extremos*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- Hobsbawm, Eric J. (2010). *A era dos extremos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- Horkheimer, Max. (1990). *Autoridade e família*. In: *Teoria Crítica I: uma documentação*. São Paulo: Perspectiva.
- Horkheimer, Max; Adorno, Theodor (org). (1973). *Temas básicos da sociologia (1956)*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Cultrix: Ed. USP.
- Iasi, Mauro Luis (1999). *Processo de Consciência*. São Paulo: CPV.
- Kant, Immanuel. (2002a). *Resposta à pergunta: que é iluminismo?* Em: *A paz perpétua e outros*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



opúsculos. Lisboa/Portugal: Edições 70.

Kant, Immanuel. (2002b). *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Editora Unimep.

Kant, Immanuel. (2003). *Crítica da razão prática*. (V. Rohden, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2003. Ed. Bilingue.

Reis, J. R. T. (1992). Família, emoção e ideologia. Em: Lane, S. T. M. e Codo, W. *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Roure, S. A. G. de. (2009). *A autoridade na educação contemporânea*. Goiânia: UFG.



Formação do indivíduo na grande mídia: uma reflexão a partir das colunas de Míriam Leitão

Luís Gustavo Souza Rocha

Orientadora: Maria do Rosário Silva Resende

Ao escrever sobre a relação entre indivíduo e modernidade, Walter Benjamin (2015) descreve a informação jornalística baseando-se em um conjunto de características no qual está contida a limitação das possibilidades desse indivíduo criar experiências mediante seu contato com esta forma moderna de comunicação, cuja intenção é o relato breve, impessoal, uma novidade percível em que as notícias não são relacionadas umas com as outras.

As ideias do autor, constituintes da chamada Teoria Crítica da Sociedade, ensejam a atenção para as implicações da tradição jornalística na constituição da subjetividade, algo que não é objeto de interesse primeiro da comunicação enquanto ciência social aplicada, muito mais inclinada à observação de seus meios, e que parece próprio a uma psicologia da comunicação.

No que compete às motivações de ordem particular do pesquisador, o terreno pregresso responsável por substanciar o presente projeto de pesquisa é oriundo da rotina nas redações de veículos de comunicação que marcaram uma experiência profissional frustrada em seu propósito inicial de contribuir para a emancipação tanto do jornalista quanto de seus leitores, ouvintes e espectadores.

A intenção original apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Goiás era fazer uma crítica à informação à luz dos conceitos de formação, experiência e cultura, mas a transcorrência do primeiro semestre letivo do mestrado, com a disciplina Ideologia, Crítica e Poder na Psicologia, ministrada no mesmo período em que Docência Universitária em Psicologia era dada, causou uma associação *a priori* contrastante entre ideologia e formação como categorias provavelmente interligadas para se compreender a atuação da grande mídia em relação ao indivíduo a quem ela se dirige.

A grande mídia deriva historicamente, primeiro, do surgimento da imprensa, no século XV, e

depois, com a Revolução Industrial, da apropriação desta técnica de reprodutibilidade para uma comunicação massificada que, na indústria cultural, obedece à padronização e produção em série de mercadorias. Essa racionalidade técnica permite a dominação social por parte dos economicamente mais fortes, isto é, os detentores dos meios de produção (ADORNO & HORKHEIMER, 1985).

Para além da discussão teórica com base na revisão bibliográfica, esta pesquisa pretende recorrer a fontes documentais na produção jornalística a fim de investigar se a informação é capaz de promover esclarecimento – isto é, se do lugar no qual a grande mídia está inscrita é possível constituir indivíduos autônomos ou se ela simplesmente serve à dominação presente na sociedade.

O Grupo Globo é o maior conglomerado de mídia da América Latina, conforme relatório divulgado em 2015 pela empresa ZenithOptimedia com levantamento da receita dos 30 maiores do setor naquele ano em todo o mundo. A liderança alcançada justificaria a escolha do grupo para a verificação aqui vislumbrada, porém, em razão da insuficiência de tempo para proceder a uma pesquisa assim no mestrado, cuja duração é de dois anos, a opção adotada é o recorte – que poderia ser feito com um dos diversos veículos do Grupo Globo (dentre eles TV Globo, Globo.com, Globo Filmes e Sistema Globo de Rádio), não fosse também complexa essa investigação, exigindo-se tempo extremamente longo para sua realização.

Examinar a íntegra de um exemplar jornalístico (um telejornal exibido em um determinado dia, a edição de um jornal impresso ou de um programa de rádio, por exemplo) renderia conteúdo considerável em termos de extensão, no entanto a análise estanque desconsideraria que cada exemplar é parte ínfima da repetição periódica e infundável de uma produção em cadeia típica das mercadorias da indústria cultural, logo, da grande mídia. Um exame como esse impossibilitaria comparações que façam surgir possíveis contradições no discurso jornalístico, sinonímia de discurso midiático, pensando-se na caracterização de mercadoria em que esses conteúdos estão confinados.

Desta maneira chegamos à alternativa que, embora longe de ser ideal, representa mais proximamente nosso propósito de executar uma pesquisa de caráter documental: o recorte do trabalho de um jornalista do Grupo Globo. Para tanto, escolhemos Míriam Leitão devido à conveniência de vários fatores que atendem a uma proposição de análise: jornalista há mais de 40 anos, é uma das profissionais com mais tempo de atuação na casa e cujos conteúdos produzidos distribuem-se por alto número de plataformas do conglomerado (publicação diária de coluna no jornal O Globo desde 1991; comentários diários no telejornal Bom Dia Brasil, da TV Globo; âncora de programa semanal de entrevistas que leva seu nome no canal pago GloboNews; comentários duas vezes ao dia na rádio CBN; publicações contínuas no blog Míriam Leitão, do *site* do jornal O Globo); a posição de

comentarista lhe permite construir um nexos interpretativa que se confunde com a visão de mundo do próprio Grupo Globo; a especialidade na área econômica dá a suas análises, sempre pautadas por dados e estatísticas, aparência de verdade com promessa de tradução isenta e imparcial (na medida em que contemplaria o contraditório) da realidade, como quer fazer parecer o próprio Grupo Globo, que por vezes lança mão de tais adjetivos para descrever sua conduta diante dos acontecimentos.

A pesquisa, portanto, será realizada a partir das colunas de Míriam Leitão no jornal O Globo, pela maior possibilidade de exposição de ideias que no rádio ou na TV e por entender que a “visão social de mundo”, tomando emprestado um conceito de Michael Löwy para falar a respeito do “estilo de pensamento socialmente condicionado” (2009, p. 15), defendida nos textos circula também pelos outros formatos de transmissão de que ela faz uso.

O período escolhido se refere a um capítulo recente e controverso da história política brasileira cujos marcos convencionaremos na cronologia entre a aceitação do pedido de *impeachment* contra a então presidente da República, Dilma Rousseff (PT), por parte do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em 2 de dezembro de 2015, e a repercussão da segunda denúncia do então procurador-geral da República Rodrigo Janot contra Michel Temer (PMDB), apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 14 de setembro de 2017.

Durante a leitura das colunas elencadas, serão levantadas as categorias interligadas com as questões de formação e de ideologia para que, depois, seja feita a Análise de Conteúdo.

O recorte temporal coloca em cena no texto de Míriam Leitão a interdependência de duas áreas ditas em crise no período histórico retratado: economia e política. A jornalista firma posições que, em superficial retrospectiva sustentada pela leitura das colunas deste período, sugerem a defesa do afastamento de Dilma Rousseff (por alegação de prática de pedaladas fiscais e pela edição de decretos de crédito suplementar sem a autorização do Congresso Nacional) e consequente ocupação da presidência pelo vice Michel Temer. Depois que isso ocorre e ela se mostra favorável ao governo de Temer, defende a saída do mesmo da presidência, numa mudança brusca de opinião que acompanha a mesma mudança instantânea de posição de toda a equipe de jornalistas do Grupo Globo, após notícia divulgada em primeira mão por Lauro Jardim, colunista de O Globo, no *site* do jornal, dia 17 de maio de 2017, às 19h30, com o seguinte título: “Dono da JBS grava Temer dando aval para compra de silêncio de Cunha”. Dois dias depois, o impresso da família Marinho soltou editorial defendendo a renúncia do presidente.

Por variados momentos a intransigência da crítica à corrupção, sob o aspecto político, coexiste no texto com a menção positiva de números da economia que indicariam sua recuperação e o sinal de

que a equipe econômica do governo estaria agindo corretamente.

Reelaborando a intenção exposta anteriormente, porém com maior adequação ao que se pretende verificar, é objetivo desta pesquisa entender se por trás de eventuais contradições apresentadas nas colunas da jornalista do Grupo Globo há uma orientação para a dirigibilidade da visão social de mundo ou se o indivíduo encontra elementos para formar sua própria leitura, de maneira autônoma. Diante dos caminhos que a pesquisa apontar, é preciso avaliar as possibilidades ou impossibilidade de formação na indústria cultural.

Outro objetivo é compreender para quem se analisa, em última instância, a economia na produção de Míriam Leitão: para as pessoas ou para o mercado? Para os industriais ou para os operários? Para o lucro dos grandes setores ou para a diminuição da desigualdade social? Para a dominação ou para a emancipação dos indivíduos?

Uma das hipóteses é que, a despeito do verniz reivindicatório da moralidade na atuação de agentes políticos como critério imprescindível a uma economia pujante ou a necessidade de redução das desigualdades para o fortalecimento da democracia, a defesa do capital ao custo da permanente dominação é a defesa central de Míriam Leitão e, por extensão, da grande mídia, dos meios de comunicação de massa, que são para Guy Debord (1997) a manifestação superficial mais esmagadora da sociedade do espetáculo – expressão que nomeia esta relação social de indivíduos mediada por imagens. Elas resultam do elevado grau de acumulação do capital na sociedade (p. 25) e quanto mais o indivíduo se reconhece nelas, menos compreende de si (p. 24).

Em suma, a pesquisa aqui proposta tem como tema a formação do indivíduo na grande mídia e traz como problema a questão de se essa grande mídia é capaz de formar indivíduos autônomos. Para realizá-la, o caminho metodológico passa pelo levantamento bibliográfico de obras da Teoria Crítica, ou que tenha interlocução com ela, relacionadas à temática; e envolve a pesquisa documental, ou seja, a pesquisa das colunas de Míriam Leitão publicadas no jornal O Globo no período supracitado com posterior Análise de Conteúdo.

Referências

- Adorno, T. (2006). *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin, W. (2015). *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Benjamin, W. (1987). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



(3ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.

Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Löwy, M. (2009). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez.



Corpos marcados: desamparo e angústia na clínica psicanalítica com adolescentes

Muriel Romeiro da Costa e Silva

Orientadora: Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Justificativa

A partir da experiência clínica em um CAPS-infantil, observamos cada vez mais frequente o número de adolescentes com histórico de automutilação. Assim, nesse cenário, frequentemente, nos deparamos com dificuldades no manejo clínico, pois são jovens fragilizados, marcados pela carência de vínculos afetivos estáveis e atravessados pelas demandas da cultura contemporânea. Em levantamento bibliográfico realizado em 01 de maio de 2017 no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) encontramos somente dois artigos sobre a automutilação a partir do referencial psicanalítico. Na biblioteca eletrônica Scielo apareceram 21 artigos, dentre os quais apenas um se aproxima do nosso objeto de pesquisa, pois aborda o tema automutilação em mulheres entre 15 a 21 anos atendidas no CAPS.

A Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia Brasil (BVS-Psi) foi outra fonte pesquisada. Nela encontramos o maior número de produções sobre automutilação, 93 no total. Mas, apenas um artigo trata da automutilação praticada por adolescentes no contexto brasileiro. Os outros resultados se dividem entre ‘automutilação em animais’; ‘automutilação em casos psicóticos’; ‘prática em outros países’; ‘automutilação associada a algum tipo de patologia orgânica’; e ‘automutilação e psicanálise’. Observamos, a partir desse levantamento, a pouca produção científica a respeito dos temas automutilação em adolescentes atendidos em um CAPSinfantil, foco de nossa pesquisa.

Dentre as várias formas de automutilação, destacamos que a presente pesquisa considerará as práticas de automutilação sem intencionalidade consciente de morte, embora alguns adolescentes já tenham tentado o suicídio. Investigaremos, portanto, a prática repetitiva e, muitas vezes, compulsiva, da automutilação. Para tanto, recorreremos às articulações de Freud (1905/1926/1927/1930) acerca, da angústia e do desamparo para melhor compreendermos as narrativas dos adolescentes que se automutilam. Ademais, utilizaremos aportes teóricos de psicanalistas contemporâneos para compreensão da psicodinâmica da angústia na clínica com adolescentes que, ao tentar descarregar

seu excesso de tensão, se direciona violentamente para o corpo.

Fundamentação teórica

Compreendemos que não é possível abordar qualquer subjetividade sem levar em consideração os aspectos culturais que perpassam o processo subjetivação. Freud (1927/2014a) em “O Futuro de Uma Ilusão” ressaltou que a cultura de que participa o homem “impõe-lhe certo grau de privação, e as demais pessoas lhe trazem alguma medida sofrimento” (p.247). Assim, o sofrimento é parte de nosso processo civilizatório, como consequência da renúncia à nossa condição primitiva, e por mais que o homem tente se proteger não terá sucesso na prevenção do sofrimento. Em “O Mal-Estar na Civilização”, Freud (1930/2010) enfatiza que embora o sujeito esteja imerso em um mundo em constante progresso, ainda se encontra desamparado e demasiadamente angustiado. Desta forma, a adolescência tem sido cada vez mais estudada na contemporaneidade. Nesse sentido, é a partir da prática recorrente de automutilação em adolescentes atendidos no CAPSi e dos aportes teóricos da psicanálise que tentaremos compreender as imbricações entre a adolescência, a angústia e a automutilação. Para Calligaris (2011), o início da adolescência é demarcado pelas mudanças provenientes da puberdade, e tem como traço próprio a insegurança. É comum, nessa época da vida, certa fragilidade da autoestima, sintomas depressivos, instabilidade emocional e, em muitos casos, tentativas de suicídio. Sobre a instabilidade emocional, o autor resalta que “entre a criança que se foi e o adulto que ainda não chega, o espelho do adolescente é frequentemente vazio” (p. 25).

Embora Freud não tenha desenvolvido uma teoria sobre a adolescência, abordou o tema puberdade no terceiro ensaio do texto “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/2016). Nesse texto, essa etapa é compreendida como reedição edípica, a partir das alterações na organização da sexualidade infantil. O desamparo parece ser atualizado ante a todas as mudanças experimentadas na adolescência.

Além disso, esse desamparo infantil parece se tornar ainda mais intensificado na contemporaneidade, já que a tempestade de incessantes transformações, como afirma Berman (2016), “[...] nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (p.24). Para o autor, o homem moderno não tem ao que se agarrar de maneira permanente. Uma vez fragmentado e solitário, esse homem se vê mergulhado no abismo do desamparo, no qual as experiências modernas se tornaram incapazes de dar sentido à vida. Assim, na cultura contemporânea, a automutilação parece surgir – embora seja uma prática conhecida

e ainda pouco estudada – como denúncia de uma vivência do desamparo na adolescência e as impossibilidades de simbolizá-lo. Esses corpos marcados parecem anunciar uma passagem da palavra ao corpo, em uma tentativa de laço social e de escoamento da angústia.

Objetivos

Nossa pesquisa tem como objeto de investigação a psicodinâmica da angústia em adolescentes que se automutilam.

Objetivo geral: buscar compreender as imbricações entre a angústia e a prática de automutilação em adolescentes, a partir dos aportes teóricos de Freud e de psicanalistas contemporâneos.

Objetivos Específicos: 1. Compreender os desdobramentos das novas formas de subjetivação na contemporaneidade; 2. Aprofundar na reflexão sobre a clínica psicanalítica com adolescentes; 3. Compreender o aspecto psicodinâmico da angústia; e 4. Compreender a questão do adolescente com seu corpo.

Percurso metodológico

Diante do que foi exposto, optamos pela pesquisa qualitativa para melhor compreender nosso objeto de investigação. De acordo com Yin (2016, p. 7), a pesquisa qualitativa “é guiada por um desejo de explicar esses acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes”. Esse tipo de pesquisa é marcado pela possibilidade de estudar o significado da vida das pessoas em seu contexto real; pela captura de opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo; pela abrangência do contexto sócio histórico dos pesquisados; pelo desejo em compreender os acontecimentos sociais por meio de conceitos existentes ou emergentes; e pela utilização de várias fontes de evidência em decorrência da investigação dos participantes em sua vida real (Yin, 2015).

Para tanto, utilizaremos o estudo de caso como técnica para coleta e análise dos dados. Para Yin (2015), o estudo de caso, além de contemplar uma maior variedade de evidências, é um método preferencial quando (1) as principais questões da pesquisa são “como” e “por que”; (2) um pesquisador tem pouco ou nenhum controle sob os comportamentos relevantes; e (3) enfoca fenômenos contemporâneos.

Coleta de dados

A coleta de dados será feita por meio de entrevistas narrativas, conforme proposto por Bertaux (ano) e Jovchelovitch e Bauer (2003), e por produção escrita e de técnica projetiva, como o desenho, considerando a dificuldade que muitos adolescentes apresentam ao falarem de si. Para isso, as entrevistas serão realizadas em salas de atendimento individual de um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) de Anápolis. As salas contêm mesa, cadeiras e armários.

Participantes

Participarão da pesquisa 06 adolescentes com histórico de automutilação em acompanhamento no CAPSi. Consideraremos os seguintes fatores de inclusão/exclusão: (a) Ter idade entre 13 e 17 anos; (b) Não ser paciente atendido pela pesquisadora; (c) Não ter indicação para internação ou estar em tratamento intensivo domiciliar.

Procedimentos

Os participantes serão selecionados a partir dos prontuários do Centro de Atenção Psicossocial Infantil de Anápolis. A pesquisadora entrará em contato via telefone para verificar a disponibilidade dos participantes. As entrevistas serão realizadas em salas de atendimento individual. Serão realizados três encontros individuais com os adolescentes de aproximadamente 60 a 90 minutos. O primeiro encontro será com o adolescente e seu responsável. Antes da entrevista narrativa, a pesquisadora explicará sobre os objetivos do estudo, sobre a gravação dos encontros e o aspecto sigiloso das informações coletadas. Caso o adolescente aceite participar da pesquisa, será lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguido da assinatura do responsável e do próprio adolescente. Em seguida será realizada a entrevista narrativa com o adolescente. O segundo encontro será somente com o adolescente e consistirá na realização de nova entrevista narrativa. O último encontro será dividido em duas partes: na primeira o adolescente deverá elaborar uma redação e um desenho que retrate sua percepção acerca de si mesmo e de sua história de vida. Na segunda, será realizada entrevista com o cuidador/pais, para melhor compreender as relações afetivas que perpassam a construção da história do adolescente.

Método de pesquisa e técnica de coleta dos dados

Será utilizará a técnica de Narrativa de Vida para a coleta de dados. Segundo Bertaux (2010), a narrativa de vida consiste nos relatos que o sujeito faz de sua história de vida á outra pessoa, ou seja, ao contar suas experiências o sujeito transforma sua produção discursiva em “narrativa”. Assim,

buscaremos compreender por meio da narração da história de vida quais as imbricações entre a angústia e a prática de automutilação na adolescência. Para isso, serão realizadas três entrevistas narrativas, duas serão com os adolescentes e uma com seu cuidador, cada uma será composta por duas partes: Na primeira, o pesquisador encorajará o adolescente a contar sua história de vida. Diante disto, duas atitudes do pesquisador deverão ser evitadas: falar em excesso e interromper o relato do participante. Contudo, deverá demonstrar interesse em tudo que o adolescente diz, estimulando-o a dar continuidade em sua narração. Na segunda parte, o participante dará sinais claros de que sua narrativa se encerrou, nesse momento o pesquisador deverá estimulá-lo a retornar a algum ponto não abordado ou que necessite melhor desenvolvimento (Bertaux, 2010).

De acordo com Jovchelovitch e Bauer (2003), a entrevista narrativa se processa através das seguintes fases: Preparação; Fase 1 – iniciação; Fase 2 – narração central; Fase 3 – fase do questionamento; Fase 4 – fala conclusiva. Após o encerramento dessas fases, o pesquisador passará à fase de transcrição e análise das entrevistas.

Análise e interpretação dos dados

Para a análise e interpretação dos dados utilizaremos a análise compreensiva. Segundo Bertaux (2010), a análise compreensiva é mais do que a decodificação de um texto. Para ele, esse tipo de análise “[...] consiste, precisamente, em identificar aquelas (palavras) que remetem a um mecanismo social que marcou a experiência de vida” do entrevistado (p.108). Além da narrativa analisaremos a escrita e a técnica projetiva do desenho elaborado pelo adolescente como forma de falar sobre si. De acordo com Bauer (2003) “os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam” (p.189).

A partir dessa perspectiva, a psicanálise será nossa fundamentação teórica na interpretação dos elementos autobiográficos fornecidos pelos participantes, sejam eles escritos ou orais.

Souza (2006) enfatiza que a “escrita da narrativa potencializa no sujeito o contato com sua singularidade e o mergulho na interioridade do conhecimento de si” (p.137).

Referências

Bauer, M. W. (2003). Análise de conteúdo clássica. Em, M. Bauer & G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp.189-217). Petrópolis: Vozes.

- Berman, M. (2016). *Tudo que é solido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1982).
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. São Paulo: Paulus.
- Calligaris, C. (2011). *Adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Freud, S. (2014a). Inibição, Sintoma e Angústia. Em, *Obras Completas* (vol. 17, pp.12-123). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2014b). O Futuro de Uma Ilusão. Em, *Obras Completas* (vol. 17, pp.231-301). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2010). O Mal-Estar na Civilização. Em, *Obras Completas* (vol. 18, pp.13-122). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2016) Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. Em, *Obras Completas* (vol. 6, pp.13-172). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905).
- Jovchelovitch, S. & Bauer, M. (2003). Entrevista narrativa. Em, M. Bauer & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Souza, E. C. (2006). Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. Em, M. Abrahão & E. Souza. *Tempos, narrativas e ficções: invenção de si*. (pp. 135-147). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Penso.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.



Reinvenção de si em narrativas de vida: uma proposta de investigação da sexualidade feminina na velhice

Raynara Alves da Silva Marcelino

Orientadora: Priscilla Mello de Lima

Introdução e justificativa

A velhice como objeto de estudo é algo relativamente recente. Apenas no século XX, a ciência passou a se preocupar em fazer um estudo sistematizado dos fatores de desenvolvimento característicos da velhice, com ênfase nas implicações fisiológicas do envelhecimento. No Brasil, uma maior preocupação com essa fase data os anos 1930, visto a emergência progressiva da velhice como problema social (Rocha, 2004). Além disso, esta etapa também começou a ocupar espaço no interior de algumas áreas do conhecimento, como a Sociologia e Psicologia.

A partir da década de 1980, o processo de transição demográfica se intensificou com aumento da população idosa. Isso provocou uma alteração na pirâmide etária brasileira, na qual, até esse momento, havia uma constância na estrutura populacional em que as camadas mais jovens eram maioria (Rocha, 2004). Com essa mudança demográfica, vemos emergir grandes esforços para modificação das representações sociais, dos modos como o idoso é compreendido e tratado em sociedade. Esses esforços surgiram a partir da necessidade de reconhecimento social do sujeito velho, e de uma tentativa de romper com uma concepção de tempo que permeia uma compreensão dos sujeitos a partir da durabilidade dos objetos.

Outro ponto importante a ser levantado, diz respeito aos exíguos estudos na área da Psicologia em compreender a velhice como um processo social e psicológico, e não apenas a partir de um demarcador biológico. O crescente envelhecimento da população demanda um olhar mais profundo para essa etapa de modo a compreendê-la em sua totalidade social e histórica, considerando sua complexidade e suas contradições.

No Brasil, as tentativas de melhorias para essa população no âmbito das políticas públicas, pode ser constatado, por exemplo, pela Política Nacional do Idoso de 1994, a criação do Estatuto do Idoso (2003), e o Programa Bolsa Família que, a partir de 2004, atende 8 em cada 10 idosos (Brasil, 2011).

Assim,

Não somente os seres humanos vivem mais tempo, mas também as condições de saúde e o potencial de integração social são prolongados. Entretanto, os estereótipos ligados à degradação biológica, a qual serviu durante séculos para caracterizar o processo do envelhecimento, continuam a impregnar o imaginário cultural (Vasconcelos & cols., 2004, p.414).

No que se refere a sexualidade, essa afirmação ainda é mais evidente tanto pela negligência de pesquisas nas áreas, tanto pela forma como é tratada por profissionais da saúde. Isso se deve por uma aparente inibição, no que se refere aos temas ligados à sexualidade por parte de um grande contingente da população, mas também pelos profissionais e pesquisadores da velhice (Fernandes & Garcia, 2010). Geralmente, compreende-se a sexualidade como naturalmente pertencente a um grupo específico de pessoas – heterossexuais e jovens – concepções essas enraizadas no preconceito e representações sociais negativas. Além da crença errônea de uma sexualidade em declínio em decorrência da menopausa feminina e de uma possível disfunção erétil masculina, a atividade sexual perderia conseqüentemente sua função: a de reprodução. Esta afirmação de uma sexualidade voltada para a reprodução ancora até hoje os tabus que rodeiam esse tema (Vasconcelos & cols, 2004).

Dessa forma, a emergência desse objeto de pesquisa – a sexualidade da mulher idosa – se deu pelas particularidades e as diversas possibilidades de papéis sociais conferidos a ela em nossa cultura. Percebemos uma subjetividade demasiadamente construída no e pelo corpo. Além disso, pesquisas e dados demográficos demonstram como a velhice tem sido um processo marcadamente feminino, visto que, à medida que a idade aumenta, as mulheres são mais numerosas na população geral (Fernandes & Garcia, 2010).

Fundamentação teórica

A velhice é um processo multifacetado, complexo, e historicamente construído. Visivelmente marcado pelas transformações no corpo, ela é concebida dentro de demarcadores culturais, além dos aspectos psicológicos, sociais e políticos. Sendo assim, as mudanças econômicas e a classe social do sujeito marcam definitivamente as configurações do processo de envelhecer (Goldman, 2004). A velhice é, portanto, compreendida aqui como um constructo social constituído por meio de determinados parâmetros sociais, políticos, econômicos e psicológicos que se alteram de acordo com cada cultura e época histórica (Vasconcellos & cols., 2004).

A entrada na velhice demarca um contingente de mudanças em todas as áreas da vida.

Compreendemos, assim, um sujeito marcado por constantes reelaborações e necessária construção de novos sentidos identitários, posto as constantes perdas no corpo, nas relações, e a constatação da aproximação da morte. Ademais as representações sociais negativas sofridas pelos sujeitos velhos frente a uma idealização da juventude como um “estilo” certo de vida, podem desencadear sofrimentos psíquicos e sociais. Oliveira (2013, p. 80) ressalta que os “preconceitos acerca da velhice elucidam as faces da discriminação e da opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos improdutivos e sem capacidade de aprender”.

A velhice é um constante reaver da imagem do corpo e de si. Assim como nas demais fases da vida, é tributária dos processos de identificação constituídas a partir do outro e mediadas pelos ideais da cultura. Edificamos uma construção imaginária do corpo que fundamenta o processo contínuo das identificações longo de nossa vida (Freud, 1914/2004). Essas identificações são confrontadas pelas transformações provocadas pelo tempo.

Um tempo que não chegou inconscientemente, mas que o Outro – lugar da palavra que nos determina – insiste em nos reafirmar, pela invisibilidade de nossos corpos, dada como consequência da perda de atração do olhar do outro. O sujeito, pensado a partir da Psicanálise, não envelhece, considerando esse como o sujeito do inconsciente. No inconsciente não existe a dimensão de temporalidade, pois os processos inconscientes são atemporais e não estruturados no tempo cronológico. Do mesmo modo, a morte não tem representação inconsciente. Freud afirma que “no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade” (1915/1996c, p. 299).

Porém, Mucida (2006) ressalta que “se o sujeito do inconsciente não envelhece, há algo que não cessa de se escrever para cada sujeito, trazendo efeitos sobre o que não se modifica” (p. 26). Podemos sublinhar que o que continua a se inscrever é olhar do Outro, marcado de preconceito e estereótipos. Esse seria o real em cena na velhice e os efeitos da cultura sobre esse processo. Messy (1999, p. 27) afirma que “o sujeito vê seu envelhecimento, diríamos sua velhice, pelo olhar do outro ou se ele se vê velho pela imagem que o Outro lhe devolve. Não existe para o sujeito algo palpável sinalizando sua velhice, pois o velho é o Outro”. Podemos pensar que “somos sempre o velho de alguém” (p. 14), mas não para nós mesmos.

Objetivos

Objetivo Geral:

- Investigar como o sujeito mulher vivencia as mudanças decorrentes do processo de

envelhecimento em seu corpo e sua sexualidade.

Objetivos Específicos:

- Analisar os efeitos da velhice nas idealizações e nas experiências diante da sexualidade;
- Compreender como os papéis sociais femininos marcam a experiência da sexualidade e da velhice;
- Compreender os impactos dos padrões estéticos hegemônicos sobre a vivência do corpo da mulher.

Percurso metodológico

Nossa pesquisa será de cunho qualitativo e utilizaremos a narrativa de vida como método de coleta de dados. A narrativa de vida é um método de pesquisa situado entre as diversas modalidades de pesquisa autobiográfica. Segundo Abrahão (2006), “a narrativa autobiográfica contém a totalidade de uma experiência de vida que é comunicada ao investigador, não sem que, no justo momento da narração, se ressignifique o(os) acontecimento(s) narrado(s)” (p.150).

Para a análise das narrativas de vida, Bertaux (2010) propõe uma análise compreensiva que objetiva explicitar as informações e significações pertinentes contidas nas narrativas. Dessa forma, como cada leitura “revela” novos conteúdos semânticos. Assim, o pesquisador não pretende estabelecer generalizações estatísticas, mas compreender o fenômeno em estudo. As entrevistas narrativas serão realizadas com idosos acima de 60 anos. Selecionaremos a princípio cinco participantes. Os encontros serão individuais com uma média de 60 minutos cada e, encontros em grupos organizados em forma de oficinas de narrativas de vida.

As narrativas biográficas são como “grafias de uma realidade histórica e sociológica mais vasta. Elas interessam como retratos de um processo individual vivido de forma muito concreta por cada um, mas também como tradução de mecanismos humanos partilhados que ultrapassam os limites biográficos” (Lechner, 2006, p. 172). Assim, ao mergulhar em si, o sujeito encontra elementos do social que, em combinação singular, o constituíram e, ao ressignificá-los, pode construir novos sentidos.

Referências

Abrahão, M.H.M.B. (2006). As narrativas de si ressignificadas pelo emprego do método autobiográfico. Em: Abrahão, M.H.M.B. & Souza, E.C. (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções: a*

- invenção de si* (pp. 149-170). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. (Z, Cavalcante & D, Lavallée, Trad.). São Paulo: Paullus (Originalmente publicado em 2005).
- Brasil. (2011). *Dados sobre o envelhecimento no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoaidosa/dadosestatisticos/DadosobreoEnvelhecimentoNoBrasil.pdf>. Recuperado em 7 de maio de 2017
- Fernandes, M. G. M., & Garcia, L. G. (2010). O corpo envelhecido: percepção e vivência de mulheres idosas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educ.*, 4 (35), 879-90.
- Freud, S. (1996). Reflexões Para os Tempos de Guerra e Morte. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, (J. Salomão, Trad.). (vol. XIV, pp. 285-310). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915).
- Freud, S. (2004). À Guisa de Introdução ao Narcisismo. Em: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. (Hanns L. A, Trad) (vol. 1, pp. 95-132). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- Goldenberg, M. (2014). *Corpo, envelhecimento e felicidade*. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lechner, E. (2006). Narrativas autobiográficas e transformação de si: devir identitário em acção. Em: Abrahão, M.H.M.B. & Souza, E.C. (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si* (pp. 171-182). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Menezes, K. M. G. (2012). *Corpos velhos e a beleza do crepúsculo: um debate sobre os (re)significados da corporeidade na velhice*. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: CE.
- Messy, J. (1999). *A pessoa idosa não existe*. 2 ed. (Werneck, J. S. M., Trad.). São Paulo: ALEPH.
- Mucida, A. (2006). *O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Oliveira, R. C. S. (2013). A pesquisa sobre o idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). *Acta Scientiarum Education. Maringá*, 35(1), 79-87.
- Prado, S. & Said, J. D. (2004). A pesquisa sobre o envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(1), 57-68.
- Rocha, S. M. (2004). Continente – Saúde: *As Tramas do Cotidiano. Um estudo sobre a Saúde do Idoso da Ilha da Conceição*. Dissertação de Mestrado não publicada. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: RJ.
- Souza, E.C. (2006). Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



formativas. Em: Abrahão, M.H.M.B. & Souza, E.C. (Orgs.). *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si* (pp. 135-148). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Vasconcelos, D., Novo, R. F., Castro, O. P., Vion-Dury, K., Ruschel A., Couto, M. P. P. P., Colomby, P., & Giami, A. (2004). A sexualidade no processo do envelhecimento: novas perspectivas - comparação transcultural. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 413-419.



Sobre mulheres: a violência psicológica e o sofrimento ético-político

Shara Freitas de Sá

Orientadora: Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Delimitação do tema

O presente estudo tem como tema a violência psicológica e o sofrimento ético-político de mulheres em situação de violência no sudoeste goiano. A violência psicológica faz parte das tipificações da violência doméstica e familiar previstas na Lei nº 11.340/2006; é entendida como toda ação ou omissão que cause ou vise causar dano à outra pessoa, incluindo condutas que tenham como intuito ofender, controlar e bloquear a autonomia, o comportamento, as crenças e decisões do outro. Pode ocorrer como forma de agressão verbal, humilhação, intimidação, desvalorização, ridicularização, indiferença, ameaça, isolamento, controle econômico ou qualquer outra atitude que interfira no direito básico de autodeterminação e desenvolvimento pessoal (Brasil, 2006).

A violência psicológica, em relação às outras tipificações existentes, apesar de ser a mais frequente e recorrente, não é facilmente identificada. Ela pode acarretar sentimentos de desvalorização, ansiedade e causar adoecimento, principalmente por ser negligenciada jurídica e socialmente e muitas vezes não percebida pelas próprias mulheres em situação de violência; condições que perduram no decorrer da vida e, se agravadas, podem ocasionar a ideação de suicídio e/ou impossibilitar a autonomia e a (re)inserção social das mulheres. Nessa direção, Sawaia (2012) expõe que os indivíduos que estão em vivência cotidiana de desigualdade social e de negação imposta socialmente às possibilidades de expressar seus desejos, afetos e sua forma de ser, estão em sofrimento ético-político, constituído pela dialética de inclusão/exclusão, através de ações legitimadas pela política de exploração e dominação econômica e social, bem como pela intersubjetividade advinda das relações sociais.

Justificativa

As mulheres percebem a violência psicológica? Se sim, como a percebem e como ela influencia em suas vidas? Se não, como auxiliá-las na identificação, nomeação e enfrentamento dessa violência? Embora as consequências da violência física sejam visíveis, as decorrências da violência psicológica são mais intrincadas, pois as marcas de uma agressão física podem, com o tempo, desaparecer, mas a lembrança das ofensas, humilhações, ameaças e o isolamento, podem deixar marcas duradouras. Conforme Hirigoyen (2006), mesmo passado o tempo após a vivência das violências, as mulheres podem ficar fechadas em si mesmas e acreditarem que o mundo exterior é hostil, mantendo um sentimento de desvalorização. Assim, os aviltamentos podem ocasionar a perda de confiança em relação a elas mesmas, internalizando a imagem negativa que lhes concederam. Desta forma, é preciso auxiliá-las a perceber e verbalizar sobre a violência sofrida, a compreender suas experiências e, assim, possibilitá-las criticar suas próprias realidades, para que aquilo que lhes parecia normal/comum comece a causar estranheza e se tornar inaceitável. A melhor maneira de enfrentar a violência é compreendo-a.

Após a tomada de consciência e compreensão da violência sofrida, as mulheres podem apresentar estado ansioso e/ou depressivo, ligado à percepção das lacunas que surgiram, bem como a sensação de inutilidade e exclusão social. Portanto, é preciso intervir na autoestima e capacidade de autonomia, a fim de proporcionar o (re)descobrimto de seus recursos pessoais e suas potencialidades. Para superar a situação de violência, é importante, pelo trabalho psíquico, reencontrar uma boa imagem de si mesma, pois as marcas da violência podem ser superadas mediante a aceitação da própria história e realidade (Hirigoyen, 2006; Sawaia, 2012). Além disso, é importante um espaço para que as mulheres possam entrar em contato com sua dimensão subjetiva que, segundo Bock e Gonçalves (2009), diz respeito a elementos psíquicos particulares, mas que se constituem socialmente, ou seja, através das relações determinadas histórica e socialmente.

Referencial teórico

Gênero diz respeito à construção histórica e social de masculino e feminino, sendo fruto do conjunto de atribuições e normas socialmente estabelecidas e que determinam como os homens ou as mulheres devem se comportar e se relacionar (Saffioti, 1999). As relações de poder são constituídas e organizadas pela cultura patriarcal e se reproduzem na sociedade de forma desigual, a exemplo da

utilização da violência, por parte do homem, para expor sua capacidade de mando sobre a mulher em um movimento de dominação-exploração (Saffioti, 2001).

A violência psicológica está presente em todas as formas de agressão e é mantida pela configuração da própria relação (Saffioti, 1999). Nela, o homem denega a mulher e a considera como objeto, com o intuito de controlá-la e a manter o poder, colocando-a em papel de submissão. Assim, violências sutis são primeiramente introduzidas, por uma sucessão de palavras de aviltamento e por ataques que acarretam em violência moral, diminuindo a resistência da mulher e a impedindo de reagir frente à relação abusiva, viabilizando a ameaça e, conseguinte, a violência física. Deste modo, a violência psicológica permeia todo o processo de submissão e se desenvolve ao passo que ocorre a sedução; ademais, se a mulher resiste, o homem passa a realizar comportamentos violentos cada vez mais incisivos (Hirigoyen, 2006).

Nesse sentido, o psicológico, o político e o social se imbricam e se revertem uns nos outros, constituindo-se em fenômenos éticos. Quando esses fenômenos são desiguais para parcela da sociedade, culminam em sofrimento: a dor mediada pelas injustiças sociais. Este sofrimento advém da opressão e pode não ser sentido como dor por todos, somente por quem vive em condições de exclusão – neste caso, as mulheres – em detrimento de outros indivíduos, quando toda a sociedade deveria estar implicada, em coletividade, com a causa da humanidade para haver transformação da realidade (Sawaia, 2012). Porém, para compreender a realidade, é necessário, como propõe Bock & Gonçalves (2009), considerar os fatores históricos, culturais e sociais, bem como as particularidades com que as ações humanas e a própria constituição do sujeito são atravessadas.

Objetivos

Objetivo Geral:

Investigar os aspectos da violência psicológica em mulheres em situação de violência doméstica, bem como o sofrimento ético-político vivenciado por elas.

Objetivos específicos:

- a) Estudar a temática de violência psicológica contra as mulheres e de sofrimento ético-político.
- b) Conhecer a concepção das mulheres em situação de violência acerca da violência psicológica.
- c) Ofertar um espaço de escuta, informação, acolhimento e interação às mulheres em situação

de violência, nas dependências do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do sudoeste goiano.

- d) Estruturar uma proposta de intervenção grupal junto a mulheres em situação de violência.

Metodologia

O presente estudo trata-se de parte do projeto integrado “Violência, Gênero e Família: Implicações na Psicologia e na Sociedade”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Goiás, sob o parecer de número 556.030. Trata-se de pesquisa participante, que tem como escopo a participação dos pesquisados na análise de suas próprias realidades a partir de desenvolvimento teórico-prático de investigação. A pesquisadora e as participantes estarão envolvidas de modo cooperativo e participativo no processo, em busca de promover um benefício coletivo e transformação social (Schmidt, 2006).

Durante a pesquisa será realizado um contínuo levantamento bibliográfico sobre as temáticas abordadas para que, juntamente com o referencial teórico apresentado, substancie a compreensão do objeto de estudo e dos sujeitos pesquisados, fundamentando a obtenção de dados e informações, assim como a análise e interpretação destes. Utilizar-se-á da abordagem qualitativa, que analisa os aspectos processuais de forma indutiva, considerando e interpretando os fenômenos e atribuindo significados. Ademais, a subjetividade da pesquisadora e das pesquisadas farão parte do processo (Flick, 2009).

A pesquisa será desenvolvida no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFM), localizado no sudoeste goiano, onde será realizada intervenção junto a mulheres em situação de violência. A amostra será composta por vinte mulheres, que serão acessadas através dos processos presentes no cartório do JVDFM e convidadas através de contato telefônico. Como critério de inclusão, serão escolhidas mulheres cujos processos estejam em andamento, com qualquer tipificação de violência. Como critério de exclusão, serão excluídas mulheres menores de idade. Será entregue para cada participante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com informações sobre seus direitos e garantia do sigilo.

A obtenção de dados será realizada em três momentos: entrevista de pré-intervenção, intervenção e entrevista de pós-intervenção. A entrevista de pré-intervenção terá caráter exploratório com intuito de conhecer a concepção das mulheres acerca da violência psicológica e seus desdobramentos. A intervenção será desenvolvida em formato de grupo socioeducativo, buscando

proporcionar escuta, informações, convivência social e discussões, a fim de acolher o sofrimento e as vivências das mulheres e (des)construir concepções acerca da violência ocorrida. A entrevista de pós-intervenção buscará conhecer a compreensão das mulheres a respeito do que foi vivenciado e sobre o funcionamento do grupo, para futuras ações. Ambas as entrevistas serão individuais e semidirigidas, pois permitem modificar perguntas do roteiro, a fim de obter dados e informações que não haviam sido contempladas (Marconi & Lakatos, 2003). Todas as etapas acontecerão nas dependências do JVDFM e serão áudiogravadas por meio de aparelho eletrônico, para melhor análise através da transcrição.

É importante ressaltar que a participação no grupo será opcional, porém, assim que estiver formado, terá caráter fechado. Serão realizados encontros semanais, com carga horária de uma a uma hora e meia, totalizando, aproximadamente, dez a doze encontros. Serão utilizados cartazes, panfletos, dinâmicas, atividades e outros recursos, de acordo com a metodologia adotada para cada encontro, conforme previsto no roteiro do Plano de Intervenção. Ao término de cada intervenção semanal, a pesquisadora confeccionará um diário de campo para auxiliar a apreensão dos detalhes e registrar impressões e sentimentos acerca do que foi vivenciado.

A análise dos dados se dará por meio da análise do discurso e do processo grupal, que abará a classificação e agrupamento das informações análogas, a verificação fidedigna dos procedimentos de obtenção de dados e dos resultados e a identificação da frequência das respostas, juntamente com a análise das mesmas relacionando-as com a base teórica. As categorias de análise serão estabelecidas *a posteriori*, conforme os conteúdos suscitados (Marconi & Lakatos, 2003). Também serão utilizados, para análise basilar, os conhecimentos da Psicologia Sócio-histórica, que pensa o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos subjetivos e objetivos, considerando a relação do sujeito que constitui e é constituído pela sociedade (Freitas, 2002).

Resultados esperados

Espera-se, com este estudo, abarcar e compreender a violência psicológica contra as mulheres e os aspectos que circundam a temática. Partindo disso, pretende-se que as ações realizadas durante o estudo possam auxiliar no enfrentamento da referida violência e no (re)descobrimto das potencialidades das mulheres envolvidas, para que possam transformar suas respectivas realidades e, ao passo dessas transformações, proporcionar modificações na sociedade e instigar novas ações em prol da temática. Ademais, busca-se construir uma proposta de intervenção grupal junto a mulheres

em situação de violência e estimular a produção de saberes e inserção do estudo do fenômeno em diversas esferas.

Referências

- Bock, A. M. B. & Gonçalves, M. G. M. (2009). A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. Em: *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Brasil. Lei 11.340 (Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 de ago. 2006.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Freitas, M. T. A. (2012). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de pesquisa*, n. 116, pp. 21-39.
- Hirigoyen, M. F. (2006). *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas S. A.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 4, pp. 82-91.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, n. 16, pp. 115-136.
- Sawaia, B. (Org.). (2012). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schmidt, M. L. S. (2006). Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 17(2), 11-41.



Linha de Pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia

Contribuições da Psicologia Política à escola

Jean Costa Santana

Orientador: Fernando Lacerda Júnior

Delimitação do tema

O presente trabalho objetiva-se pensar em como a Psicologia Política pode contribuir na crítica da instituição escolar, pensando a escola, sobretudo, como um espaço político. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a Psicologia Política, em seu desenvolvimento histórico, respondendo diferentes contextos geopolíticos, possui recursos para refletir sobre o espaço escolar a partir de uma perspectiva crítica, dialética e histórica. Para isso, a Psicologia Política da América Latina, pode assumir um papel crítico e social frente às demandas histórico-políticas infligidas a esse continente e as repercussões dessas demandas no espaço escolar. Isso nos permite uma análise político-crítica referente à escola e suas relações pedagógicas submetidas a uma dinâmica de classes sociais antagônicas. Sendo assim, a proposta crítica da Psicologia Política latino-americana, em suas análises de processos sociais marcados por conflitos de classes, bem como sobre a interferência de interesses sociais na formação de processos psicossociais, reproduzidos e executados pela escola como instituição política, pode ser um instrumento teórico-metodológico fundamental.

Problema

Entende-se que a Psicologia Política na América Latina é um campo teórico relativamente novo que está sendo construído. Há, nesse novo campo, difusas análises articulando psicologia, política e sociedade. Por isso, como a Psicologia Política pode ser um campo que, na Psicologia,

contribua para pensar a escola em sua função política, em sua determinação histórica e estrutural e seus fins educacionais que podem representar conflitos de classe no contexto brasileiro.

Justificativa

Por meio dessa pesquisa, pretende-se contribuir com o desenvolvimento do campo autônomo da Psicologia Política na América Latina, pensando suas contribuições frente às questões políticas da Educação. Também espera-se propor uma reflexão sobre o espaço escolar como um espaço político e construído socialmente. Nesse sentido, objetiva-se cooperar na construção de um espaço escolar crítico, situando o corpo docente na importante tarefa política de perceber o espaço escolar como um espaço político, atravessado por questões estruturais e construções históricas e sociais. Também se ambiciona pensar o psicólogo escolar como um agente social, indo além da limitada função tradicional que foca na técnica, no diagnóstico e na chancela de distúrbios de aprendizagem. Dessa forma, acredita-se que essa pesquisa poderá influenciar futuros trabalhos acadêmicos no campo da Psicologia Política e na área educacional.

Referencial bibliográfico

O século XIX apresenta acontecimentos importantes para o nascimento da Psicologia Política. Em um período que foi permeado por mudanças sociais, políticas e econômicas advindas da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, surgem novas formas de relações sociais, submetidas, sobretudo, à indústria capitalista sob o controle da burguesia liberal e o conflito desta com a classe operária, presa a essa nova forma de organização produtiva (Hobsbawm, 2012). Diante desse novo contexto socioeconômico, Marx (1982), analisa a produção das ideologias dominantes – ciência, filosofia, política- como resultado de uma nova classe dominante que pretende submeter o proletariado às novas relações sociais. Nesse sentido, Marx (1983) a partir do materialismo histórico-dialético, demonstrou que as relações sociais de produção, obedecem uma dinâmica histórica dialética frente ao modo de produção de uma sociedade. Por meio de sua análise, infere-se que o sistema capitalista tem em sua organização e gestão a divisão explícita de classes sociais que estejam condicionadas à forma estrutural de organização de uma sociedade. Sendo assim, o esclarecimento de uma infraestrutura ditada pelo modo de produção, relações de trabalho, força produtiva e apropriação privada do que é socialmente produzido, estaria em perfeita harmonia com uma

superestrutura que se ramifica em aparatos práticos (polícia, cambio financeiro, mercado); como em aparatos ideológicos (escola, igreja, família patriarcal), o que garantiria a continuidade do modo de produção capitalista e a naturalização das relações sociais entre as classes: burguesia e proletariado.

Diante disso, surgiram expressões de saberes sobre a psicologia política, proporcionados pelos cientistas sociais, que tinham como objetivo de estudo a planificação social por meio das ciências sociais em ascensão:

Ativa e destacadamente envolvidas com o citado projeto **político**, as Ciências Sociais emergentes, com suas abordagens e seus modelos, contribuíram, desde a segunda metade do século XIX, para a administração e dominação da população **nas**, e também **entre**, diversas entidades geopolíticas, nos diversos Estados-nação. A tarefa permanente, o ‘problema’ central, para as Ciências Sociais foram a regulação e a administração da hierarquização **intranacional** e **internacional** da população (Marvakis, 2016, p. 98, *grifos do autor*).

Sendo assim, Moya e Morales (1988), Sabucedo (1996) apresentam um apanhado histórico da Psicologia Política e sua construção a partir do pensamento psicopolítico que pairava sobre o século XIX, até sua estruturação na segunda metade do século XX. Por sua vez, Deutsch (1984), relaciona o surgimento da Psicologia Política devido à agitação política no começo do século XX, bem como à eclosão de regimes totalitários que apareceram na Europa no pós-guerra; a psicologia política, segundo a visão desse autor, seria filha da ciência social e da psicologia, e teria como objetivo o estudo da interação entre os processos psicológicos e os acontecimentos políticos do século XX, comportando assim uma direção bidirecional.

Nesse seguimento, Montero e Dorna (1993) relatam que a partir da década de 70, a Psicologia Política começa a se estruturar com disciplina acadêmica autônoma. De acordo com esse referencial, em 1978 há a criação da Sociedade Internacional de Psicologia Política nos Estados Unidos, assim como a ramificação de diversos cursos de pós-graduação e publicações de artigos referentes a essa área de estudo emergente.

Contudo, a Psicologia política é heterogênea e não possui uma unilateralidade epistemológica (Montero, 2009; Parisí, 2008; Sabucedo, 1996; Garzón, 2008), sendo consequência, antes, do contexto sociopolítico onde se forma e se desenvolve; assim podemos perceber diferentes perspectivas de psicologia(s) política(s) que serão construídas com respeito à determinada forma sócio-política na qual estejam inseridos seus atores.

Como exemplo, a Psicologia Política na América Latina assume um papel distinto da Psicologia Política euro-estadunidense. A primeira, por exemplo, sofreu enorme influência da Psicologia da Libertação de Martín-Baró (1986), autor que propôs uma Psicologia Política voltada

para a análise do equilíbrio das forças sociais em sua atuação de regularização social, bem como sua inflexão a continuidades ideológicas propostas pelas políticas da psicologia (2013).

A partir de uma análise parcial, a Psicologia Política na América Latina, sob a perspectiva analítica histórica de alguns autores, se torna uma Psicologia Política crítica (Hur & Lacerda Jr., 2016), de modo que atua como um recurso heurístico ou, conforme a perspectiva de Parisí (2016), como um dispositivo de análise da realidade do qual se retira um conjunto de categorias articuladas, proporcionando, portanto, uma intersecção entre o político, o psicológico, e o social a ser pesquisado.

Com relação à escola, infere-se que ela atua como elemento auxiliar na produção e reprodução de valores, crenças e concepções de mundo. Nesse sentido, depreende-se que essa instituição, como qualquer outra instituição criada a partir de interesses sociais, pode obedecer a certas relações de forças, submetidas, no entanto, aos pressupostos econômicos e políticos - a priori do que aos valores sociais humanos (Sacristán, 2001; Freire, 1987; Enguita, 1989; Apple, 2006; Illich, 2007).

Por consequência, podemos conferir em Enguita (1989) o contexto histórico, a partir das relações de produção e de trabalho, em que a escola foi formada. Sendo assim, o autor enfatiza o papel histórico das escolas ante as relações de produção de uma sociedade, e propõe ao aparato escolar, sua indissociabilidade das forças produtivas ante sua parcialidade de classe, em que a escola seria mais uma instituição de preparação da força de trabalho - legitimada sob o mito educativo- do que uma pretensa formação humanista.

Nas Análises de Apple (2003), a escola é apresentada sob as perspectivas políticas de uma hegemonia estruturante, em que o embate de um currículo permeado por ideologia é construído sob interesses dominantes de uma classe dominante. Apple (2008), também destaca a investida neoliberal proposta pela “modernização conservadora” que ataca as escolas, pretendendo fazer das mesmas um espaço conservador, autoritário, mercantil e utilitarista.

Visto isso, pretendemos analisar a Psicologia Política articulada com a escola, destacando o espaço escolar como espaço educacional e de luta; porque se entende que a escola, formada por pessoas políticas em sua atuação, na manutenção ou questionamento da ordem capitalista-neoliberal dominante, seja um espaço construído por humanos, que devem se projetar como sujeitos construtores do espaço escolar e não como objetos de forças ideológicas.

Objetivos

Objetivo Geral:

Compreender como a Psicologia Política pode dar contribuições para a crítica da estrutura da escola, pensando, especialmente, a escola como espaço político.

Objetivos específicos:

- Demonstrar a história, a função teórica e heurística da Psicologia Política.
- Explorar como a escola aparece nos trabalhos publicados na Revista Psicologia Política
- Pensar a partir de ideias da Psicologia Política como a escola pode ser pensada enquanto espaço político, de luta social e de emancipação humana.

Metodologia

Com esse trabalho, pretende-se interligar a Psicologia Política crítica da América Latina, com as estruturas sociais que podem condicionar diferentes modos das relações sociais. Posto isto, não se pretende autonomizar nenhum elemento a ser pesquisado. Com isso, objetiva-se, a partir de uma abstração dialética, recortar partes que compõem a sociedade (como a escola) analisando a relação necessária entre esta e o modo de produção social da vida coletiva, que assume diferentes formas de organização a partir de classes sociais antagônicas.

Portanto, o caminho pelo materialismo histórico-dialético, permite uma análise das contradições sociais inerentes à categoria de totalidade social, como também das determinações fundamentais inerentes ao modo de produção da vida social e sua manutenção e naturalização (Viana, 2007). Para essa realidade, construída social e historicamente, esta pesquisa pretende o envolvimento político reivindicatório e emancipatório, em sua forma metodológica de posicionamento político (Creswell, 2007).

Referências

- Apple, M. W. (2006). *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed.
- Apple, M.W. (2003). *Educando à direita: mercados, padrões, deus e desigualdade*. (D. Abreu, Trad.). São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Creswell, J.W. (2007). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 2ed. Porto Alegre: Artmed.
- Deustch, M. (1984). Qué es la Psicología Política? *Revista internacional de Ciências Sociais*. Dimensiones políticas de la Psicología, 96.

- Enguita, M. F. (1989). *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Garzón, A.P. (2008). Teoría y práctica de la psicología política. *Revista quadrimestral del Collegi Oficial de Psicòlegs de la Comunitat Valenciana*, València, 93, 4-25.
- Hur, D. U.; Lacerda, F. Jr. (2016) Psicologia Política crítica: insurgências em tempo de crise. Em: Hur, D.U; Lacerda, F. JR. (orgs.) *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. (pp. 15-32). Campinas, SP: Alínea.
- Hobsbawm, E.J. (2012). *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e terra.
- Illich, I. (2007). *Sociedade Desescolarizada*. Porto alegre: Deriva.
- Le Bon, G. (1895). *Psicologia das multidões*. (I. Moura, Trad.). São Paulo: Deraux.
- Marx, K. (1983). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, K.; ENGELS, F. (1982) *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 3ed. São Paulo: Ciências Humanas.
- Marvakis, A. (2016). A psicologia (crítica) permanente na encruzilhada: servos do poder ou ferramentas para a emancipação? Em: Hur, D. U. & Lacerda J. F. (Orgs.). *Psicologia Política crítica: insurgências na América Latina*. (pp. 95-104). Campinas, SP: Alínea.
- Martín-Baró, I. (1986). *Hacia una psicología de la liberación*. El Salvador: UCA.
- Martín-Baró, I. (2013) Psicologia Política Latino-Americana. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 555-573. (Original publicado em 1988).
- Montero, M.; Dorna, A. (1993). La psicología política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25(1), 7-15.
- Moya, M.; Morales, J. F. (1988). Panorama histórico de la Psicología Política. Em: Seoane, J.; Rodriguez, A. (orgs.) *Psicología política* (pp. 36-70). Madrid: Pirámid.
- Parisi, E.R. (2016) Crise e insurgência, Controle da subversão e subversão do controle. In: HUR,D.U; LACERDA, F.JR. (orgs.) *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. (pp. 15-32). Campinas, SP: Alínea.
- Sabucedo, J.M.C. (1996). *La psicología política: antecedentes históricos y objeto de estudio*. Psicología Política: aspectos conceptuales. Síntesis: Madrid.
- Sacristán, J. G. (2001). *A educação obrigatória: seu sentido educativo e social*. Porto Alegre: Artmed.
- Viana, N. A. (2007). *Consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. 2ed. Rio de Janeiro: Achiamé.



Desnovelando a Reabilitação Psicossocial de usuário de álcool e outras drogas em Goiás

Jéssica Batista Araújo

Orientador: Tiago Cassoli

O movimento da Reforma Psiquiátrica e os questionamentos introduzidos por ela culminaram na reestruturação dos serviços voltados para o cuidado de pessoas com transtornos psiquiátricos e que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas. Desde a promulgação da lei 10.216 de 2001 o modelo de atenção psicossocial se consolida como referência fundamental da política à assistência oficial à saúde mental.

A Reabilitação psicossocial é a principal estratégia de reinserção social, sendo uma noção fundamental e transversal a todos os dispositivos da rede de atenção psicossocial, principalmente os CAPS. A Organização Mundial de Saúde (2001) define reabilitação psicossocial como um processo abrangente que propicia aos indivíduos que estão debilitados, incapacitados ou deficientes em decorrência de um transtorno mental a oportunidade de alcançar seu potencial de funcionamento independente na comunidade.

Doravante, foram criados serviços substitutivos ao modelo asilar, de base territorial, abertos e em rede. Instituídos pela portaria 336 de 2002, os Centros de atenção psicossocial (CAPS) assumem papel estratégico na nova organização dos serviços substitutivos, fazendo o direcionamento das políticas e programas de saúde mental. Os CAPS visam oferecer atendimento à população, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários (Brasil, 2004).

No Brasil, autores como Guerra (2004) e Bayer e cols. (2011) apontam que há uma dispersão teórica e prática no que diz respeito a reabilitação psicossocial. Não há uma definição claramente contornada. O campo da reabilitação psicossocial pode ser pensado a partir de um vasto acervo teórico que o tornam pouco coeso. O que há é um emaranhado de práticas e preceitos que passam a se integrar sob a nomenclatura de reabilitação psicossocial.

Guerra (2004) aponta que no Brasil, esse campo heterogêneo é representado principalmente pelas publicações de *Reabilitação psicossocial no Brasil*, de Ana Pitta (1996) e *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*, de Saraceno (1999).

A autora traz que no primeiro livro, Pitta apresenta a diversidade e as contradições desse discurso. No entanto, as diversas tendências discursivas convergem na ideia de que a reabilitação psicossocial é uma exigência ética. Não somente uma tecnologia, mas uma estratégia que implica uma política geral de serviços em saúde mental. O livro de Saraceno avança na discussão propondo desenvolver uma teoria da reabilitação psicossocial, cuja questão central é a participação e não a autonomia.

Em um movimento mais recente, uma nova ramificação da Reabilitação Psicossocial tem aparecido, ligado à noção de empowerment e recovery em saúde mental. Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2016) essa abordagem foi adotada pela perspectiva anglo-saxônica da Reabilitação Psicossocial, que orienta a política de saúde mental dos Estados Unidos.

Vasconcelos (2010) conceitua empowerment como o “aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relação de opressão, dominação e discriminação social” (p.65).

Delgado (2010) explica que esse movimento vai no sentido de iniciativas de ações solidárias envolvendo usuários e familiares, que se expressam na forma de organizações, cooperativas, redes, grupos, intervenções culturais, etc., que contribuem para a melhora na qualidade de vida daqueles que trazem consigo a experiência do sofrimento psíquico.

No interior dos debates suscitados pela reforma psiquiátrica, o uso abusivo de substâncias psicoativas começou a ser problematizado como uma grave questão de saúde pública diretamente relacionada aos agravos sociais que perpassa os diversos segmentos da sociedade. Passa-se então a questionar a eficácia dos modelos de atenção da população que faz uso abusivo de álcool e outras drogas no Brasil, até então deixada aos encargos das instituições de justiça ou instituições filantrópicas e religiosas. (Brasil, 2005)

A partir da III Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001, passa-se a defender a importância em garantir a definição de políticas públicas para usuários de álcool e outras drogas pelo Ministério da Saúde baseada nos direitos humanos, nos princípios e diretrizes do SUS e da reforma psiquiátrica e, ao mesmo tempo, não limitados ao campo a saúde (Brasil, 2001).

Em 2003, o Ministério da Saúde lança a ‘Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas’ e a redução de danos passa a ser a política pública

adotada e o CAPS ad como local prioritário de cuidado aos usuários de álcool e outras drogas.

A Reforma Psiquiátrica é um processo contínuo, atravessado por diversos saberes-poderes. Sendo a reabilitação psicossocial uma estratégia importante nesse processo, que atravessa toda a reforma brasileira e toca diretamente os indivíduos, torna-se urgente estudos que nos permitam desnuda-la, para que não sejamos capturados por naturalizações que mantem o exercício do poder. A escolha por priorizar a reabilitação de usuários de drogas se justifica pelo lugar cada vez mais central que as drogas e seus efeitos tem ocupado nas políticas públicas, sendo considerado um fenômeno epidemiológico.

Isto posto, o objetivo geral da pesquisa é problematizar a reabilitação psicossocial de pessoas que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas e pensar seus efeitos. Como objetivos específicos buscamos descrever como historicamente foram colocadas em questão as condutas de pessoas que fazem uso abusivo de substancias psicoativas no Brasil e em Goiás, investigar quando e como elas se tornaram foco de preocupações e intervenções, mapear e problematizar práticas e discursos sobre reabilitação psicossocial de usuários que fazem uso abusivo de álcool ou outras drogas no Brasil e em Goiás, acompanhar grupos cujo objetivo seja reabilitação psicossocial, mapear as linhas de força desses dispositivos, pensar seus efeitos e se há possibilidade de resistência, e se há, como ela ocorre.

Para problematizar a Reabilitação psicossocial, a consideraremos um dispositivo, tal como traz Foucault, que abandona a noção de instituição por considerar um conceito totalitário, unitário que exclui as contradições, as lutas, as contradições. Ele substitui essa ideia para trabalhar com a concepção de dispositivo. Dispositivo é poroso, móvel, conflituoso e funciona por derivações. Deleuze, em *O que é um dispositivo*, traz que o dispositivo é um conjunto multilinear composto por linhas com características próprias.

Sendo a Reabilitação Psicossocial um dispositivo, quais seus efeitos? Quais as linhas que o compõem? Qual a qualidade das forças que compõem as linhas desse dispositivo? São forças inventivas ou que simplesmente adaptam e reproduzem valores que já estão no mundo, estranhos a vida? Quais as possibilidades caso de resistência, caso exista, dentro desse dispositivo?

Na tentativa de elucidarmos essas questões utilizaremos como instrumento metodológico a cartografia, em que analisaremos o movimento desse dispositivo através do mapeamento de suas linhas de força, que estão emaranhadas, como um novelo de linhas coloridas. Deleuze diz que “desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”. O método cartográfico nos permitirá acompanhar e investigar o traçado de linhas que compõe o dispositivo Reabilitação Psicossocial.

Romagnoli (2009) afirma que a cartografia é um modo de se conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. Nesse sentido, a pesquisa é entendida como pesquisa-intervenção. Passos e Barros (2015) apontam a primeira pista do método cartográfico como sendo a inseparabilidade entre o fazer e o conhecer. Pesquisa e intervenção não se dissociam. É traçado do plano da experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, acompanhando seus efeitos do próprio curso da investigação. Trata-se de acompanhar processos.

Dessa maneira, acompanho dois grupos que tem como finalidade em seus projetos a reabilitação psicossocial de usuários de álcool e outras drogas de um CAPS no estado de Goiás: o grupo de convivência e a oficina de geração de renda. Todo o processo está sendo registrado em um diário de campo.

Também está sendo feito levantamento bibliográfico, com intuito de mapear na história o agenciamento de forças que possibilitaram o surgimento da reabilitação psicossocial voltada a inserção social de pessoas categorizadas como dependentes químicos no Brasil e em Goiás.

Até o presente momento traçamos três grandes linhas que travessam os grupos acompanhados: linha 1, linha 2 e linha 3.

LINHA 1: A primeira linha está ligada à economia. Para pensar nessa linha usaremos o que Foucault chama de governamentalidade. Foucault, em o Nascimento da Biopolítica (2008) demonstra que com o despontamento do neoliberalismo emerge uma nova razão governamental. De maneira específica, o liberalismo americano extrapola ser uma técnica de governo, ou opção econômica e política. É uma maneira de ser, pensar, analisar, imaginar. É uma relação entre governantes e governados.

Nessa racionalidade, o indivíduo aparece como um empresário de si mesmo, que administra sua vida como se fosse uma empresa. É o retorno ao que Foucault chama de *Homo Oeconomicus* do neoliberalismo. Assim, a questão, tal como traz Foucault, é pensar como esse sujeito, que se comporta economicamente, aplica seus recursos a fins alternativos. Estudar como se constitui e se acumula este capital humano, permite a expansão da análise econômica a áreas da vida inteiramente novas.

Para que essa generalização aconteça, o *Homo Oeconomicus* deve ser identificado a uma conduta racional, ou seja, aquela conduta sensível às modificações do meio e responde a elas de forma sistemática. Sendo o Homem econômico neoliberal aquele que aceita a realidade e responde às modificações do meio de maneira sistemática segundo seus interesses individuais, ele torna-se um sujeito governável.

Em O sujeito e o Poder, Foucault (1995) traz que o exercício do poder são ações estratégicas

que objetivam conduzir condutas e ordenar probabilidades de ações. Sendo assim, o poder incide sobre sujeitos livres, que possuem diante de si um campo com múltiplas possibilidades de condutas, reações e comportamentos. Essa liberdade é condição de existência das relações de poder, por tanto, condição de governo.

Assim, há algo radicalmente novo na relação entre o sujeito econômico e a relação deste com o exercício do poder. A problemática entre governantes e governados gira agora em torno das liberdades. Da teoria do governo, o homem econômico é aquele deve-se deixar livre, numa moldura jurídica que abriga os dispositivos de segurança que sustenta a racionalidade da competição entre os sujeitos de interesses diferentes.

Para condicionar as possibilidades de ação aparecem técnicas de governo que acompanham os movimentos da população de perto e que passam a regular todas os aspectos da vida de um indivíduo. Todas as condutas individuais ou coletivas que comprometam a capacidade do Homem econômico de desenvolver capital humano e investir bem seus recursos devem ser objeto de problematização e intervenção estatal.

LINHA 2: esta linha está ligada à produção do prazer. Para pensar essa linha seguiremos os passos de Reed (2013). Ele faz uma analogia entre o discurso das drogas na atualidade com os estudos foucaultianos sobre a sexualidade.

Reed (2013) ao fazer tal analogia pretende apontar para o funcionamento de um regime de saber e de poder que sustenta um discurso específico sobre o uso de drogas. Ele identifica múltiplas formações discursivas sobre as ‘drogas’ que antes de determinarem sua extinção, incitam sua formulação em discursos ordenados.

Dentre outros pontos, o autor afirma que ao explorar a sexualidade o objetivo de Foucault é estabelecer o “fato discursivo, ou seja, as razões de ser e o funcionamento do regime poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade humana” (p.165). Apesar das diferenças colocadas pelo autor entre os temas drogas e sexo, Reed (2013) alega que em ambos os casos, mantém-se a injunção poder-prazer.

LINHA 3: Para pensar na reabilitação psicossocial com usuários de drogas é necessário pensar também nas práticas de consumo das drogas. Ao considerar que um usuário deva ser (re)inserido na sociedade, considera-se também qual a forma de se usar, locais e contextos em que fazer uso ou falar sobre drogas é adequado e socialmente aceito. Isso implica em pensar tanto na política proibicionista quanto na política de redução de danos. Ambas as políticas se tratam de uma intervenção estatal diretamente sobre as práticas de consumo de substâncias psicoativas, assim como sua circulação.

Como dispositivo, a reabilitação psicossocial é composta por linhas dinâmicas, que bifurcam, se entrecruzam, enrolam-se, tencionam-se, fazendo com que se movimente. Para acompanhá-lo é preciso lançar-se no plano da experiência, habitar o território, aventurar-se. (Passos & cols., 2015).

Referências

BAYER & COLS. A gestão das condutas na reforma psiquiátrica: a reabilitação psicossocial como dispositivo do vir-a-ser cidadão. Apresentação oral em GT. **16º Encontro Nacional ABRAPSO**, 2011.

BRASIL. Lei nº. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria GM/MS nº 336, 2002

BRASIL. Ministério da saúde. Relatório final da III Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A Política do Ministério da saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da saúde, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. O que é a abordagem de *recovery* em saúde mental; 2016. Folder.

DELEUZE. **O que é um dispositivo**; Disponível em: < <http://eps.otics.org/material/entrada-outras-ofertas/artigos/gilles-deleuze-o-que-e-um-dispositivo/view>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

DELGADO, P. G. A força criativa da solidariedade e da busca da autonomia. (2010) In: VASCONSELOS et al. (orgs), **Manual [de] ajuda e suporte mútuos em saúde mental**: para facilitadores, trabalhadores e profissionais de saúde e saúde mental. Rio de Janeiro: Escola do Serviço Social da UFRJ; Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FOUCAULT, M. Aula 14 de março de 1979. In: _____. O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



GUERRA, A. M. C. **Reabilitação psicossocial no campo da reforma psiquiátrica: uma reflexão sobre o controverso conceito e seus possíveis paradigmas.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. Vol. VII, n. 02, jun., 2004. p. 83-96.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Saúde mental: nova concepção, nova esperança,** 2001.

PASSOS,E. & COLS (org). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REED, A. M. Foucault e os discursos sobre “drogas”: da definição do objeto à incorporação dos desvios. In: **Revista Intratextos**, vol 4, no1, p. 162-179, 2013.

ROMAGNOLI, R.C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e Sociedade.** 21 (2), 2009.

VASCONSELOS, E.M. Conceitos básicos para se entender as propostas e estratégias de empoderamento no campo da saúde mental. (2010). In: VASCONSELOS et al. (orgs), **Manual [de] ajuda e suporte mútuos em saúde mental:** para facilitadores, trabalhadores e profissionais de saúde e saúde mental. Rio de Janeiro: Escola do Serviço Social da UFRJ; Brasília: Ministério da Saúde, 2013.



A transformação do cotidiano das mulheres na Revolução Espanhola

Karina Oliveira Martins

Orientador: Fernando Lacerda Junior

Nos anos 60 as lutas sociais se intensificaram no mundo inteiro. Maio de 68 francês, movimentos contraculturais, defesa dos direitos civis nos Estados Unidos, lutas contra as ditaduras na América Latina e resistência contra a colonização nos países africanos são um dos exemplos dessas explosões de movimentos. A Psicologia não poderia ficar alheia a todo este processo social, de forma que, neste contexto, diversos psicólogos e psicólogas começaram a questionar a própria Psicologia. Abre-se, por exemplo, o período que ficou conhecido como a “crise da Psicologia Social”. As lutas sociais não só intensificaram uma cobrança de posicionamento, mas também colocaram em cheque a própria Psicologia, que se mostrava débil para responder questões postas e explicitadas com a intensificação das atividades de interpretar e transformar o mundo. Criou-se então uma movimentação crítica dentro da própria Psicologia, construindo uma Psicologia que se convencionou chamar de Psicologia Crítica (Lacerda, 2013).

Não há uma unidade comum entre teoria e prática no campo da Psicologia Crítica. Sua unidade se dá em torno da crítica a Psicologia hegemônica e sua contribuição para a permanência do *status quo*. Na negação disto há esforços de construção de práticas, metodologia e teorias que rompam com tal contribuição (Yamamoto, 1987). A Psicologia Crítica constitui-se, assim, não enquanto um campo teórico, mas como um campo ético-político (Parker, 2007).

Outro aspecto comum e fundamental neste campo é a defesa de uma Psicologia que se volte de fato para a realidade concreta das pessoas. Ainda que dito das mais diversas formas, defende-se que a Psicologia deva partir da vida cotidiana das pessoas.

Segundo Heller (1987) nunca houve, e nunca haverá, uma só pessoa fora do cotidiano. Tal inevitabilidade do cotidiano se dá por seu essencial: espaço de reprodução dos indivíduos particulares. Ninguém vive sem reproduzir a si mesmo. Apesar da possibilidade de suspensão temporária do

cotidiano por meio de realizações genéricas (como a arte e política) para a esmagadora maioria da humanidade a vida cotidiana é a única vida real e a única possível.

Tal restrição ao cotidiano se deve à sua indissociabilidade das relações sociais de produção existentes. As relações sociais de produção criam as condições para a reprodução social, isto é, criam as condições para a configuração de um determinado modo de cotidiano (Heller, 1987). A sociedade capitalista funda-se na exploração assalariada do trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, quem paga um salário: trabalhadores têm como interesse extinguir a exploração; capitalistas querem intensificá-la. Neste contexto, configura-se uma relação antagônica e o tempo dedicado para satisfazer as próprias necessidades básicas de existência, como comida, moradia e vestimenta, domina a existência dos trabalhadores, maioria da humanidade.

A vida cotidiana é a mediação entre esta reprodução do indivíduo particular e a reprodução social. Os indivíduos, ao reproduzirem a si mesmos, reproduzem também a sociedade em que estão inseridos. De modo que o cotidiano é o espaço privilegiado para a subjetivação das relações sociais objetivas (Heller, 1987). A vida cotidiana porta relativa autonomia, o que é importante considerar para não se cair em uma análise mecanicista e linear que enxerga a vida cotidiana como mero subproduto das relações de produção. Não há uma relação de causa e efeito, uma vez que o cotidiano é determinado por outras esferas e atua na determinação das próprias relações sociais do modo de produção.

A partir desta compreensão de cotidiano, Heller (1987) dirá que a vida cotidiana é, ao mesmo tempo, o “fermento secreto da história” e o critério de avaliação das realizações de uma grande façanha histórica. Uma grande façanha histórica, como uma revolução, teria que transformar radicalmente a vida comum das pessoas. Revolucionar o cotidiano deve ser então objetivo de todos aqueles e aquelas que lutam por uma transformação social, inclusive aqueles engajados na construção de uma Psicologia Crítica.

Mas afinal, que vida cotidiana pretende-se analisar? Pretende-se analisar a transformação da vida cotidiana das mulheres na Revolução Espanhola. Sendo a vida cotidiana o critério de realização de uma grande façanha histórica, é pertinente analisar sua transformação em meio a um processo revolucionário. Pertinente também é analisar a transformação da vida cotidiana daquelas que foram historicamente relegadas à particularidade, proibidas de participação nos espaços públicos, voltadas para a reprodução de si e dos seus filhos: as mulheres. A transformação do cotidiano da vida das mulheres seria um dos termômetros de avaliação da radicalidade de uma revolução.

A Revolução Espanhola desenvolve-se em meio a uma guerra contra os fascistas. Ela foi um

marco internacional no movimento revolucionário. Trabalhadoras e trabalhadores tomaram as cidades espanholas, disseminando comunas, expropriando fábricas e igrejas e formando milícias contra os fascistas. Revolucionários e revolucionárias orientavam-se por princípios e teorias anarquistas, almejando construir o futuro no aqui e agora, sem uma fase transicional, sem a mediação do partido e rejeitando qualquer atuação na esfera estatal, o Estado deveria ser destruído, não tomado. Isto a distingue de tantos outros processos revolucionários, como o Russo, Chinês e Cubano. (Enzensberger, 1987).

No estudo sobre o cotidiano das mulheres o grupo *Mujeres Libres* é um objeto de análise privilegiado e que apesar de sua grandiosidade foi ainda pouco estudado. Estima-se que 30 a 40 mil mulheres integraram o grupo *Mujeres Libres*. As mulheres integrantes deste grupo pegaram em armas, foram para o front e brigaram arduamente com muitos anarquistas para estarem nesse lugar, mas jamais reduziram a revolução a uma esfera militar. Em meio ao processo revolucionário além das dimensões relacionadas a política, ao trabalho e economia, debatiam e lutavam pelo direito das mulheres e suas questões próprias do cotidiano. Debateram e construíram práticas relacionadas a maternidade, prostituição, aborto, educação, cultura, amor e tinham uma revista própria (Rago & Biajoli, 2007)

Dado o exposto, esta pesquisa se debruça em torno do seguinte problema, como a transformação vida cotidiana das mulheres se relaciona com a transformação social? Objetivando analisar a relação entre estes aspectos a partir da análise da transformação da vida cotidianas das mulheres na Revolução Espanhola. Tem também como objetivo específico aprofundar sobre as bases da opressão feminina e sua relação com a sociedade de classes, a relação entre opressão feminina e vida cotidiana, os aspectos psicossociais envolvidos no processo de transformação social e da vida cotidiana, desenvolver a categoria de vida cotidiana e contribuir para Psicologia Crítica, e por fim, as relações de gênero na Revolução Espanhola.

Para isto, fundamenta-se no método materialista histórico dialético, usando como categoria analítica a Vida Cotidiana, com ênfase em Agnes Heller e usando como técnica a pesquisa documental e bibliográfica.

O método materialista histórico dialético fundamenta-se em Marx. Como o marxismo é uma tradição muito ampla, com perspectivas distintas e opostas entre si, faz-se necessário destrinchar o marxismo no qual este trabalho se fundamenta. Este trabalho fundamenta-se no marxismo ontológico de Lukács, orientador de Agnes Heller. Esta tradição ontológica defende que Marx fundou uma concepção de mundo totalmente nova, cujo núcleo encontra-se na “radical historicidade e

sociabilidade do mundo dos homens e na identificação da correta articulação entre subjetividade e objetividade” (Tonet, 2005, p.8). Ao contrário do que afirmam os críticos do marxismo, este não coloca a estrutura acima das relações sociais e, tampouco, defende um evolucionismo inevitável da realidade ou nega e ignora a subjetividade.

A concomitante construção do mundo e de si que se dá nas relações sociais desenvolvidas a partir do trabalho, a especificidade humana, cuja natureza é eminentemente histórica, que cria as condições para a complexificação e desenvolvimento das relações sociais, incluso aí a subjetividade.

No método materialista histórico dialético não há um conjunto de técnicas e procedimentos a priori em relação a seu objeto, estas são desenvolvidas a partir do próprio objeto. Isto é, não há um percurso pré-concebido pela consciência do pesquisador que meramente aplica-se ao objeto, há, pelo contrário, exigências do próprio objeto que pauta todo o percurso de investigação. Logo, há uma possibilidade de utilização de diferentes procedimentos e técnicas (Netto, 2011).

No entanto, a fidelidade ao objeto não implica em uma apreensão passiva do pesquisador, muito pelo contrário. A utilização de tal método implica sempre uma revisão e reflexão crítica do objeto, pois sua análise não parte do nada, mas sim da análise crítica das interpretações anteriores ao seu objeto de estudo. Faz-se uma revisão minuciosa acerca de tais conhecimentos, seja para incorporá-los, seja para superá-los. Tal apropriação do conhecimento previamente existente caminha no sentido de elaboração de uma síntese destes a partir da análise do próprio objeto (Lima & Miotto, 2007). Motivo pelo qual este trabalho fará uma pesquisa bibliográfica. Será analisado a categoria de vida cotidiana, teorias sobre as bases da opressão da mulher, o cotidiano das mulheres na Revolução Espanhola e sobre a própria Revolução.

Será feita também uma análise documental a partir dos materiais encontrados em periódicos, livros e bibliotecas, uma vez que há uma vastidão de documentos sobre. Os materiais da pesquisa documental são materiais que “[...] não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 45). A análise documental permite a apreensão não só de fatos, mas também das relações constituídas entre os agentes envolvidos no documento e dos aspectos da vida social de um grupo. Busca-se extrair destes documentos mais do que meras informações, mas interpretações e conhecimentos novos, de forma que o material buscado é diferente do material inicial.

Assim, este trabalho se debruçará sobre a transformação da vida cotidiana das mulheres na Revolução Espanhola por meio da pesquisa bibliográfica e documental afim de desenvolver acerca das relações entre a transformação social e a transformação da vida mulheres.

Referências

- Enzensberger, H.M. (1987). *O curto verão da Anarquia*. São Paulo: Cia das Letras
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ed. São Paulo: Atlas.
- Heller, A. (1987). *Sociología de la vida cotidiana*. 2ed. Barcelona. Península
- Lacerda Jr., F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Revista Teoria y crítica de la psicología*, 3, 216-263.
- Lima, T.C de S. & Mioto, R.C.T. (2007) Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katalysis*, 10, 35-45.
- Netto, J. P. (2011) *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Parker, I. (2007). Critical psychology: What it is and what it is not. *Social and Personality Psychology Compass*, 1(1), 1-15.
- Rago, M & Biajoli, M.C.P. (2007) *Mujeres Libres da Espanha: Documentos da Revolução Espanhola*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.



A Sexualidade e a Adolescência na Escola

Magda Maria Borges

Orientador: Filipe Milagres Boechat

Nossa pesquisa tem por objeto a sexualidade e a adolescência na escola. Nosso objetivo consiste em saber qual o papel da escola na direção do processo de formação da sexualidade. Especificamente, procuramos descobrir por que meios ou por que mecanismos o espaço escolar contribui para a reprodução ou a crítica de determinadas formas de expressão e consciência da sexualidade entre os adolescentes.

Embora exista um número considerável de produções científicas sobre a adolescência em diversas áreas do conhecimento, a expressão e a consciência da sua sexualidade em âmbito escolar ainda é assunto pouco estudado. Conforme pesquisa realizada por Silva e Carvalho (2007), na área de Serviço Social, 719 projetos de pesquisa estavam distribuídos em 17 eixos temáticos, entre 2001 e 2006. Destes 719 projetos, 88 eram destinados à infância e à adolescência, representando 12% do total. Segundo Sposati (2007), o resultado demonstraria uma predominância da preferência pela infância e adolescência como objeto de pesquisa.

Segundo Chauí (1988), as práticas sociais de controle, coerção e proibição do sexo são tão antigas quanto à própria organização social da humanidade. Entretanto, o estudo desse fenômeno e de suas variações históricas é recente, permanecendo o fenômeno pouco explorado. Patto (1997, p. 275), por sua vez, afirma que “não conhecemos a criança brasileira em suas características psicossociais e pedagógicas”.

Para este estudo, lançaremos mão de uma revisão bibliográfica sistemática sobre o tema da sexualidade e da adolescência na escola. Em pesquisa preliminar na base de dados do portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ao buscarmos pelas palavras-chave “sexualidade”, “adolescência” e “escola” no corpo dos resumos, encontramos os seguintes resultados: no Pepsic, foram encontrados 3 artigos;

na BDTD, foram encontrados 234 resultados. Num primeiro momento, faremos a leitura dos resumos com o propósito de identificar se os trabalhos contribuem para o objetivo geral e os objetivos específicos de nossa pesquisa. Recorreremos igualmente aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com o intuito de saber de que modo contribuem, por meio de suas diretrizes, para o processo de reprodução ou crítica de determinadas concepções a respeito da sexualidade.

Na tentativa de melhor compreendermos nosso objeto, inserindo-o em seu processo histórico de formação, prevemos a estrutura de nossa pesquisa em três capítulos: o primeiro capítulo tratará do conceito de sexualidade. O segundo, versará sobre a família que, conforme Iasi (2011), consiste no primeiro espaço de socialização dos seres humanos. No terceiro capítulo, trataremos da escola, buscando compreender de que modo ela determina o processo de formação da sexualidade em adolescentes.

Como afirma Iasi (2011), o ato de conhecer exige, em primeiro lugar, que encaremos o objeto ou o fenômeno como algo não dado. Em segundo lugar, que o “insiramos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é” (p. 12). A partir desta perspectiva, observaremos a sexualidade como um processo, um movimento que se desenvolve e assume formas diversas e contraditórias.

No primeiro capítulo, partiremos da compreensão de que a sexualidade desenvolve-se em todas as etapas da formação do ser humano, constituindo sua dimensão essencial. Por ser dotada de intencionalidade e escolha, diferentemente dos demais animais sexuados, o conceito de sexualidade humana não pode deixar escapar de si os aspectos culturais, sociais e históricos. Buscaremos ultrapassar o conservadorismo da concepção determinista e biológica que caracteriza o senso comum sobre a sexualidade. Discutir a sexualidade em um contexto de formação educacional, seja familiar ou escolar, tem sido, na maior parte das vezes, conflituoso e problemático. Essas discussões deveriam impulsionar a pauta para superação de vários problemas como a intolerância e a violência de gênero. Contudo, o ponto de pauta acaba estagnado na agenda conservadora de uma parcela da sociedade. Ainda assim, precisamos ultrapassar as barreiras, seja da omissão, do abandono ou da indisposição em promover uma reflexão crítica e avançar na superação do senso comum.

Este estudo busca compreender a sexualidade a partir do conceito amplo inaugurado por Freud. Segundo Chauí (1988), o conceito psicanalítico de sexualidade não a restringe aos órgãos genitais. Assim, qualquer região corpórea é suscetível de prazer sexual, desde que destinado a algum erotismo e que a satisfação sexual independe da união genital.

No segundo capítulo, abordaremos o conceito de família. Como foi dito anteriormente, nosso

estudo parte da concepção de que a sexualidade é uma dimensão essencial do ser humano, participando de sua formação e de seu processo de consciência. Enquanto processo, pressupomos que o mesmo tenha uma origem ou um início. Se assim o é, onde seria a origem desse processo de formação da sexualidade? Enquanto espaço onde se desenvolvem as primeiras relações dos seres humanos e seus primeiros vínculos afetivos, esta origem deve ser buscada na família.

Iasi (2011), em sua descrição da consciência como processo, utiliza do conceito de interiorização e exteriorização da consciência (subjativação e objetivação) de Freud, para explicar que a internalização das determinações exteriores é mediada por um vínculo de inserção imediata. Conclui que a família é o “espaço de inserção imediata”. A família é, segundo o autor, a primeira instituição responsável por inserir o ser humano no conjunto das relações sociais. Esse ser, que passa a compor as relações da família, recebe, ao nascer, um legado que o antecede e vai além de sua própria história. Além disso, na família, vão sendo agregados signos, informações, pensamentos sistematizados, elaborados em forma de conhecimento, segundo as determinações de cada tempo. Esses determinarão o processo de formação de seu ser, ao qual pertence, essencialmente, a sexualidade.

Embora a família exerça um papel fundamental na manutenção da sobrevivência do ser humano, em seu estágio inicial, ela não possui a tutela exclusiva das suas relações ou interações sociais. Aquele processo iniciado na família será complementado, reforçado, contrariado ou totalmente revolucionado pelas demais interações em que o ser humano manterá em sua contínua relação com o mundo, dentre as quais se encontra a escola, que trataremos a seguir.

Como já foi antecipado, o capítulo 3 abordará a escola, parte do objeto de nosso estudo. Para Iasi (2011), a escola faz parte de uma série de relações preestabelecidas pelas quais o indivíduo percorre no decurso de sua vida. Tanto o indivíduo, quanto estas novas relações, são diversas daquela estabelecida no estágio inicial de sua vida. Isso decorre do fato de que naquele momento a situação de dependência lhe impunha a condição de sujeito passivo. Esta relação estabelecida com a escola ocorre num estágio em que a dependência é menos presente no indivíduo e ele pode, então, vir a ser um sujeito ativo. Esta autonomia possibilitaria ao indivíduo uma atitude mais crítica em contraposição às regras ou normas impostas, às relações de poder hierarquizadas, às divisões sociais, econômicas, de raça, de classe, de gênero e tantas outras que se confrontam no ambiente escolar. A escola, descrita por Iasi (2011) no processo da consciência, adota a função do espaço da disciplina, responsável por converter os sujeitos em cidadãos disciplinados, aptos à avançarem ao mundo do trabalho. Saviani (2009), por outro lado, em sua obra intitulada *Escola e Democracia*, afirma que a educação relaciona-se dialeticamente com a sociedade, é elemento determinado e determinante, importante, mas não

decisivo para uma transformação da sociedade. Este autor defende ainda que a “educação é uma atividade que supõe uma heterogeneidade real e uma homogeneidade possível; uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada” (1980a). Sendo assim, segundo o autor, a educação não transforma de modo direto e imediato, mas sim de modo indireto e mediato, agindo sobre os sujeitos por meio da ação direta da prática social.

Segundo Sant’anna (2011), a educação no Brasil nasceu já com o discurso e o conceito da diferença. Em Goiás, seguiu-se o projeto já disseminado, principalmente, nas grandes capitais do país. Inicialmente, uma experiência de diferenciação e desigualdade de escolarização para meninos e meninas nas escolas destinadas à classe popular da província de Goiás. Essa educação, baseada na divisão de gênero, não expunha somente a divisão social e hierarquizada do saber, como também delineava a função feminina no projeto civilizador da sociedade brasileira. As meninas eram instrumentos necessários na reprodução do ideário de civilização e progresso material e moral do país, na formatação do projeto nação. “Nesse sentido, a escolarização proporcionada acionava representações sociais de gênero, reiteradoras da partilha hierarquizada entre o público e o privado, da divisão sexuada dos papéis sociais” (Sant’anna, 2011, p. 138). Ou seja, a “natureza das coisas”, que se sobrepunha às determinações biológicas, também legitimava a produção/reprodução das contradições sociais, expondo ainda, as diferenças entre o ensino público e privado, evidenciando o recorte de classe, raça e etnia etc.

Assim, colocar a tríade sexualidade, adolescência e escola na mesma discussão é possibilitar uma reflexão sobre uma prática social que encare o processo educativo como uma passagem da desigualdade à igualdade, vislumbrando uma sociedade em que se veja a superação da divisão do saber. Essa discussão é imprescindível. Ainda que alguns pensem que discutir a escola é tema recorrente e assunto vencido, muito há para ser feito. De fato, romper com o legado da pedagogia nova e da pedagogia existencialista requer paciência histórica. Iasi (2011) afirma que essas pedagogias são ingênuas e não-críticas por não terem abarcado a perspectiva histórico-social da educação. Ao contrário, adotaram uma postura de superioridade aos fatos, pressupondo-se capazes de determiná-los e alterá-los por si mesmas, depositando na escola o poder de redenção da humanidade. Uma pedagogia crítica reconhecer-se-ia condicionada, determinada objetiva e materialmente.

Para Darcy Ribeiro a crise educacional no Brasil, da qual tanto se fala, não é apenas uma crise, mas é um programa (...) num nível técnico-profissional. O autor afirma ainda que, como pesquisadores e educadores, temos contribuído, significativamente para a consecução deste

programa, alimentando, entre outras, as crenças de que a educação, o educador e o pesquisador podem e devem ser politicamente neutros (Darcy Ribeiro 1978 apud Patto 1997, p. 275).

Na escola estão presentes as tensões impostas pelo trabalho ideológico dominante em cristalizar a promoção social por meio da própria escola, encobrando as reais razões das diferenças classistas, tornando o problema uma responsabilidade individual. Assim, nosso trabalho também intenciona questionar qual o papel da psicologia nesse processo de formação do ser humano e do desenvolvimento de sua sexualidade na realidade do espaço escolar.

Referências

- Chauí, M. (1988). *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. 11 ed. Ed. Brasiliense. São Paulo, SP.
- Nunes, César; Silva, Édna. *A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Patto, M. H. S. (1997). Da psicologia do “desprivilegiado” à psicologia do oprimido. Em, M. H. S. Patto (Org.), *Introdução à psicologia escolar*. 3ed. (pp. 256-278). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sant’anna, Thiago F. (2011). Possibilidades aos meninos, destino às meninas? Escola Primária como tecnologia de gênero na Província de Goiás (1827-1887). Em, V. M. L. Barra (Org.), *Estudo de história da educação em Goiás (1830-1930)*. Goiânia. Ed. PUC. Go.
- Saviani, D. (2009). *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 41ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados.



Psicologia Escolar no CEPAE: surgimento e desenvolvimento

Marisa de Medeiros Ferreira

Orientador: Anderson de Brito Rodrigues

Esta pesquisa procura conhecer como ocorreu a história da psicologia escolar no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás – CEPAE/UFG. Entender o processo de surgimento e constituição da psicologia escolar pode nos fornecer bases para melhor entender e discutir criticamente os desdobramentos atuais da área como espaço de intervenção e pesquisa.

Elegemos o CEPAE como campo dessa pesquisa, pois se configura como uma das instituições pioneiras em psicologia escolar no Estado de Goiás, contando com esse profissional no seu quadro desde a década de 1970. O CEPAE foi criado pelo decreto Lei nº 9.053 em 1966 e suas atividades tiveram início em 1968 no prédio da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - UFG. Sua criação visava a constituição de uma escola experimental de técnicas e processos didáticos e de um campo de estágio supervisionado para as licenciaturas da UFG. O CEPAE é o único Colegio de Aplicação inserido numa Universidade Federal da região Centro-Oeste e está próximo de completar 50 anos de funcionamento. (Ferreira & Gonzaga, 2008)

Para compreender o caminho de desenvolvimento da psicologia escolar no CEPAE e em Goiânia partiremos de uma compreensão mais ampla do desenvolvimento da psicologia escolar no país. Certos de que o contexto macro tem estreita relação com o contexto de cada Estado, mas também que cada Estado apresenta suas especificidades, buscaremos nos atentar às semelhanças e dessemelhanças, continuidades e discontinuidades no processo de desenvolvimento da psicologia escolar goiana e brasileira, como propõe Hobsbawn (2002) para o estudo da História.

Massimi (1990) ao estudar obras do período colonial brasileiro já identifica saberes psicológicos que hoje são temas muito estudados dentro da psicologia e, mais especificamente, da psicologia escolar como educação, aprendizagem, desenvolvimento, criatividade, papel dos jogos, função da família, etc. Seus estudos possibilitam um resgate temporal macro da psicologia brasileira, pois já aponta saberes psicológicos em uma época em que a psicologia ainda não existia enquanto

ciência institucionalizada.

Antunes (2012) afirma que a psicologia inicia sua estruturação como área específica de conhecimento e de intervenção no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, devido à necessidades de uma sociedade que passava por um processo de industrialização e urbanização na qual a educação, sendo fundamentada por conhecimentos psicológicos, funcionava como um dos instrumentos de conformação dos trabalhadores. A autora destaca ainda que a consolidação da Psicologia como ciência autônoma na Europa e nos Estados Unidos também foi propulsora para a estruturação da psicologia brasileira a partir de ideias trazidas por brasileiros que iam estudar nesses locais.

A psicologia que se institucionalizou no Brasil teve origem, tradicionalmente, em instituições educacionais e médicas, campos dominados por representantes das camadas médias e por intelectuais. Nesse contexto, as Escolas Normais adotaram a psicologia como uma das mais importantes bases científicas para a educação e se tornaram um dos principais campos de desenvolvimento da psicologia brasileira. (Antunes, 2012)

A atuação da psicologia no contexto educacional durante a primeira metade do século XX foi marcada pelo aspecto remediativo com o qual se tratavam os problemas de aprendizagem, evidenciando a forte influência da medicina e a consolidação de uma atuação clínica no trabalho do psicólogo escolar ao se privilegiar o enfoque psicométrico por meio da avaliação da prontidão escolar, da organização de classes para alunos considerados especiais, dos diagnósticos e dos encaminhamentos para serviços especializados (Guzzo, Mezzalira, Moreira, Pondian & Neto, 2010).

Vilela (2012) destaca que nas décadas de 1940 a 1960 o psicólogo continua atuando, principalmente, na escola, mas adentra outros campos como o de seleção e orientação profissional e a clínica, realizando psicodiagnóstico infanto-juvenil, orientação de pais e mesmo orientação vital. Em todos os campos, os testes psicológicos foram o instrumental privilegiado para a atuação em psicologia. Essas décadas foram marcadas pela criação de diversas associações, periódicos, eventos e, mais especificamente, na década de 1950 cursos de graduação em psicologia. Esse contexto foi propício para em 1962 a profissão de psicólogo ser regulamentada no país.

Os anos de 1970 foram marcados pela movimentação civil em oposição ao regime ditatorial, e dentro desse contexto surgiram também reivindicações pela ressignificação da relação da psicologia com a sociedade que culminaram com o surgimento de novas áreas de formação e atuação ligadas principalmente à área da saúde e da educação (Campos & Jucá, 2006 citados por Barbosa & Marinho-Araújo, 2010).

A psicologia escolar do final da década de 1970 foi marcada por um movimento de

insatisfação de psicólogos escolares com sua atuação e pela produção de reflexões e pesquisas que evidenciavam os entraves causados pelas concepções remediativas e adaptativas aplicadas ao processo educativo. Esses questionamentos originaram também desestabilização e insegurança na atuação em psicologia escolar, pois os procedimentos convencionais não respondiam mais com eficácia às demandas do contexto. (Barbosa & Marinho-Araújo, 2010)

Apesar das críticas e propostas de reformulação da área que têm sido realizadas desde a década de 1970, as produções em psicologia escolar têm mostrado que o psicólogo ainda é demandado para classificar alunos e resolver problemas educacionais. As expectativas de intervenção do psicólogo demonstram que a sociedade, geralmente, ainda espera do profissional a função de ajustar os estudantes ao sistema e, ao atender a esse tipo de demanda, o psicólogo se compromete com a reprodução das relações instituídas e legítima a desumanização do homem. (Guzzo et al., 2010)

Problema

Essa pesquisa propõe investigar como a psicologia escolar surge e se desenvolve no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás – CEPAE/UFG. Partiremos de alguns questionamentos como: existe uma história da psicologia escolar no CEPAE? Ela surgiu para atender demandas específicas? Qual a relação com o contexto goiano e nacional?

Objetivo geral

Compreender o surgimento e desenvolvimento da psicologia escolar no CEPAE e suas relações com o contexto goiano e nacional.

Objetivos específicos

- Compreender quando a psicologia escolar surge no CEPAE;
- Investigar se havia demandas específicas para esse surgimento;
- Aprender quem era o profissional que atuava como psicólogo no CEPAE;
- Estudar como era o trabalho dos psicólogos escolares que fizeram parte historicamente do CEPAE;
- Entender quais concepções teóricas norteavam a prática desses profissionais.

Justificativa

Nos deparamos atualmente com intensas problematizações que tiveram início, mais fortemente, na década de 1980 defendendo uma psicologia escolar crítica que atue institucionalmente em busca de melhorias no processo de ensino aprendizagem e de uma educação emancipatória, transformadora, que vá contra processos de exclusão e de individualização de questões escolares. Nessa perspectiva, é importante conhecermos a história dessa área da psicologia, como foi seu desenvolvimento, quais rupturas e continuidades estiveram e estão presentes nesse processo.

Antunes (2012) aponta que precisamos ampliar nossa compreensão da Psicologia e de sua relação com a sociedade e que, para isso, compreender seu processo de construção histórica é tão importante quanto conhecer o conteúdo de suas teorias e o domínio de suas técnicas “que, tomadas atemporalmente, são meros fragmentos de uma totalidade que não se consegue efetivamente compreender”. (p.9)

A história da psicologia brasileira tem sido, tradicionalmente, relegada pelos psicólogos, mas alguns autores têm se debruçado mais fortemente sobre seu estudo como: Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Marina Massimi, Maria Helena de Souza Patto, Regina Helena de Freitas Campos, Ana Maria Jacó-Vilela, Samuel Pfromn Netto, etc. Contudo, Antunes (2004) ressalta que a história da psicologia brasileira é ainda muito centrada no Sudeste e que, apesar de saber que há também uma história a ser contada e preservada nos outros estados, esses ainda carecem de maiores sistematizações históricas. Nesse sentido, visando colaborar com a compreensão da história da psicologia em Goiás e também para a historiografia da psicologia brasileira consideramos relevante resgatar a história da psicologia escolar no CEPAE, uma importante instituição no contexto goiano.

Massimi (1990) citada por Rodrigues (2007) ressalta que se debruçar sobre o estudo da história da psicologia brasileira é um desafio para aqueles que queiram preservar o patrimônio histórico da psicologia contemporânea e um recurso essencial para a formação crítica do psicólogo brasileiro, pois lhe permite situar e entender a psicologia em um contexto cultural, social e político opondo-se a um tecnicismo presente na área. A autora ressalta que esse trabalho deve ser realizado em todo o território nacional e que qualquer tentativa de preservação, coleta ou indagação crítica relativa a áreas específicas da psicologia brasileira representa uma contribuição fundamental.

Para Massimi (1998), as reconstruções historiográficas em psicologia visam uma auto-reflexão crítica dos próprios psicólogos acerca de seus trabalhos e de sua área de estudos; uma melhor

compreensão e valorização do presente e o aumento da credibilidade e da dignidade científica da psicologia enquanto domínio de pesquisa e profissão.

A autora dessa pesquisa vem estudando psicologia escolar desde a graduação quando era vinculada ao laboratório de Psicologia escolar da UnB – Universidade de Brasília e desde 2015 tem atuado com psicologia escolar, uma área muito rica em possibilidades, mas também permeada por desafios e dificuldades diárias. Nesse pouco tempo de atuação, os anseios em pesquisar sobre a área e contribuir para sua melhoria vêm aumentando e culminaram com a proposta dessa pesquisa. Sobre isso, Oliveira (1998) enfatiza a importância da relação entre o tema de pesquisa e a biografia do pesquisador como um aspecto que pode enriquecer e dar vida ao estudo.

Procedimentos metodológicos

Para Oliveira (1998) o método numa pesquisa em ciências humanas refere-se a um “percurso escolhido entre outros possíveis. (...) Um caminho seguro que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo” (p.17)

Nesse sentido, será realizada uma pesquisa historiográfica. Massimi (1998) aponta que o método histórico nos proporciona caminhos para adentrar ao mundo das distâncias temporais e espaciais e engloba uma pluralidade de percursos possíveis.

Essa pesquisa tem contemplado em seu percurso um levantamento bibliográfico acerca da história da psicologia escolar brasileira. Consideramos essa revisão essencial para estabelecer as relações entre o que foi desenvolvido no CEPAE e no Brasil. Estão sendo realizadas busca, coleta, seleção e análise de documentos relacionados a psicologia escolar no CEPAE. Até o momento foram encontrados documentos das décadas de 1970 a 1980 que versam sobre avaliação psicológica de alunos, orientação e formação de professores, propostas de intervenções para problemas escolares, relatório de acompanhamento de alunos, propostas de educação sexual e de orientação vocacional e relatórios de reuniões que evidenciam a psicologia como integrante de um Serviço de Orientação Educacional dentro do CEPAE juntamente com outros profissionais da escola.

Pretendemos ainda fazer um estado da arte da história da psicologia nos Colégios de Aplicação brasileiros e realizar entrevistas com sujeitos que atuaram como psicólogos escolares ao longo da história do CEPAE.

Referências

- Antunes, M. A. M. (2004). A Psicologia no Brasil no Século XX: Desenvolvimento Científico e Profissional. In: *História da Psicologia no Brasil Novos Estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 109-150.
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 44-65.
- Barbosa, R.M. & Marinho-Araújo, C.M. (2010). Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 27(3), 393-402.
- Ferreira, M. J. de M. & Gonzaga, D. (2008). *Colégio de Aplicação: 40 anos de Educação em Goiânia*. Goiânia. Cegraf-UFG.
- Guzzo, R. S. L., SC Mezzalira, A., Gomes Moreira, A. P., Pondian Tizzei, R., & de Faria Silva Neto, W. M. (2010). Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(25ANOS), 131-142.
- Hobsbawn, E. (2002). O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras. P 36-48.
- Massimi, M. (1990). *História da psicologia brasileira*. São Paulo: Pedagógica e Universitária.
- Massimi, M. (1998). A História das Ideias Psicológicas: uma viagem no tempo rumo aos novos mundos. In: *Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa*. São Paulo: editora Legis Summa. p. 11-30
- Oliveira. P. de S. (1998) *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Editora Hucitec
- Rodrigues, A. de B. (2007). História da psicologia em Goiás: saberes, fazeres e dizeres na educação.
- Vilela, A. M. J. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32.



O Surgimento e Desenvolvimento dos Jardins de Infância em Goiânia: Um Recorte Historiográfico.

Natielly Priscilla Silva

Orientador: Anderson de Brito Rodrigues

O presente trabalho tem como objetivo investigar através de uma pesquisa historiográfica como ocorreu o processo de surgimento e desenvolvimento dos jardins de infância na cidade de Goiânia- GO e entender o papel ocupado pelo conhecimento psicológico no interior dessas instituições. Para tal, propõe-se a compreender, por meio de análise documental e revisão bibliográfica pautada em livros, artigos científicos, legislações, dissertações, teses e demais publicações, o contexto social em que se desenvolveram e os interesses envolvidos neste processo, bem como no estabelecimento de concepções de educação, de infância e de currículo propostos. Dentre a documentação sobre a qual tem se debruçado estão: documentos e regulamentos da instrução pública; dentre eles o *Regulamento e Programa do Jardim de Infância* de 1928; números do *Correio Oficial de Goiás*, órgão de imprensa oficial do governo e números da *Revista de Educação do Estado de Goiás*.

O interesse por discutir temáticas que agregassem psicologia e educação infantil surgiu inicialmente de questionamentos pessoais, que se tornaram mais elaborados em discussões feitas em sala de aula durante a graduação. Paralelo às discussões em campo teórico, o desejo de realizar uma pesquisa deste porte surgiu após um ano de trabalho com grupos de formação de professoras através do Programa de Apoio à Extensão Universitária -PROEXT- no município de Goiandira- GO.

Partindo da noção de que a psicologia mantém uma relação estreita com a educação desde seu surgimento como ciência no Brasil e em Goiás e entendendo as experiências da primeira infância como cruciais para o desenvolvimento psíquico é de suma importância uma pesquisa que se atenha à origem dos locais destinados à educação infantil. Tal importância contrasta com a existência de uma quantidade reduzida de pesquisas acadêmicas envolvendo historiografia e psicologia em contexto

goiano, procurando entender as contribuições do conhecimento psicológico com as reflexões e práticas sobre infância em Goiânia.

Espera-se em um primeiro momento, apresentar uma discussão do conceito de infância e entendimento da maneira como a relação entre adultos e crianças é definida de formas distintas dependendo do contexto histórico, focando fundamentalmente nas sociedades brasileiras, para tal o trabalho tomará como base as ideias de Alessandra Arce (2004), Moisés kuhlmann Jr (2000), Miriam Moreira Leite (2003), Carlos Monarcha (2003) e Mirian Jorge Warde (2003).

Ariès (2016) aponta que nas sociedades tradicionais a infância passava por uma espécie de anonimato, não sendo identificada como uma etapa distinta da vida adulta sobre a qual deveriam ser dispensados cuidados diferenciados. Ele destaca que o processo de valorização da infância aparece em conjunto com a noção de moralização das sociedades e ao reaparecimento de uma preocupação com a educação, que se deu principalmente a partir dos séculos XVI e XVII. Caberia às escolas prepararem as crianças para a vida, através de um rigoroso regime disciplinar. Esse cuidado com a infância, segundo ele, também é concomitante à constituição de família nuclear burguesa, havendo uma forte relação entre os sentimentos de família e de classe.

Leite (2003) compartilha dessa ideia de infância como uma construção histórica e cultural. Ela demonstra, através de uma análise de memórias e literatura de viajantes que passaram pelo Brasil entre 1803 e 1900, que este período era marcado pelo regime de trabalho escravista, altos índices de mortalidade infantil e educação funcionando enquanto prática informal, de forma que os cuidados das crianças eram normalmente delegados às mães e aos escravos e acontecimentos não raros como a morte de alguma criança, tendiam a serem mais bem aceitos pelas famílias.

Para Monarcha (2003) foi a partir da proclamação da República do Brasil em 1889 que começou a vigorar um novo discurso de valorização da infância. A partir daí, as crianças passaram a ser vistas como herdeiras da pátria e cabia ao Estado a atribuição de educá-las visando uma propagação deste regime. Os jardins de infância que surgiram mais tarde, segundo ele, representariam instituições fundamentais neste processo, sendo seu nome uma analogia romântica com o desenvolvimento infantil semelhante ao das plantas.

Estes espaços foram criados por Friedrich Froebel na Alemanha em 1840 e se destinavam à educação de crianças menores de seis anos. Froebel (2001) via a aprendizagem como algo que se dá de forma lúdica e propunha uma instituição de ensino que colocasse a criança no centro do processo de escolarização. No Brasil, o primeiro jardim de infância que apareceu apoiava-se nas propostas de Froebel e era uma instituição particular fundada por Menezes Vieira em 1875 no Rio de Janeiro.

Segundo ele, cabiam aos jardins as funções de moralização e controle da vida social, de forma a “europeizar” os modos de vida. Nessa época encontrava-se em desenvolvimento uma ênfase dada pelas ideias psicológicas, em parceria com a pedagogia à higiene e ao aprimoramento físico como sendo bases da educação (Kuhlmann Jr., 2000).

Warde (2003) chama atenção para a importância da Pedagogia da Escola Nova, idealizada por Lourenço Filho a partir de 1930 para a formação de uma nova concepção de infância no Brasil, menos voltada para detecção e controle de desvios e mais preocupada com uma adaptação da escola às necessidades da criança. A educação passou a ser vista, por meio deste movimento, como um direito de todos, sendo determinante na distribuição das classes sociais e possibilidade de sanar desigualdades. Disciplinar passa a ser sinônimo de moldar, neste contexto a psicologia entra como um campo de saber privilegiado na modelagem de comportamentos infantis no processo de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista as estreitas relações entre valorização da infância e educação, em um segundo momento, pretende-se pensar a educação infantil, entendendo o processo de escolarização da infância tanto em contexto global, como nacional e, por último, goiano. Viabilizando isso, haverá um diálogo com outros trabalhos que se dedicam a esses tópicos, como o de Lara Cariny Celestino Fonseca (2014), que estuda o Jardim de Infância associado ao processo civilizador em Goiás; Yara Fonseca de Oliveira e Silva (2011) e Rubia-Mar Nunes Pinto (2013).

Aspectos metodológicos também serão expostos nesta segunda etapa, por ser uma pesquisa de cunho historiográfico, o trabalho se apoiará em historiadores como, Regina Helena de Souza Campos (1998), Eric Hobsbawm (1997) e pesquisadores como José Paulo Netto (2012) e Mauro Iasi (2011). A historiografia é definida por Campos (1998) como uma reconstrução do passado no presente, através da identificação, organização, análise e interpretação de dados. Tal perspectiva de reconstrução do passado dialoga com a ideia de pesquisa historiográfica como algo que não pode ser somente uma mera narrativa da sucessão de acontecimentos, mas, precisa comportar uma elaboração crítica que diga respeito à visão do pesquisador sobre os documentos que maneja. Assim, à medida que a história é recontada pelo pesquisador, ele a reescreve no presente.

Hobsbawm (1997) considera os historiadores como autores políticos, sendo responsáveis pelos fatos históricos e por criticarem o abuso político-ideológico da história, ele fala de uma história marcada por semelhanças e dessemelhanças, continuidades e rupturas. Para Marx e Engels (citados em Netto 2012), a história da humanidade só fará sentido se for contada em consonância com a história da indústria e das trocas, sendo a constituição do capitalismo marcada por indivíduos

alienados da natureza, de si mesmos e de sua própria espécie. Eles fazem uma crítica às concepções históricas que predominantemente excluem a relação dos homens com a natureza da história, por considerarem a exploração da natureza para produção de sua sobrevivência o primeiro ato histórico.

Com relação a isso, Iasi (2013) afirma que a história se dá através de contradições e lutas que ocorrem em épocas distintas, mediante as quais os seres humanos criam condições de produzir sua existência. Estes modos de agir, segundo ele, estarão diretamente relacionados à forma com que nossos antepassados procediam e deixaram de legado a nós, como “tradição”, sendo assim “[...] todo presente é síntese de elementos do passado, de nossa ação imediata e da intencionalidade aberta ao devir, é movimento e não momento, não um acontecimento meramente singular” (Iasi, 2013, pp. 341).

Uma dissertação de mestrado que pretenda pesquisar a maneira como se deu o surgimento dos jardins de infância em Goiânia através dessa perspectiva de historiografia que concebe a pesquisa como um resgate paralelo a um fazer histórico, precisará se atentar ao contexto social da época e à concepção tanto de psicologia quanto de infância existentes. Por fim, após uma retomada histórica, planeja-se mostrar notadamente como se deu a criação dos jardins de infância na cidade de Goiânia-GO e de que forma a presença dos conhecimentos da psicologia contribuíram com sua implantação.

Silva (2011) relata que em solo goiano começou a partir do século XIX uma preocupação expressiva com a escolarização visando unificação do território extenso e modernização da província. O jardim de infância surgiu em 1928, na Cidade de Goiás, quando esta ainda era a capital do Estado e partilhava das mesmas concepções de Menezes Vieira, no que diz respeito à inspiração nos moldes de vida europeus. Arce e Valdez (2004) apontam que seu surgimento tinha como referência uma época de consolidação das “oligarquias modernas” e constituição do estado burguês, em que era fundamental trazer o “progresso” para a região, o qual apareceria fundamentalmente através de investimentos na educação precoce.

Pinto (2013) relata que o período entre 1930 e 1960 em Goiás foi marcado pela expansão da escolarização primária, devido, entre outros aspectos, à expansão da obrigatoriedade escolar para crianças da zona rural e ao processo de urbanização que culminou na transferência das capitais do estado para Goiânia e da nação para Brasília, movimentos estes que colocaram Goiás em um espaço privilegiado de integração nacional. Diante deste cenário, ela evidencia que o surgimento de Goiânia impulsionou um enorme investimento na construção de prédios escolares, sendo o Jardim de Infância Modelo a primeira instituição finalizada nas obras de construção de Goiânia.

A partir da análise de alguns documentos referentes a essa instituição, pode-se dizer, que

existe, ao menos no campo do discurso, uma preocupação com a centralidade da infância, a defesa da espontaneidade, da atividade, da liberdade e do interesse. Isso fica evidenciado ao debruçar-se sobre os dispositivos legais que estavam em voga naquele momento histórico, como o decreto nº. 9.951 A, de 17 de setembro de 1928, que regulamenta o programa do jardim de infância em Goiás. Este documento, por diversas vezes, faz referências às ideias de Froebel, Pestalozzi e Montessori, inclusive listando dentre as competências a serem desenvolvidas, aquilo que chama de “dons fróebelianos” e destaca a importância de uma educação voltada para os sentidos, fomentadora de curiosidade e inovadora.

Tal retomada histórica dá notícias de noções que são comuns tanto em contexto nacional quanto regional, de educação como dispositivo reforçador da ordem vigente e de infância acompanhada da carga moralizadora e higienista. Estas noções ajudam a entender a valorização do conhecimento psicológico em épocas de surgimento dos jardins de infância, uma vez que a psicologia se propõe historicamente a tomar a criança como elemento único da relação pedagógica, contribuindo com a manutenção da ordem, na medida em que “rotula” e “adequa” os indivíduos. É tomando como referência este cenário que o trabalho pretende constituir-se, esmiuçando conhecimentos históricos sobre a associação entre a psicologia e os jardins de infância e trazendo novas possibilidades críticas de intervenção.

Referências

- Arce, A; Valdez, D. (2004). "A primeira infância vai à escola": O regulamento do Jardim da Infância - Goiás/1928. *História da Educação*, 16, 129-151.
- Ariès, P. (2016). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, Trad.). 2.ed. Rio de Janeiro.
- Campos, R. H.F. (1998). Introdução à historiografia da psicologia moderna. Em: Brozek, J., & Massimi, M. *Historiografia da psicologia moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Froebel, Friedrich W. A. (2001). *A educação do homem*. (M. H. C. Bastos, Trad.). Passo Fundo, RS: UPF.
- Goiás. (1928). Decreto nº 9.951-A, de 17 de setembro. *Regulamentos*. Arquivo Histórico Estadual.
- Leite, M.L.M. (2003). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. Em: Freitas, M.C. *História social da infância no Brasil*. 5. ed. (pp. 19-52). São Paulo: Cortez.
- Hobsbawn, E. (1997). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Iasi, M. (2013). O marxismo diante de um novo século. *Revista Praia Vermelha: Estudos de política*



e Teoria Social, 23(2), 331-356.

- Kuhlmann Jr., M. (2000). Educando a infância brasileira. Em: Lopes, Eliane Marta T., Faria Filho, Luciano M. & Veiga, Cynthia G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Monarcha, C. (2003). Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. Em: Freitas, M.C. *História social da infância no Brasil*. 5. ed. (pp. 101-140). São Paulo: Cortez.
- Netto, J.P. (2012). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pinto, R. N. (2013). Escola primária em Goiás (1930-1960): entre cidades e fazendas, a escolarização como dispositivo de integração nacional. Em: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação* (vol. 1, pp. 1-10). Cuiabá: SBHE/UFMT.
- Silva, Y.F.O. (2011). O estado de Goiás e a infância: relações históricas entre formação, desenvolvimento e educação. Em: *Estudos de história da educação de Goiás 1830-1930*. (pp. 99-114). Goiânia: Editora da PUC-Goiás.
- Warde, M.J. (2003). Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. Em: Freitas, M.C. *História social da infância no Brasil*. 5. ed. (pp. 311-332). São Paulo: Cortez.



Concepções de Infância e Psicologia: compreendendo efeitos e controvérsias na produção acadêmica brasileira.

Priscilla Menescal V. dos Santos

Orientadora: Gisele Toassa

Apresentação e Justificativa

A concepção de infância que conhecemos hoje, com uma tendência a separar o mundo das crianças do mundo dos/as adultos/as, nas palavras de Àries (1981) é uma “invenção” recente, que data o fim do século XVIII e início do século XIX. O surgimento ou a particularização, que implica no reconhecimento das necessidades específicas da pessoa na infância nas sociedades ocidentais, ocorre por meio de várias influências sociais, políticas, econômicas e religiosas (Àries, 1985; Del Priore, 1996; Santos, 1996).

A primeira grande influência nessa particularização, que forjou os modelos ideológicos iniciais de criança tanto na Europa como no Brasil, foi o catolicismo (Àries, 1981; Del Priore, 1996). Os jesuítas foram figuras importantes para essa formação, pois, as crianças comparadas a anjos, frágeis e inocentes, careciam agora de uma educação própria, e ainda, no caso das crianças indígenas, a infância era vista como um momento oportuno para a catequese e renúncia da cultura autóctone (Del Priore, 1996; Santos, 1996).

Além disso, Àries (1981) associa o surgimento da infância a outros dois processos, um deles foi mudança ocorrida na educação por meio da criação dos colégios – século XVII – e de um novo sistema disciplinar que se caracterizava por uma vigilância constante e aplicação ampla de castigos corporais (Foucault, 1987). E, o outro processo diz respeito à mudança que se deu nas famílias por meio do “sentimento de família” que lhes foi imposto a partir do século XVIII com as transformações estruturais no que se entendia por família na época (Àries, 1981; Pôster, 1978).

É importante ressaltar neste momento que apesar deste trabalho não se centrar na constituição ontológica do sujeito “criança”, compreendemos que há uma relação dialética entre os conceitos

“infância” e “criança”, pois, ao investigarmos concepções de infância, estamos dizendo do lugar das crianças na sociedade, ou seja, das formas com que as sociedades ocidentais organizaram e organizam seus grupos etários (Santos, 1996), nesse caso, estamos falando também de estrutura social (Patto, 1984).

Nesse sentido, é importante explicitar como se deu tal processo no Brasil, em que a constituição histórica do conceito de infância carrega marcas da colonização por meio da ação catequizadora dos jesuítas (Del Priore, 1996), como já mencionado e, também, por meio da atenção direcionada à criança que foi proposta por um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos, dirigindo-se à “infância abandonada”, entre os séculos XIX e XX, a fim de prevenir a criminalidade do menor (Lodoño, 1996).

A partir daí a infância no Brasil se revela como um problema social, em que seu significado social circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o país ao seu ideal de nação (Rizzini, 2006). Assim, afirmava-se que salvar a criança era salvar o país – “o futuro da nação” – de modo que a infância era percebida ora como esperança ora como perigo, sendo necessária a criação de mecanismos que protegessem a criança dos perigos que porventura a desviassem do caminho da disciplina e do trabalho (Rizzini, 2006; Lodoño, 1996).

Ao longo deste processo histórico que promove a emergência de uma concepção moderna de infância, cumpre-nos ressaltar o papel da psicologia enquanto ciência, que por meio das teorias do desenvolvimento participou ativamente no que ficou conhecido como “a revolução da criança”, no século XIX, oferecendo-lhe visibilidade por meio da investigação científica (Santos, 1996). Isso porque os principais conceitos de infância foram concebidos e materializados pela “bio-psicologia”: Darwin, Hall e Freud (Santos, 1996).

Assim, a fim de compreender noções ou concepções de infância, torna-se extremamente necessário conhecer os principais conceitos de infância propostos pela psicologia, pois, de acordo com Skolnick (1975, citado por Santos, 1996), os modelos desenvolvidos pelos psicólogos daquele período – séc. XIX e XX – passaram a refletir nas atitudes culturais e nas práticas sociais relativas à criança. O que já sabemos é que ao menos a princípio, a criança foi para a psicologia, um “estágio no desenvolvimento humano” (Santos, 1996; Jobim e Sousa, 1996). De forma que ao dizer como as crianças se desenvolvem, a psicologia oferecia definições e diretrizes de como a sociedade deveria conceber a infância e tratar a criança, nesse caso, como um organismo em formação, portanto, minorizado e que não pode falar por si (Castro, 2008).

Vygotski (1995) afirma que tal ideia segue existindo na psicologia infantil em função de uma

embriologia e um evolucionismo ocultos, nos quais o desenvolvimento humano se dá de forma puramente quantitativa. Ao contrário dessa premissa, Vygotski (1995) propõe uma mudança na raiz da concepção de desenvolvimento humano que, por sua vez, não se reduz a uma acumulação lenta e gradual de mudanças que acontecem em linha reta. Com isso, o teórico altera os entendimentos de infância e criança propostos até o momento.

Problema e Objetivos

De acordo com Patto (2005) é preciso investigar a ciência como ideologia, como exercício de poder, como dimensão da vida política das sociedades de classes, mais especificamente: a sociedade brasileira. Portanto, precisamos assumir uma posição que compreende que toda ciência é ideologicamente determinada (Patto, 1984), desse modo, concebemos ideologia como “linguagens e discursos que representam o real e que mantêm uma relação ilusória, inversora, antitética de desconhecimento e uma relação perceptiva, reprodutora, eficaz de reconhecimento”. (Sastre, 1974, citado por Patto, 1984).

Assim, com base no reconhecimento da importância da psicologia tanto para a valorização da infância como para o tipo de visibilidade que a infância passou a ter na modernidade (Santos, 1996), faz-se necessário questionar de quais formas tem se dado a produção de conhecimento em psicologia sobre a infância, buscando quais concepções da mesma estão presentes na produção acadêmica da psicologia, e ainda até que ponto a psicologia lança um olhar próprio para este objeto.

Desse modo, como objetivo geral temos:

Investigar as concepções de infância presentes na produção acadêmica de psicologia na revista *Psicologia Escolar e Educacional*, entre 1996 e 2016.

Como objetivos específicos:

- Identificar as concepções de infância adotadas pelas autorias.
- Investigar os sentidos atribuídos à infância.
- Investigar quais teorias do desenvolvimento sustentam as concepções de infância apresentadas.
- Identificar relações existentes entre as concepções de infância e ideologia.

Método

Trata-se de uma pesquisa documental, qualitativa, sustentada no referencial teórico Histórico-Cultural de Vygotski (1995). Em sua teoria, Vygotski adota o método do materialismo histórico-dialético que, por sua vez, busca apreender a essência do objeto, sua estrutura e sua dinâmica, entendendo essência como processo (Netto, 2011). Com esse método, o/a pesquisador/a se debruça em investigar o seu objeto de estudo, concebendo-o como um objeto real e determinado (Netto, 2011).

Delari (2011) salienta que para Vigotski, não basta eleger um objeto de análise, é preciso também estabelecer uma relação dinâmico-causal desse objeto com aquilo que é capaz de explicar sua origem histórica. Em que, o método consiste em estabelecer um constante diálogo com o real (Lima & Miotto, 2007), assim, a prática social assume centralidade como movimento pelo qual se demanda a reconstrução das abstrações científicas e que produz as condições para tal (Delari, 2011).

Lima & Miotto (2007) afirmam que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatórios, pois, método é o 'caminho para o conhecimento' (meio de cognição), e o melhor modo de conhecer a realidade é confrontando-nos com ela em seu processo de transformação (Delari, 2011).

Desse modo a coleta da documentação, envolve dois momentos distintos e sucessivos: levantamento da bibliografia e levantamento das informações contidas na bibliografia (Lima & Miotto, 2007), tendo em vista a relação da ciência com a mediação da linguagem pela qual ela realiza suas abstrações e orienta seu olhar (Delari, 2011).

Assim, nos itens que podem compor a análise explicativa das soluções, os dados obtidos podem ser apresentados em categorias conceituais, devendo sempre vir exemplificados com as afirmações dos autores, selecionadas como pertinentes ao tema/conceito em questão (Lima & Miotto, 2007).

Referências

- Ariès, P. (1981). *A história social da criança e da família*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- Castro, L. R. (2008). A Politização (Necessária) do campo da Infância e da Adolescência. *Revista Psicologia Política*, 14(7), 287-300.
- Del Priore, M. (org.) (1996). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Delari Jr, A. (2011). Questões de método em Vigotski-busca da verdade e caminhos da cognição. *Universidade Estadual de Maringá. I Seminário sobre metodologia em pesquisa na abordagem da psicologia histórico-cultural, Maringá, PR. Recuperado em, 12.*
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

- Lima, T. C. S., & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10.
- Lodoño, F. T. (1996). A Origem do Conceito de Menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Jobim E Souza, S.(1996). Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas, SP: Papirus.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e ideologia: (uma introdução crítica à psicologia escolar)*. TA Queiroz.
- Patto, M. H. (2005). *Para escrever uma história da psicologia: resumo de uma experiência*. Em: Exercícios de indignação: Escritos de educação e psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Poster, M. (1978). *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, B. R. (1996). A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Sirota, R (2001). Emergência de uma sociologia da infância: a evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 7-31, mar.
- Vygotski, L. S. (1995). Génesis de las funciones psíquicas superiores. Em: Vygotski, L. S. Obras Escogidas III: Problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor. p. 139-168.



As práticas psicológicas e a gestão dos ilegalismos: o caso da Justiça Terapêutica em Goiás

Rafaela de Sousa Caldas

Orientador: Tiago Cassoli

A justiça terapêutica, também nomeada como tribunal das drogas, configura-se como uma das medidas penais adotadas pelo sistema judiciário na abordagem dos problemas associados ao uso abusivo de drogas e ao aumento da violência e da criminalidade nos grandes centros urbanos em diferentes países (Vergara, 2011). No Brasil, é dirigida àqueles indivíduos que praticaram infrações sob efeito de drogas ou para sustentar o vício. Trata-se de uma medida de natureza jurídico-penal que transpõe o estabelecimento exclusivo da pena em razão do delito para incidir prioritariamente sobre o uso das drogas. Embora siga diretrizes estabelecidas, como o seu caráter multidisciplinar e não adversarial, é composta por uma multiplicidade de ações com variações expressivas nos estados em que é adotada (Fensterseifer, 2017). Em Goiás, o programa passou a vigorar a partir de 2010, no Tribunal de Justiça do Estado, tendo como objetivo geral: “oferecer tratamento ao infrator usuário/abusador/dependente de drogas que tenha cometido um crime com a presença da droga (sob o seu efeito ou para manter o vício)” (TJ-GO, 2014). Estima-se que até o mês de fevereiro deste ano tenha atendido 2.840 participantes (CCS/TJ-GO, 2017).

A justiça terapêutica figura como uma medida de restrição de direitos, alternativa à pena privativa de liberdade, que se justifica correntemente como uma estratégia do judiciário frente à superlotação carcerária no país e a sua ineficácia enquanto medida ressocializadora. Em relatório da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás foi verificado que as 120 unidades prisionais do estado possuem 15.965 detentos ocupando as 7.909 vagas previstas - o que corresponde a 201,85% da ocupação total. A maior parte dos apenados foram detidos por uso de violência, danos ao patrimônio público e tráfico de drogas e não dispõem de assistências em saúde, educação, social e/ou jurídica (CGJ-GO, 2016). É como resposta a crise do sistema carcerário e sob a tônica da ‘humanização e eficácia’ que se sustentam os discursos pró penas alternativas (Coimbra & Pedrinha, 2005).

A proposta de uma justiça terapêutica tem gerado discussões quanto seus mecanismos punitivos, sua eficácia e o compromisso ético-político ao qual se articula. Os trabalhos realizados por Vergara (2011), Bravo (2002), Cheibub (2006) e Ribeiro (2007) introduzem no cenário nacional discussões sobre a justiça terapêutica ao problematizá-la como uma nova gestão da criminalidade, amparada principalmente no controle social e que enquanto uma reatualização das penas-tratamento opera através de uma ambigüidade da norma, utilizando-se de uma justiça seletiva e estratificada aplicável a determinados segmentos da população.

É sob esse enfoque que a questão das drogas e da justiça terapêutica será estudada, menos pela sua eficácia punitiva do que seus efeitos na regulação dos ilegalismos. A noção de gestão diferencial dos ilegalismos trabalhada por Foucault (1991) se desloca da binaridade entre legal-ilegal para situar no centro da investigação os modos como as leis e os agentes do poder operam, não para coibir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente: “riscar os limites de tolerância, dar terrenos para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outras, tirar proveitos daqueles” (p. 220). Nesse sentido, a noção de ilegalismo figura como instrumento de análise que possibilita rastrear a transitividade existente entre o legal e o ilegal e seus efeitos, ultrapassando objetivações pré-estabelecidas e situando jogos de poder enquanto distintas estratégias políticas (Telles & Hirata, 2010).

É no atual cenário em que é crescente o desmonte das políticas sociais em detrimento da política penal que tem como escopo a “Superlotação carcerária, guerra às drogas, recrudescimento das leis contra o tráfico, criminalização da pobreza, fortalecimento de um Estado Penal” (Wacquant, 2001, p. 96), que se insere o problema central deste estudo: como operam os psicólogos enquanto agentes reguladores da justiça terapêutica possuidores de saberes, técnicas, discursos científicos que se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir?

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar e discutir sobre as práticas psicológicas que compõem o programa Justiça Terapêutica do Tribunal de Justiça do estado de Goiás, mais especificamente na comarca de Goiânia- GO.

São objetivos específicos:

- Estudar a emergência dos saberes e práticas *psis* no contexto da justiça criminal, suas alianças disciplinares, técnicas e regulamentações.

- Compreender o processo de criminalização das drogas e suas diferentes medidas punitivas
- Discutir a proposta da Justiça Terapêutica como uma nova gestão da criminalidade e seus efeitos no presente.
- Analisar o dispositivo da Justiça Terapêutica na comarca de Goiânia-GO, suas estratégias, distribuição, regulação e articulações institucionais.

Perspectiva metodológica

Este trabalho consistirá em uma pesquisa de inspiração marcadamente foucaultiana. Serão mobilizados os instrumentais analíticos da genealogia de Foucault, principalmente a relação entre Direito, verdade e poder no estudo dos regimes das penalidades, como recurso para o estudo da justiça terapêutica, mais especificamente, sua racionalidade e aplicação no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na comarca de Goiânia, a partir do esmiuçamento das diferentes condições históricas e das relações entre saberes e práticas que possibilitaram a sua execução enquanto medida punitiva no que se refere às infrações cometidas sob efeito ou para manter o uso de drogas.

O projeto genealógico apresentado por Foucault como uma espécie de anticiência- por ser contrário aos efeitos centralizadores de poder vinculados ao funcionamento de um discurso científico- interroga-se justamente sobre os efeitos de poder próprios dessa modalidade discursiva:

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (FOUCAULT, 2010, p.11).

Este trabalho não se destina, pois, à busca por equilíbrios estáveis, pela constância dos processos, mas pelo entendimento dos jogos em análise, no rastreamento dos diferentes elementos articulados às formações sociais que possibilitaram os arranjos assumidos pelo dispositivo justiça terapêutica. Por dispositivo entende-se um conjunto heterogêneo de elementos com uma função estratégica dominante, que engloba elementos discursivos e não discursivos, como: discursos, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, instituições, leis, enunciados científicos. Estes elementos existem em um tipo de jogo, ou seja, comportam mudanças de posição, modificações de funções e, em um determinado momento histórico, tiveram como função principal responder a uma urgência (Foucault, 1991).

Interessa-nos, portanto, investigar o processo de constituição desse dispositivo- justiça

terapêutica- enquanto conjunto de elementos cujas relações de poder e saber estão implicados com a norma e a sua conseqüente produção de verdades. E, principalmente, discutir sobre essa modalidade de pena-tratamento, como um híbrido entre punição e correção, que opera através da ação de diferentes especialistas, dentre eles os psicólogos, agentes na gestão dos ilegalismos, na medida em que também são responsáveis por modular e executar as ações que integram a justiça terapêutica.

A partir desse recorte, a presente pesquisa consistirá em um estudo histórico- documental como subsídio ao recurso estratégico de pensar o passado a partir da desnaturalização do presente. Em um primeiro momento, com base no que já foi desenvolvido, será feita a busca e o estudo sistematizado das referências bibliográficas que versam, em seu título ou corpo do texto, sobre a justiça terapêutica nas diferentes bases de dados que integram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD e em livros especializados.

Seguir-se-á com o estudo dos diferentes documentos que regularam ou que ainda regulam o programa da justiça terapêutica no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, como: resoluções, manuais técnicos, cartilhas e diretrizes estabelecidas pelas diferentes associações profissionais. Prosseguir-se-á com a leitura sistematizada das obras que constituem a genealogia foucaultiana e de seus principais comentadores, de modo a compor um instrumental analítico sólido capaz de subsidiar as análises e reflexões posteriores sobre o material encontrado e a fim de percorrer e analisar o processo de constituição do dispositivo da justiça terapêutica nos interstícios entre os saberes e as práticas sociais.

Resultados esperados

O recrudescimento da legislação penal, punindo de maneira minuciosa os desvios, se traduz na adoção de novos controles normativos, mais sutis e sofisticados, como é o caso da justiça terapêutica. O presente trabalho buscará não desconsiderar as mudanças alcançadas por essa medida penal, mas dimensioná-las, quanto aos efeitos de considerá-la como uma solução por excelência, sem expor os perigos de produzir mais encarceramentos- na medida em que apresentam novas modulações para as infrações- e de exercer maior controle sobre os indivíduos, produzindo arranjos normativos no contexto sociopolítico quanto ao uso, abuso e dependência de drogas, fortemente amparados na repressão e criminalização.

Espera-se ainda que ao discutir sobre a justiça terapêutica, enquanto um novo modo de gerir as ilegalidades seja possível transpor a compreensão da ilegalidade não como o ato humano que se refere à transgressão da norma jurídica, mas como estratégia política, usualmente operada por agentes

estatais, que instrumentaliza uma visão específica sobre determinados segmentos e práticas sociais. Entendemos que uma política não existe em si mesma, ela é feita das práticas e saberes dos agentes envolvidos e, nesse sentido, importa-nos ao operacionalizar esse estudo fazer ressoar novas estratégias para modificar as políticas estaduais quanto à produção de alternativas mais interessantes frente à extensa repressão.

Nesse sentido, espera-se que o presente estudo incentive o debate sobre as diferentes dimensões que interatuam na atual política nacional sobre drogas e a justiça terapêutica, contribuindo com a pouca bibliografia disponível, e apresentando elementos da sua aplicação prática na cidade de Goiânia - GO.

Referencias

- Bravo, O. A. (2002). Tribunales terapêuticos: vigilar, castigar y/o curar. *Psicol. Soc. [online]*, 14(2), 148-162.
- Cheibub, W. B. (2006). Práticas Disciplinares e Usos de Drogas: A Gestão dos Ilegalismos na Cena Contemporânea. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(4), 548-557.
- Coimbra, C. & Nascimento, M.L. (2001). O efeito Foucault: desnaturalizando verdades, superando dicotomias. *Psicologia: Teoria e Prática*, 17, 245-248.
- Coimbra, C. & Pedrinha, R. D. (2005). Metáforas do Controle do Século XXI: Penas Alternativas, Justiça Terapêutica”. Em: Menegat, M.; Neri, R. (Orgs.). *Criminologia e Subjetividade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás- (2016). *Relatório de inspeção aos presídios de Goiás*. Disponível em: <http://docs.tjgo.jus.br/corregedoria/site/REL_digital.pdf.> Acesso em 25 de maio de 2017.
- Fensterseifer, D. P. (2017). *Construção de conceito de justiça terapêutica e cortes de drogas desde a ótica da Therapeutic Jurisprudence*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Foucault, M. (1991). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2010). *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes.

- Ribeiro, F. M. L. (2007). *Justiça terapêutica tolerância zero: arregaçamento biopolítico do sistema criminal punitivo e criminalização da pobreza*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Telles, V. S. & Hirata, D. V. (2010). Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, 22(2), 39-59.
- Tribunal de Justiça de Goiás- TJGO. (2014). *Justiça Terapêutica*. Cartilha. Goiânia: TJGO.
- Centro de Comunicação Social – CCS TJ/GO (2017). Equipe Justiça Terapêutica apresenta o programa em seminário em SP. Recuperado em 25 de maio de 2017, de <http://www.tjgo.jus.br/index.php/home/imprensa/noticias/161-destaque1/15294-equipe-justica-terapeutica-apresenta-o-programa-em-seminario-em-sp>
- Vergara, A. J. S (2011) *Justiça Terapêutica: o tribunal das drogas na sociedade de controle*. Tese de Doutorado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.
- Wacquant, L. (2001). *Punir os Pobres: a Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia - Freitas Bastos.



História recente da neuropsicologia no Estado de Goiás

Valéria Barros Costa

Orientadora: Gisele Toassa

As experiências obtidas, enquanto supervisora da disciplina Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar, vêm fomentando um interesse por conhecer como as comunidades escolares, especialmente os professores que acompanham alunos da rede pública de ensino fundamental, na cidade de Goiânia, vêm atribuindo sentido ao papel do psicólogo frente às dificuldades de aprendizagem, bem como por compreender o papel desempenhado pela Neuropsicologia nesse processo. Subjacente a essa temática, está a necessidade de uma discussão sobre como o fenômeno “Medicalização” pode ser legitimado e respaldado por um modelo de avaliação neuropsicológica herdeiro da tradição cartesiana cuja concepção dualista de homem oferece uma explicação universal para a relação existente entre a mente e o corpo, destituindo desta o contexto social e histórico ao qual o homem está inserido.

Destarte, esta pesquisa justifica-se pela relevância do assunto já que fomenta uma discussão contundente acerca do compromisso ético-político da práxis psicológica frente ao fracasso escolar, cuja abrangência só será compreendida mediante uma formação acadêmica sólida e consistente que permita conhecer a totalidade de uma instituição social a partir da identificação das contradições nela contidas e para as quais se aplica uma análise dialética, cuja síntese deve representar o contexto concreto e real de uma comunidade educativa. Dessa forma, em consonância com as ideias de Martins (1984) e Proença (2010), psicólogos que atuam na Educação e que adotam o cotidiano escolar como seu objeto, têm se deparado com questões relativas ao campo de conhecimento específico da Psicologia capaz de esclarecer sobre os fenômenos e processos escolares que são essencialmente sociais, tornando possível um diálogo entre a Psicologia e a Educação que intente a superação de convicções historicamente construídas, ainda presentes e expressas nas queixas dos professores e demais componentes da comunidade escolar, as quais mantêm-se ligadas ao discurso médico que, como reitera Meira (2012), estabelece uma relação reducionista, mecanicista e universal entre problemas de aprendizagem e transtornos neurológicos e psiquiátricos, dentre os quais estão o Transtorno de Conduta, a Dislexia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

A preocupação com o tema Aprendizagem é quase tão antiga quanto é a existência humana e ocupou espaço nas discussões filosóficas desde a era clássica até o surgimento da Psicologia enquanto ciência, na segunda metade do séc. XIX, a partir do empreendimento experimental de Wundt, na Alemanha. Desde então, a discussão acerca da Aprendizagem Humana carrega consigo a herança da diversidade paradigmática que acompanha a Psicologia, o que, numa visão crítica, envolve questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas importantes.

A Psicologia tradicional, de base positivista e herança empirista, cujo maior impacto foi nas teorias psicológicas de origem associacionista, dispõe de teorias da aprendizagem que fundamentam os meios educacionais especialmente a partir do pensamento behaviorista e cognitivista de tradição norte-americana. Apesar da ênfase atribuída pelos funcionalistas do final do século XIX ao caráter social das funções psicológicas, tal ênfase estava direcionada ao controle e adaptação social do homem (Rey, 2003). Sob esse viés as investigações psicológicas encontraram terreno fértil para uma orientação biologizante dos fenômenos humanos em geral e dos processos de aprendizagem em particular até os dias atuais. Essa orientação foi respaldada pelas mudanças socioeconômicas impostas pelo contexto histórico da época, as quais provocaram alteração significativa na forma de produção do conhecimento característico da época, eminentemente acadêmica, para uma produção de conhecimento pautado na prática profissional. O psicólogo passou a adotar instrumentos de medidas submetidas à quantificação estatística e destituída de uma reflexão teórica. O homem deixa de ser um indivíduo singular e passa a ser um elemento padronizado. Essa perspectiva ontológica legitima a definição metodológica no plano experimental próprio do Behaviorismo Radical, no século XX, cujo principal propósito era descrever o comportamento submetido às contingências ambientais, essencialmente físicas. Nesse modelo, prevalece a dicotomia entre o interno e o externo, mantendo-se fiel ao dualismo cartesiano que, em geral é fonte de posições reducionistas (Sirgado, 1990).

Nessa perspectiva epistemológica de causa e efeito, a aprendizagem é vista como o resultado da ação de um complexo processamento de informação, sendo o sistema nervoso o gerenciador desse mecanismo. Nesse modelo os estímulos ambientais serão captados pelos órgãos dos sentidos e decodificados pelos centros corticais especializados, sendo estes responsáveis pelo funcionamento adequado das operações mentais superiores tais como atenção, memória, linguagem e pensamento. (Paula e colaboradores, 2006). Estão dados os elementos básicos para o paradigma do Homem Cerebral.

Sob outro paradigma a Psicologia russa se ergueu. Além da influência da Biologia evolucionista e da Neurofisiologia, a Psicologia russa sofreu influências de psicólogos, linguistas,

antropólogos e filósofos europeus, estando a filosofia de Marx e Engels na sua base epistemológica (Sirgado, 1990). Vigotski (1929), principal representante desse novo Projeto de Psicologia, ajustado ao materialismo-histórico-dialético, enxerga essa crise paradigmática da Psicologia e localiza sua fragilidade metodológica quando diz

A possibilidade da Psicologia como ciência é, antes de tudo, um problema metodológico. Em nenhuma ciência existem tantas dificuldades, controvérsias irresolúveis, uniões de questões diversas, como em Psicologia. O objeto da Psicologia é o mais difícil que existe no mundo, o que menos se deixa estudar; sua maneira de conhecer há de estar repleta de subterfúgios e precauções especiais para proporcionar o que dela se espera (1997, p. 387).

Na tentativa de solucionar essa questão metodológica Vigotski edifica seu projeto teórico definindo sua concepção de homem como histórico, concreto e total, cuja origem e desenvolvimento dos processos psicológicos superiores é social, mediado pelos signos e instrumentos, e, pelas atividades individuais e relações interpessoais. Vigotski também estabelece que é pela ação/movimento de transformação da natureza (trabalho) que ocorre o desenvolvimento de habilidades e funções específicas, cuja principal função é a satisfazer as suas necessidades. Ao fazer isso, dialeticamente, o homem se transforma também (Lucci, 2006).

Para Vigotski (2001) existe uma relação recíproca, complexa e dinâmica entre aprendizagem e desenvolvimento que se estabelece muito precocemente. Sendo assim, o ingresso na escola já é marcado por uma pré-história de aprendizagens responsável por definir uma etapa de desenvolvimento. Portanto, muito embora a aprendizagem não se confunda ou se sobreponha ao desenvolvimento, a pré-história de aprendizagem vivida pelas crianças permite que um nível inicial de desenvolvimento ocorra, ao qual Vigotski denominou de desenvolvimento efetivo. Suas pesquisas demonstraram que a mediação oferecida pelo adulto em tarefas antes realizadas de modo independente sofre um salto qualitativo significativo. Vigotski (2001), então, propôs que a diferença entre as atividades realizadas de forma independente e as realizadas sob a mediação do adulto constitui o nível de desenvolvimento potencial. “A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica do seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação (2001, p. 113).

Em consonância aos pressupostos da Teoria Histórica Cultural, a perspectiva adotada por Luria defendia que as mudanças no cérebro são um reflexo das mudanças sofridas pelo sujeito no curso de sua história, portanto os processos cognitivos devem estar articulados na relação entre o recorte social e as estruturas neurofuncionais (Pessoa, 2014).

Na avaliação neuropsicológica de Luria a dicotomia cognitivo/afetivo estaria desfeita a favor

da avaliação integral do funcionamento mental do sujeito. Sendo assim, nesse modelo, o processo de avaliação neuropsicológica busca alcançar informações para o planejamento de ações de reabilitação e/ou promotoras de desenvolvimento, e, para tanto, em seu estágio preliminar busca-se identificar a natureza da alteração apresentada para, em seguida, num segundo estágio definir a função alvo de intervenção. No terceiro e último estágio, conclusões diagnósticas serão construídas com foco na promoção de desenvolvimento, mantendo-se assim, fiel à concepção de relação entre aprendizagem e desenvolvimento adotada por Vigotski. (Luria,1977).

Partindo dessa perspectiva Luria se diferencia das propostas de avaliação neuropsicológica herdadas da Psicometria que utiliza técnicas padronizadas, reforçando no seu modelo o aspecto terapêutico cujo norte orientador são os elementos de planejamento e intencionalidade. Daí a importância de processos educativos como mediadores desse processo qualitativo e complexo (Cardamoni, 1992).

Diante desse quadro surgem algumas questões: Existem problemas de aprendizagem? Caso existam, é possível abordá-los de forma dialética? Os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Neuropsicologia na cidade de Goiânia demonstram-se comprometidos ético-politicamente com uma *práxis* dirigida à superação dessa visão de homem abstrata, universal e a-histórica? Tais problematizações são centrais e nodais nesse trabalho, que pretende abordá-las sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural. Sendo assim, esse estudo tem como objetivo geral conhecer as bases epistemológicas dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Neuropsicologia existentes na cidade de Goiânia, problematizando-as com a proposta epistemológica da Neuropsicologia soviética proposta por Vigotski e desenvolvida por Luria. Tem como objetivos específicos conhecer a concepção de homem que sustentou a proposta epistemológica da Neuropsicologia soviética; identificar as condições históricas e sociais do momento em que a Neuropsicologia soviética se constituiu; analisar as contradições presentes no paradigma contemporâneo “homem cerebral” sob o viés da Neuropsicologia soviética.

Neste trabalho pretende-se realizar uma reflexão a partir dos pressupostos metodológicos do materialismo histórico dialético para o qual “o conhecimento não é um reflexo simples, passivo e inerte da realidade, mas um processo histórico e dialético, complexo, regido por leis universais (Bernardes, 2010, p.305). Para tanto, adotar-se-á a Teoria Histórico-Cultural como base para a compreensão da realidade objetiva e concreta, bem como para estabelecer o compromisso ético-político de compreensão do ser universal. Para tanto, neste trabalho pretende-se realizar uma pesquisa qualitativa, de natureza historiográfica utilizando para a análise documental, os Programas de Ensino

dos Cursos de Especialização *Lato Sensu* em Neuropsicologia oferecidos na cidade de Goiânia, reconhecidos pelo MEC e/ou CRP, no período de 2000 a 2017, como fontes primárias. Como fontes secundárias serão analisadas os Trabalhos de Conclusão de Curso disponíveis nas bibliotecas das instituições de ensino que ofereceram o curso. Para análise das informações contidas nas fontes primárias e secundárias será utilizada a proposta metodológica Núcleos de Significação (Aguiar e colaboradores, 2015) que permitirá ao pesquisador conhecer como em cada documento foi construído sentidos e significados diante à sua realidade. Para os autores, “a compreensão do objeto pesquisado só acontece quando o pesquisador se aproxima das determinações sociais e históricas desse objeto” (p.58). Nesse modelo, o rigor da análise pretende que o pesquisador extrapole aquilo que está aparente, em nível de significado, e busque o que há de concreto na realidade, representado pelos sentidos.

O próximo passo se ocupará da articulação dessas significações a partir dos critérios de “similaridade” e/ou “complementaridade” para em seguida sistematizar os núcleos de significação que irão retratar a realidade estudada.

Referências

- Aguiar, W. M. J e colaboradores (2015). Núcleos de Significação: Uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, 45(155).
- Bernardes, M. E. M. (2010). O método de Investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a Pesquisa sobre Psiquismo Humano. *Psicologia Política*, 10(20), 297-313.
- Cardamone, R. P. (1992). *Temas de psicologia, psicoterapia y neuropsicologia: um enfoque sócio-cultural*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- Ferreira, R. R. (2015). A medicalização nas relações saber-poder: um olhar acerca da infância medicalizada. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 20(4), 587-598.
- Cagnin, S. (2010). *A pesquisa em Neuropsicologia: Desenvolvimento Histórico, Questões Teóricas e Metodológicas*. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 118-134.
- Lucci, M. A. (2006). A proposta de Vygotsky: A psicologia Sócio-Histórica. *Revista de currículum y formación del profesorado*, 10(2).
- Meira, M. E. M. (2012). Para uma crítica da medicalização na educação. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP*, 16(1), 135-142.
- Moysés, M. A. A. (2001). *A institucionalização invisível: crianças que-não-aprendem-na-escola*.

Campinas, Sp: Mercado das Letras/São Paulo: FAPESP 2001.

- Moysés, M. A. A. (2011). A droga da obediência. (Entrevista a Lívia Perozim). *Revista Carta Capital*. Recuperado em 19 de julho, de 2015, de <http://www.cartacapital.com.br/carta-fundamental/a-droga-da-obediencia/>.
- Moysés e Collares (2010). Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. Em: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. (pp. 71-109). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pessoa, R. C. (2014). Neuropsicologia e o paradigma do cérebro social. *Perspectivas em Psicologia*, 11, 33-41.
- Pinheiro, M. (2005). Aspectos históricos da neuropsicologia: subsídios para a formação de educadores. *Educar*, 25, 175-196.
- Pizzani, L.; Silva, R.C.; Belo, S. B. & Hayashi, M. C. P. (2012). A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento. *Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.*, 10(1), 53-66.
- Rey, F. L. G. (2003). Primeiro período do Desenvolvimento da Psicologia: suas consequências para a construção do pensamento psicológico. Em, *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Rodrigo, L. M. (2001). Considerações sobre a Dimensão Ético-Política da Educação. *Revista de estudos em educação*, 3(1), 45-54.
- Ricci, P. S. P. (2014). *Análise da proposta de avaliação neuropsicológica de A. R. Luria e suas contribuições contemporâneas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.
- Sirgado, A. P. (1990). A corrente sócio-histórica de Psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. *Aberto, Brasília*, 9(48), 60-67.
- Souza, M. P. R. (2010). Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. *Aberto, Brasília*, 23(83), 129-149.
- Tuleski, S. C. (2011). *A relação entre texto e contexto na obra de Luria: apontamentos para uma leitura marxista*. Maringá: Eduem
- Vigotski, L. (1997). *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotskii, L.S.; Luria, A. R. & Leontiev, A. N. (2001). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone.



Contribuições da Psicologia da Libertação para a atuação do psicólogo no campo

Victor Aurélio Santana Nascimento

Orientador: Fernando Lacerda Júnior

O presente trabalho tem como objetivo central analisar as contribuições do projeto ético-político produzido por Ignacio Martín-Baró para a atuação do(a) psicólogo(a) no contexto rural. O trabalho fundamenta-se na exploração de três vetores: (a) estudo do lastro histórico e do processo de constituição da questão agrária brasileira que estabeleceu as condições de possibilidade para a atuação da Psicologia; (b) uma digressão sobre a Psicologia que analisa suas aproximações ao cenário camponês; (c) uma análise da proposta de Ignacio Martín-Baró de colocar a libertação no horizonte da Psicologia.

A pesquisa se inscreve na fronteira entre os campos da Psicologia Social, das Ciências Políticas e Econômicas, e da História por serem estes campos substancialmente potentes na sustentação da investigação. Configura-se a partir do enfoque qualitativo tendo em vista a natureza das análises que seguirão. O estudo se dará em duas fases. Em primeiro lugar, será realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de encontrar artigos científicos, livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e outros documentos capazes de instrumentalizar uma análise profícua sobre: (a) a história do campo brasileiro (questão agrária brasileira); (b) as formas como algumas correntes da Psicologia se aproximaram do campo brasileiro; e, (c) as dimensões teórico-conceitual, histórica, praxica e ética da obra do Ignacio Martín-Baró – Psicologia da Libertação. A partir de então, será iniciado o segundo momento do projeto: analisar crítica e sistematicamente de que forma a Psicologia da Libertação pode contribuir para a atuação do profissional de psicologia no campo brasileiro.

Cumprir-se-á destacar que, nessa pesquisa tomar-se-á como fundamento teórico-metodológico o Materialismo Histórico-dialético. De acordo com Netto (2011), tal método não compreende um compilado de regras submetido à escolha e aplicação por um pesquisador a um objeto específico. A questão é identificar as múltiplas determinações de uma realidade ou de um fenômeno nela contido

dando prioridade ao objeto. Nesse caso, é um método adequado para o estudo do campo brasileiro, da Psicologia em seus diálogos rarefeitos com o contexto rural, bem como, para analisar as condições concretas de desenvolvimento teórico-prático da Psicologia da Libertação.

Esse estudo parte de minha experiência enquanto profissional de Psicologia em bolsões de pobreza do Agreste Pernambucano, quando, ainda vinculado à Residência Multiprofissional de Saúde da Família com Ênfase no Campo (RMSC), entre os anos de 2015 e 2017. A parte mais específica que me coube enquanto psicólogo, numa equipe multiprofissional, foi responder a perguntas que fragilizavam fundamentos psicológicos por mim aprendidos: o que há de específico, numa Psicologia historicamente urbana e elitista, para atuação no campo brasileiro? Sobre quais esquemas teóricos poderia o profissional de Psicologia se valer para promover saúde mental numa realidade degradada como aquela, frente a uma população privada de elementos básicos para a sobrevivência? Seria fazer clínica individualizada e operar pela remissão de sintomas em nível individual, mantendo intacta a realidade adoecedora? E, ainda, poderá a Psicologia contribuir para a transformação de uma realidade estruturalmente desigual?

As interrogações e posteriores movimentações rumo a uma ruptura com a Psicologia hegemônica se apresentaram quando, ainda cedo, houve entendimento de que tanto os instrumentos teórico-práticos disponíveis na Psicologia, quanto aqueles dispostos pelo Estado para a atuação do psicólogo no setor público, não davam conta de atacar efetivamente os elementos que produziam adoecimento nas comunidades onde atuava. Na Atenção Básica (AB) – esfera onde desenvolvia as atividades do Programa –, a Psicologia em sua sedimentação nas/pelas instituições do Estado burguês, não atendia a outros fins que não o de: (1) estabilizar a população dilacerada pela pobreza – papel cumprido majoritariamente pela medicalização da vida, através da dispensação demasiada de benzodiazepínicos e antidepressivos; e, (2) gerar números para os relatórios de produção da gestão pública municipal. Promover saúde comunitária, gerar fissuras em ciclos de adoecimento e prevenir morbidades demandava, essencialmente, uma mudança no que tradicionalmente se entendia como atribuição do profissional de Psicologia. E isso só se efetivaria quando nos fundamentos da práxis psicológica fosse delineado um outro horizonte ético-político.

A busca por este lugar dentro da Psicologia encontrou repouso nas formulações do psicólogo Ignacio Martín-Baró, professor na Universidad Centroamericana José Sirocón Cañas (UCA), brutalmente assassinado por altos setores militares do país e assessores norte-americanos, em represália à sua contestação sumária às estruturas sociais que secularmente atentaram contra as maiorias populares latino-americanas.

Se há algo que poderíamos eleger como transversal na maior parte da produção do Martín-Baró, é a sua insistente e necessária indagação sobre o papel das ciências sociais e, mais especificamente, da Psicologia nos processos de libertação latino-americana. Mesmo admitindo um papel coadjuvante da Psicologia nesse processo, estando ela longe de dirigir a mudança social, há um flagrante interesse do autor em extrair algo existente ou mesmo formular algo de novo que ponha a Psicologia Social nesse horizonte (Martín-Baró, 1985).

Trata-se de uma tarefa cercada por tensões, principalmente quando consideramos a formação à qual estamos submetidos. Segundo o autor, somos capacitados para reproduzir processos de trabalho, aplicar e replicar testes psicométricos e projetivos, mediar conflitos, etc. No entanto, somos leigos quando se trata de borrar os limites dos esquemas teóricos hegemônicos e propor novas leituras e intervenções a partir dos problemas concretos vivenciados pelas maiorias populares. Como se pode notar no testemunho das minhas inquietações, a fragilidade no processo de formação foi explicitada no confronto com a realidade camponesa, uma vez que os problemas concretos vivenciados no campo não encontravam resolução nos sistemas de verdade aprendidos. Em resposta à limitação, atendi à um dos convites textualmente feitos por Martín-Baró para todos os cientistas sociais da América Latina: o de engajar-se em constantes avaliações e críticas sobre a realidade, de modo a contribuir para o desenvolvimento das lutas das maiorias populares oprimidas (Martín-Baró, 1985).

De acordo com estudo realizado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, quando tomada em escala mundial, a extrema pobreza das populações é 27% maior nos contextos rurais que nos contextos urbanos (FIDA, 2011). Reportando-se à realidade brasileira, uma a cada quatro pessoas que vivem no campo encontra-se em situação de extrema pobreza (MELLO, 2015).

Ora, se a Psicologia da Libertação se propõe a, de fato, debruçar-se sobre a causa das maiorias populares oprimidas da América Latina, a pauta camponesa não poderá ser marginalizada do olhar e da prática emancipatórias. Daí se esboça um problema de pesquisa: quais são as contribuições da Psicologia da Libertação para a atuação do(a) psicólogo(a) no campo?

Em tempo, as vivências concretas e a análise mais detida da realidade vivida pelos camponeses, nutriram o entendimento de que qualquer resposta séria à possibilidade de ser a Psicologia um instrumento agregador nos processos de transformação social no campo demandaria, fundamentalmente, a compreensão, em maior profundidade, da realidade agrária brasileira, que, embora diversa, compartilha em sua pluralidade de um rastro histórico: a luta pela posse da terra.

Partindo desse entendimento, atualmente a pesquisa tem se dado com a realização de um levantamento bibliográfico e estudo sobre *questão agrária*, nos marcos da tradição marxista. Têm

sido considerados autores clássicos como Karl Kautsky e Vladimir Lenin, em suas obras *A Questão Agrária* e *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, respectivamente; e, num recorte para a abordagem da questão agrária brasileira, autores como Caio Prado Junior, Manoel Correia Andrade, Bernardo Fernandes, Sergio Sauer, Eduardo Girardi, entre outros.

No que tange à Kautsky e Lenin, embora os autores sustentem que as leis gerais do capitalismo atravessem e modifiquem todos os setores da sociedade – incluindo o modo de produção camponês –, o primeiro deles dedicou-se em maior medida ao estudo da dependência da agricultura à indústria, fator que, cedo ou tarde, reduziria o camponês à condição de proletário (Kautsky, 1972); o segundo, por sua vez, centrou mais esforços no estudo das transformações nos processos de trabalho e a consequente e completa desintegração do campesinato como efeito do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo (Lenin, 1982).

Tanto o processo de proletarização quanto o de desintegração indicados pelos autores, vinculam-se a um elemento central quando o objetivo é discutir a questão agrária no Brasil: a concentração fundiária. Há uma vasta literatura (Andrade, 1979; Sauer, 2013; Prado Jr., 1960, 1979; Stedile, 2011) que, embora apresente diferenças nas táticas para superação do latifúndio, concordam que a concentração de terras no Brasil, que data do período colonial, é o eixo central dos conflitos e iniquidades no campo. Em um país cuja base econômica é historicamente a agropecuária, o monopólio de grandes porções de terra constitui uma das condições fundamentais para a concentração de riquezas. Essa tem sido uma fórmula operada desde as Capitânicas Hereditárias, sistema sesmario, Lei de Terras (1850), e perpetuada em práticas adjacentes de dominação como as expropriações, grilagens, morte de camponeses, redução das condições de permanência, etc.

O entendimento de que a concentração fundiária desencadeia cenários de piores níveis de qualidade de vida para a população camponesa, de êxodo rural e proletarização de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de relações precarizadas de trabalho no campo; assassinatos em massa na disputa por maiores fronteiras de exploração agrícola, etc., nos indica também a luta pela reforma agrária como bandeira inalienável no debate e ação sobre o campo brasileiro. E, ao caminhar por esse território, não é sensato que a Psicologia se abstenha dessa discussão e de um posicionamento político.

Nos meses que se seguirão, a pesquisa será encaminhada para um estudo mais detido sobre as aproximações da Psicologia do cenário camponês, suas ausências, presenças e intencionalidades. Por fim, será discutida a obra de Ignacio Martín-Baró e as possibilidades de articulação do seu projeto ético-político com a prática profissional no contexto rural.

Referências

- Andrade, M. C. de. (1979). *Agricultura & Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Cristina, G., Vasquez, F. (2009). A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 29, 856-867.
- Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA). (2009). *Dar a la población rural pobre de la República Bolivariana de Venezuela la oportunidad de salir de la pobreza*. Roma: FIDA.
- Guareschi, P. A. (2011). Pressupostos Epistemológicos Implícitos no Conceito de Libertação. Em Guzzo, R.S.L; Lacerda Júnior, F.L (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 49-63). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Kautsky, K. (1972). *A Questão Agrária*. (J. Antunes, Trans.). Porto: Portucalense. (Trabalho original publicado em 1899).
- Leite, J., Macedo, J., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: Leite, J., & Dimenstein, M. *Psicologia e contextos rurais*. (pp. 27-55). Natal: Ed UFRN.
- Lenin, V.I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo da Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria* (J.P. Netto, Trans.). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1899).
- Martín-Baró, I. (1985). Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: Guzzo, R.S.L; Lacerda Jr., F. (Orgs). (2011). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 199-219). Campinas, São Paulo: Editora Alínea. p. 199-219.
- Martín-Baró, I. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In: Guzzo, R.S.Lacerda Jr., F.L (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. (pp. 181-197). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Netto, J. P. (2011). Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- Prado Jr., C. (2011). A questão agrária e a revolução brasileira. Em: Stedile, J.P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular. (Obra originalmente publicada em 1960).
- Sauer, S. (2013). Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. Em: Stedile, J.P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular.

Uma leitura dialética acerca da psicologia do ator na obra de Vigotski

Yasmin Carolina Ribeiro Silva

Orientadora: Gisele Toassa

Apresentação e Justificativa

A arte é uma importante e complexa atividade humana. Tanto, que Lev Semionovich Vigotski (1896-1934) admitiu ser ela uma forma de ideologia, “forma essa que, à semelhança de todas as outras, surge como superestrutura na base das relações econômicas e de produção” (Vigotski, 1999b, p.9). Assim sendo, o processo artístico, com todos os mecanismos que o tornam possível – desde a criação até a recepção da obra de arte – influi na consciência e na prática humanas subjetiva e objetivamente. Daí a relevância de se estudar arte, relevância esta que percebida em vários textos sobre o assunto, como, por exemplo, *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca* (1916), *Psicologia da arte* (1925), *A educação estética* (capítulo contido no livro *Psicologia Pedagógica* de 1926), *A imaginação e a arte na infância* (1930), *Sobre o problema da psicologia do trabalho criativo do ator* (1932).

Como “uma das funções vitais da sociedade” (Vigotski, 1999b, p. 9), existente desde os primórdios da humanidade, e que se desenvolveu de diferentes modos, em diferentes espaços ao longo da história, a arte, como toda e qualquer produção humana, carrega consigo vestígios do artista, de seu tempo, seu contexto material e ideológico. A arte é linguagem e, portanto, elemento mediador entre o homem e seu meio. É a própria história do homem expressada e materializada de maneira singular. Para Vigotski (1999b) “a arte é uma técnica social do sentimento, um instrumento da sociedade através do qual incorpora ao ciclo da vida social os aspectos mais íntimos e pessoais do nosso ser” (p. 315).

O ator (agente do ato de representar), e o conteúdo que representa em peças teatrais (Ferreira, 2001) não é imune aos processos histórico-culturais. Como o sujeito-ator é transformado pelo seu meio? Como ele transpõe essa transform(ação) no sujeito-personagem? O que ele pode, ou não, provocar no sujeito-espectador? Essa é uma discussão pertinente a se fazer, ao refletirmos, em um

âmbito maior, sobre a arte como cultura e o artista como produtor de cultura, mas que, ao mesmo tempo, é por ela produzido.

Em *Sobre o problema da psicologia do trabalho criativo do ator* (1999c), Vigotski discute a obra *O Paradoxo do Comediante* (2006), de Denis Diderot (1713-1784), e o método de Konstantin Stanislavski (1863-1938); ambos tensionam o exercício do ator em relação à técnica e à emoção, o que Vigotski chama de “problema do ator”. Todavia, a crítica do autor à obra dos pensadores teatrais refere-se não à defesa de uma ou de outra, da técnica ou da emoção, mas de uma superação da racionalidade da técnica e do empirismo da emoção, que permita ao ator uma percepção de si como sujeito histórico e social, que faz parte do todo de um contexto coletivo, que, por sua vez, integra sua singularidade.

A dicotomia do artista teatral, segundo Vigotski, está entre duas perspectivas de interpretação, que, obviamente, acompanhavam os paradigmas científicos daquele período: a perspectiva pragmática e a empirista. O autor critica estes dois pontos de vista e afirma ainda que “a psicologia do ator é uma categoria histórica e de classe” (Vigotski, 1999c, p. 13). Assim como a psicologia, a arte, neste sentido, enfrentava e ainda enfrenta, tal crise. De um lado, a concepção empirista de que a arte é efêmera; que tem sua realidade pautada na experiência do “aqui e agora” do fenômeno artístico. De outro, a perspectiva totalmente pragmática e mecânica da arte como mero produto de uma atividade prática imbuída de determinadas técnicas que permitem o seu “funcionamento”. Diante desta “crise”, o ator se serviria de uma destas abordagens para a interpretação de um papel. Vigotski, portanto, defende ser este um problema que deve ser resolvido no âmbito dos processos históricos e culturais.

Contudo, o “paradoxo” a que se refere Diderot e o “problema”, como aborda Vigotski, não se constitui em uma dualidade, mas sim num paradoxo ou problema dinâmico e multifacetado, que deve ser posto em discussão levando em conta toda a trajetória histórica do teatro e do exercício do ator, com as ideologias presentes em cada período.

o pré-requisito básico de qualquer investigação historicamente dirigida nesta área é a ideia de que a psicologia do ator expressa a ideologia social de sua época e que ele também muda no processo de desenvolvimento histórico do homem assim como as formas externas de teatro e seu estilo e conteúdo mudam (Vigotski, 1999c, p. 13).

Deste modo, pelo fato de o ator estar inserido numa sociedade, diante de elementos que constituem uma superestrutura reguladora da conduta dos homens, há uma (im)possibilidade de liberdade na psicologia do ator. Apesar do exercício de tal profissão pressupor um mergulho no faz-de-conta e na fantasia, nos processos de imaginação e criação, o ator, o teatro e a arte em geral, podem

ser menos livres do que pensamos sê-los, já que estão inseridos dentro deste sistema. O próprio exercício do ator na construção de um personagem e/ou de uma narrativa cênica implica em elementos de regulação da própria conduta, como por exemplo, a eleição desta ou daquela ação no palco. Isto quer dizer que, antes disto, forças reguladoras sociais já existem antes mesmo da existência da pessoa-ator, e estas forças atuam sobre ele.

As relações de influência do meio social na psicologia do ator só são perceptíveis se formularmos a questão como um problema da psicologia concreta. Se intentarmos responder a charada a partir de uma perspectiva histórico-cultural, estamos falando então, indubitavelmente, das relações humanas de produção material da vida, sabendo que a subjetividade do processo artístico só é possível diante de prévia objetividade. Para que o “fenômeno” teatral aconteça, de fato, é necessário além de pessoas concretas, que são o(s) ator(es) e o(s) espectador(es), uma gama de materiais como, por exemplo, cenário, figurino, equipamentos de luz e de som, um local apropriado... Todas essas coisas dependem de uma estrutura material-concreta e de relações sociais de produção destes materiais. O teatro é parte da nossa história social e “a primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos” (Marx & Engels, 1998, p. 10).

Problematização e Objetivos

As contribuições de Vigotski para o campo do teatro são bastante conhecidas, principalmente no tocante ao tema do desenvolvimento infantil. Aproximações entre os trabalhos vigotskianos e a arte geraram, geram e podem gerar inúmeras contribuições. Sabemos que o início do século XX, época de estudo e produção de Vigotski, foi também uma época marcada por intensas transformações sociais e políticas na Rússia, seu país de origem. O cenário artístico não ficou de fora dessas transformações. Entender este contexto possibilitar-nos-á a compreensão da importância que o autor em questão dá à arte em seus trabalhos, e, mais que isso, o seu profundo engajamento prático no campo teatral como crítico, estudioso e membro de instituições ligadas a este campo.

Sendo a representação do ator o centro do acontecimento teatral, e este sendo possível unicamente dentro de um contexto social, “as experiências do ator são não tanto um sentimento de ‘eu’ quanto um sentimento de ‘nós’” (Vigotski, 1999c, p. 14). Nosso intuito é justamente ressaltar este sentimento de coletividade, esta noção do “nós”, acreditando ser esta a única maneira de compreendermos de fato os processos psicológicos daqueles que representam no palco. No entanto, a autoconsciência do ator deve se situar no conceito de totalidade, onde mora sua origem, apesar do

caráter particular. Acreditamos que a história singular dos sujeitos, suas emoções, seus afetos constituem uma história coletiva, comum a todos. Seria possível pensar numa prática de atuação do ator partindo do conceito de historicidade presente na obra de Vigotski e em sua psicologia histórico-cultural? O presente trabalho se propõe a investigar tais questões de maneira analítica e crítica, considerando a importância da historicidade e da totalidade contextual para o referido autor.

Neste sentido, os objetivos da pesquisa são:

Geral: sistematizar contribuições da teoria vigotskiana como fundamento para a prática do ator na contemporaneidade, refletindo sobre como tais contribuições podem orientar a estruturação de uma psicologia concreta do ator.

Específicos:

1. Fazer uma leitura dialética e crítica da obra vigotskiana estabelecendo um diálogo entre os campos da Psicologia e do Teatro, como áreas importantes de conhecimento;
2. Apresentar possibilidades de se compreender processos psíquicos a partir de uma discussão estética acerca da arte do ator;
3. Refletir sobre o exercício artístico do ator como uma forma particular do comportamento humano;
4. Reconhecer a arte cênica como forma de comunicação e reflexão e, portanto, de linguagem;
5. Identificar possíveis contribuições da psicologia histórico-cultural para a prática concreta do ator.

Metodologia

Trata-se essencialmente de uma pesquisa bibliográfica, teórica e conceitual, que terá sua base materiais já publicados para elaboração de uma reflexão própria. Para tanto, haverá uma revisão crítica de literatura, a partir do acesso a materiais bibliográficos sobre o tema em questão em forma de livros, artigos e periódicos, dissertações e teses, impressos e/ou disponíveis nas principais plataformas e repositórios digitais. Após a busca e o acesso a este material, uma bibliografia será fechada, junto à orientadora, com os trabalhos que contribuam de forma mais pertinente à nossa pesquisa. É importante deixar claro que “fechar uma bibliografia” não impedirá a inserção de novas sugestões e referências bibliográficas na pesquisa.

A bibliografia selecionada será fichada de forma a sistematizar teorias e conceitos importantes, o que facilitará também as consultas necessárias. Por meio das leituras e fichamentos,

haverá a coleta de dados e, a discussão e análise crítica destes e, conseqüentemente, a conclusão da análise com intermédio da orientadora.

Ademais, cursar e completar as disciplinas (obrigatórias e eletivas) oferecidas pelo curso, bem como a participação em grupos e seminários de pesquisa, dirigidos e/ou sugeridos pela orientadora, também compõe parte importante da metodologia.

A redação da dissertação ocorrerá de forma simultânea às leituras, fichamentos, coleta e análise de dados, havendo correções, quando necessário, durante este processo. A conclusão final será redigida após a análise completa dos dados.

Aqui se faz fundamental elucidar que partiremos do método materialista-histórico-dialético – do qual Marx e Engels foram os precursores – para realizarmos todo o processo metodológico-prático deste trabalho, uma vez sendo este também o método utilizado por Vigotski, que é o nosso principal referencial teórico.

Referências

- Barros, E. R. O. de; Camargo, R. C. de; & Rosa, M. M. (2011). Vigotski e o teatro: descobertas, relações e revelações. In: *Psicologia em Estudo, Maringá, 16(2)*, 229-240.
- Diderot, D. (2006). *Paradoxo sobre o Comediante*. (A. G. da Silva, Trad.). Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal '54'. São Paulo: Escala.
- Ferreira, A. B. D. H. (2001). Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa. rev. e ampl. *Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2*.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *A Ideologia Alemã*. (L. C. de Castro e Costa, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Clássicos)
- Rego, T. C. (2013). *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Editora Vozes Limitada.
- Vigotski, L. S. (2010). A educação estética. Em: L. S. Vigotski, *Psicologia Pedagógica* (pp. 323-363). (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1991). El significado histórico de La crisis de la psicología. Uma investigación metodológica. In: L. S. Vigotski, *Obras escogidas* (vol. 1, pp. 259-407). Madrid: Visor Distribuciones.
- Vigotski, L. S. (1999a). *A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050
Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



Vigotski, L. S. (1999b). *Psicologia da arte*. (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (1999c). *Sobre o problema da psicologia do trabalho criativo do ator*. (P. Bezerra, Trad.). Em: L. S. Vigotski, *The collected works of L. S. Vygotsky*. Vol. 6 Scientific legacy. Edited by Robert W. Rieber. New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: Kluwer Academic/Plenum Publishers. Recuperado em 22 de setembro de 2017, de <https://pt.scribd.com/document/91765695/Sobre-o-Problema-Da-Psicologia-Do-Trabalho-Criativo-Do-Ator>.